



Presidente da República
DILMA VANA ROUSSEFF

Ministro do Esporte
ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR

Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
REJANE PENNA RODRIGUES

Diretora do Departamento de Ciências e Tecnologia do Esporte
LEILA MIRTES SANTOS DE MAGALHÃES PINTO

Diretora do Departamento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer
CLAUDIA REGINA BONALUME

Coordenadora Geral de Tecnologia, Cooperação e Intercâmbio
PATRÍCIA ZINGONI

Departamento de Ciências e Tecnologia (DCTEC)
Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL)
SAN quadra 03, lote A, sala 1250, 1.º andar Ed. Dnit
Brasília/ DF Cep: 70040-902
Tel.: 61 3412-6870

Diagnóstico do
Esporte e Lazer
na **Região Norte Brasileira -**
o existente e o necessário

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente:

Dr. Henrique dos Santos Pereira

Membros:

Dr. Antônio Carlos Witkoski

Dr.^a Valéria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

Dr. Spartaco Astolfi Filho

Dr. Edleno Silva de Moura

Dr. Domingos Sávio Nunes de Lima

Dr.^a Elizabeth Ferreira Cartaxo

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Antônio Marmoz (Université de Versailles)

Antônio Cattani (UFRGS)

Alfredo Bosi (USP)

Spartacus Astolfi (Ufam)

Boaventura Sousa Santos (Universidade de Coimbra)

Bernard Emery (Université Stendhal-Grenoble 3)

Cesar Barreira (UFC)

Conceição Almeida (UFRN)

Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP)

Gabriel Conh (USP)

Gerusa Ferreira (PUC/SP)

José Vicente Tavares (UFRGS)

José Paulo Netto (UFRJ)

Paulo Emílio (FGV/RJ)

Élide Rugai Bastos (Unicamp)

Renan Freitas Pinto (Ufam)

Renato Ortiz (Unicamp)

Rosa Ester Rossini (USP)

Renato Tribuzi (Ufam)



**Diagnóstico do
Esporte e Lazer
na Região Norte Brasileira -
o existente e o necessário**

**Artemis de Araújo Soares
Almir Liberato da Silva
José Cardoso Neto
Paulo Cesar de Lima
Adriene Corrêa da Silva**

Organizadores



EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

Copyright © 2011 Universidade Federal do Amazonas

Reitora: Márcia Perales Mendes Silva

Editora: Iraíldes Caldas Torres

Revisão Português: Benayas Inácio Pereira

Capa, Projeto gráfico e Editoração: Luciana Freire Braga do Nascimento

Revisão Técnica: Cinara Cardoso

Catálogo na Fonte

Soares, Artemis et. al. - (org.)

Diagnóstico do Esporte e Lazer na Região Norte Brasileira - o existente e o necessário/ Artemis Soares, Almir Liberato, Paulo César de Lima, Adriane Corrêa da Silva e José Cardoso (Organizadores) – Manaus: Edua, 2011.

210 p. : il. ; 21 cm

ISBN 979-85-7401-529-3

1. Políticas Públicas. 2. Esporte e lazer I. Título.

CDU: 37.014

EDUA

Editora da Universidade Federal do Amazonas

Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3.000 - Campus Universitário -
Coroado I, Manaus-Am

Telefax: (0xx) 92 3305 4291/ 3305 4290

e-mail: edua_ufam@yahoo.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .9

PARTE 1 - CONVERSANDO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: .13

Esporte e Lazer como necessidade Humana: Inflexões .14

Douglas da Cunha Dias

Zaira Valeska Dantas da Fonseca

Acessibilidade e Inclusão Social nas Políticas de Esporte e Lazer .28

Mirleide Chaar Bahia

Paulo César de Lima

A Participação Popular nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer .43

Fátima de Souza Moreira

PARTE 2 - INVESTIGANDO A AMAZÔNIA: .61

Diagnóstico do acesso ao Esporte e Lazer da População do Estado do Amazonas por meio das Políticas Públicas .62

Artemis Soares

Almir Liberato

José Cardoso

Diagnóstico do Acesso ao Esporte e Lazer da População do
Estado do Pará por meio das Políticas Públicas .130

Paulo César de Lima

Fátima de Souza Moreira

Douglas da Cunha Dias

Mirleide Chaar Babia

Ana Cristina Pimentel Carneiro Almeida

Zaira Valeska Dantas da Fonseca

Diagnóstico do Acesso ao Esporte e Lazer da População do
Estado de Rondônia por meio das Políticas Públicas .166

Adriane Corrêa da Silva

Bárbara Zorek

Eliane Elicker

Francisco Tadeu Reis de Souza

Jairo Farias Cabral

Jeferson Cardoso da Silva

Leila Aparecida Evangelista

Lilian Catiúscia E. Firme

Missaela Padilha e Silva

SOBRE OS AUTORES .201

APRESENTAÇÃO

É inquestionável a ausência de informações sobre das políticas públicas de esporte e lazer na região Norte do Brasil, sendo motivo de atenção e porque não dizer de preocupação dos dirigentes da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte -Sendel.

Sentindo a necessidade de cobrir essa lacuna os dirigentes da SENDEL programaram o levantamento das condições reais das políticas públicas de esporte e lazer implementadas na Região Norte do Brasil, através do *“Diagnóstico do Esporte e Lazer na Região Norte Brasileira - o existente e o necessário”*, projeto da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte, coordenado pela Universidade Federal do Amazonas tendo como colaboradores a Universidade Federal do Pará e o Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho.

Um dos aspectos relevantes desse trabalho é sem dúvida, a identificação dos municípios da região Norte nos seus aspectos físicos registrando-se as características peculiares de uma região de floresta e de rios além de elucidar as suas reais necessidades de políticas públicas de esporte e lazer.

Acresça-se que o conhecimento produzido a partir dos resultados encontrados poderá proporcionar um modelo de gestão de programas de esporte e lazer para subsidiar a elaboração de ações educativas devidamente adequadas aos diferentes níveis e especificidades da população em suas diversas faixas etárias, principalmente às comunidades populares que vivem em condições de vulnerabilidade.

O processo de coleta privilegiou a oficialidade: as secretarias de Estado de Esporte e Lazer, secretarias municipais de Esporte, secretarias de Estado da Educação, secretarias municipais

de Educação (capital e interior), federações esportivas e ligas esportivas municipais, associações de bairro, escolas municipais e estaduais, conselhos municipais e estaduais, entidades culturais além de outras que se manifestam por meio de documentos oficiais referentes a políticas públicas.

Nossa intenção é apresentar os dados finais desse trabalho como material fidedigno para subsidiar o poder público, as universidades e demais órgãos interessados na temática com informações seguras para discutir a elaboração e a realização de políticas públicas de esporte e lazer além de ações que possam contribuir para a tão discutida qualidade de vida da população, através da transformações positivas e duradouras na sociedade.

A obra está distribuída em dois blocos:

O primeiro bloco intitulado **CONVERSANDO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER**, apresenta uma abordagem sobre o lazer como direito social no Brasil, a questão da acessibilidade e inclusão social além da participação popular nas políticas públicas de esporte e lazer. Esse material, colaboração dos nossos colegas da UFPA, foi reconhecido pela equipe de pesquisadores como útil para enriquecer o entendimento das questões das Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

Já o segundo bloco dividido em três partes, intitulado **INVESTIGANDO A AMAZÔNIA**, registra a essência da obra, resultado das pesquisas de campo realizadas nos três Estados. A abordagem inicia com a descrição do processo de coleta passando pela caracterização das localidades, finalizando com os dados recolhidos.

Sabemos que é notória a dificuldade para realizar pesquisa de campo nas cidades do interior na região Norte dada a sua característica de região de água abundante e floresta densa, onde os deslocamentos são feitos com muita dificuldade e demora.

Registre-se que as equipes souberam vencer essas dificuldades de forma elogiável.

Entendemos que este é um trabalho pioneiro do Ministério do Esporte e que merece destaque pela importante contribuição que trará em se tratando de informação científica, portanto, segura.



Parte 1 -

CONVERSANDO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS
DE ESPORTE E LAZER

1. ESPORTE E LAZER COMO NECESSIDADE HUMANA:

INFLEXÕES.

Douglas da Cunha Dias¹

Zaira Valeska Dantas da Fonseca²

APROXIMAÇÕES INICIAIS

Não parece equivocada supor que ao longo das duas últimas décadas vem-se observando no Brasil a defesa de que as vivências em esporte e lazer são necessidades humanas tanto quanto direitos do cidadão, o que vem proporcionando importantes avanços às mesmas. A própria Constituição brasileira de 1988, no artigo 217, diz ser *dever do Estado fomentar práticas esportivas formais e não-formais como de direito de cada um [...]* (BRASIL, 1988). Diz também o mesmo artigo, em seu último parágrafo, que o *poder público incentivará o lazer como forma de promoção social*. Como podemos observar, é nítido o entendimento de que através da vivência em esporte e lazer é possível a promoção social. Associar tais vivências à cidadania passa a ser um discurso poderoso e, muitas vezes, não só carregado de ideologia como também desprovido de respaldo acadêmico-científico.

A presença do esporte e do lazer como direitos sociais trouxe como uma de suas consequências a aprovação de o Regulamento Geral da Conferência Nacional do Esporte. Assim, a Conferência Nacional do Esporte carregando em sua essên-

¹ Mestre em Educação pela UGF-RJ, Doutorando em Educação pela Unicamp. Docente da UFPA e pesquisador do Lacor/UFPA/Rede Cedec.

² Mestre em Educação pela UFPA, Docente substituta da UFPA e pesquisadora do Lacor/UFPA/Rede Cedec.

cia a democratização do acesso ao esporte e ao lazer e, para tal, propôs princípios e diretrizes voltados à elaboração da Política Nacional do Esporte e do Lazer. Outro desdobramento foi a criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, cujo princípio fundamental é o regime de colaboração efetiva entre a União, os Estados e municípios, sendo enfático no que diz respeito à municipalização.

Ao incorporar o esporte e o lazer como direitos sociais, tendo como eixo norteador o processo de democratização do acesso a tais universos, o Sistema Nacional de Esporte e Lazer entende-se como quem

articula, integra, promove e estabelece relações éticas de parcerias entre as entidades da sociedade civil, instituições públicas e privadas, em torno do esporte educacional, de participação e de rendimento [...] (BRASIL, 2008, s/p).

Por outro lado, e ainda na perspectiva de apontar avanços na área do esporte e do lazer no Brasil, embora tenhamos afirmado, parágrafos acima, que há muito de ideologia e pouco de estudo acadêmico-científico na fundamentação de serem as vivências em esporte e lazer direito e necessidade humana, parece-nos claro o crescimento desses estudos, quer seja sob o viés das ciências humanas aplicadas, ou através do olhar das ciências da saúde, por exemplo. Ao aproximarmos-nos do final da primeira década do século XXI é possível observar a difusão da ideia de que a demanda por atividades esportivas e de lazer atinge limites até então pouco críveis, o que, supomos, tem um vínculo direto com os resultados e divulgação dos estudos nessa área.

Outro enfoque merece destaque: o discurso (quer seja ideológico, científico ou de senso comum) diz e repete, dia após dia,

ser a prática sistemática de atividades físicas, inclusas aí as esportivas e de lazer, fundamental ao alcance da excelência em qualidade de vida. *Pari passu*, o Governo Federal vem, ao longo dos últimos oito anos, investindo em políticas voltadas ao esporte e lazer por meio de Programas como o Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc), com ações por todo o território brasileiro.

Uma análise preliminar do contexto até aqui apresentado pode ser sintetizada em quatro pontos:

No Brasil, constrói-se o entendimento de que as práticas esportivas e de lazer são essenciais ao cidadão e à própria conquista da cidadania;

A articulação entre discursos acadêmicos, ideológicos e de senso comum, entre outros, sobre esporte e lazer gera uma crescente demanda por tais atividades, apontando para a existência de uma possível incorporação de tais vivências ao cotidiano do brasileiro;

O poder público, o universo acadêmico e a população como um todo, começam a entender que as vivências em esporte e lazer são fundamentais à aquisição de uma melhor qualidade de vida;

Há um claro investimento por parte do Governo Federal em políticas voltadas à disseminação das vivências de esporte e lazer em todo o Brasil, ampliando assim o acesso às mesmas.

Entretanto, não nos satisfaz uma análise preliminar. Com efeito, pensamos ser importante buscar possíveis tensões nesse universo, gerando tensões outras, rumo à ruptura com um posicionamento equivocado e que julgamos presente, tanto no campo dos estudos do esporte e lazer quanto nos discursos oficiais da União, Estado e municípios: considerar o acesso ao esporte e ao lazer enquanto direito social como fato já consolidado ou em vias de o ser.

Além de essa ruptura, consideramos fundamental o tensionamento, de caráter filosófico, sobre o direito social em si,

quando pensado em termos de acesso ao esporte e lazer. Por isso, propomo-nos discutir a vivência de lazer e esporte como necessidade humana em essência, o que justificaria, assim supomos, a inclusão desses como direitos sociais. Ou seja, ao defenderem o binômio esporte-lazer como direito social, os discursos oficiais o fazem porque julgam tais vivências como necessidades do ser humano? E, ainda, uma necessidade entendida a partir de quais referenciais?

Há vinte e dois anos nossa Constituição dotava de relevância as práticas em esporte e lazer. Muito já foi e continua a ser dito. É preciso pensar o que não foi pensado, refletir sobre o que não foi refletido. É preciso mesmo lançar olhares outros. Eis o que nos propomos com o estudo que aqui se inicia.

Enquanto espaço de reflexão acadêmica por excelência, o presente capítulo, partindo do proposto, quer-se *locus* gerador de tensões que sejam capazes de, quem sabe, abrir lacunas e/ou trazer novas possibilidades de abordagem crítica ao campo aqui investigado.

Desse modo, o presente estudo fará inflexões sobre esporte e lazer com a seguinte estrutura: inicialmente, e à luz de Michel Onfray, defenderemos as vivências em esporte e lazer norteadas sob a égide da *virtù* como fundamentais à formação de uma cidadania crítica. Em seguida, discutiremos lazer e esporte como direito social no Brasil, tomando como referencial os estudos de Padilha (2006), Marcellino (1996, 1997) e Linhales (1997, 2000). Prossigamos, então.

ESPORTE E LAZER À LUZ DE MICHEL ONFRAY: POR UMA PERSPECTIVA DE *VIRTÙ*

As vivências em esporte e lazer são múltiplas e guardam em si particularidades e similaridades, passíveis então de estu-

dos diversos, sob diferentes enfoques. Para delimitarmos nossas análises, a dimensão esporte será aqui entendida na perspectiva do esporte moderno, que tem como características básicas, segundo Valter Bracht: *competição, rendimento físico-técnico, Record, racionalização e cientificização do treinamento*. (BRACHT, 1997, p.10) Além disso, considerar-se-á o esporte em sua dimensão de performance, pelo fato de considerar que esta característica é elemento comum e geralmente norteador das vivências esportivas, mesmo quando pensamo-las sob a lógica da conceituação presente na Constituição Federal de 1988, ou seja, desporto-performance, desporto-participação e desporto-educação.

Introdução feita, partamos ao nosso tensionamento: as vivências de esporte e lazer entendidas, radicalmente, sob a perspectiva da *virtù* presente em Michel Onfray. A distinção entre virtude e virtuosidade (*virtù*) defendida por Onfray é fundamental para o desenvolvimento de nossas inflexões. Assim, diz-nos o filósofo que, distante

[...] da virtude embrutecedora do cristianismo, aquela que glorifica o ideal ascético e se propõe a extinguir, a *virtù* é incandescente, brasa e fogo. Ela induz a virtuosidade [...]. Talentoso, hábil e superior nos seus feitos e gestos, o virtuose marca o real com seu selo, imprime um estilo e revela caminhos por nenhum outro usados. Com ele se manifestam novos métodos, novas genealogias [...] (ONFRAY, 1995, p. 37)

Entendemos, a partir de Onfray, que as vivências em esporte e lazer precisam trazer em si a virtuosidade, tendo sua ética e estética alicerçadas sobre princípios de emancipação e autono-

mia. Trata-se, também, em romper com o modelo de esporte, e em certo sentido com o de lazer, que visa somente a estabilização da lógica da exclusão pelo rendimento-*performance*. A Escola de Frankfurt, nos idos da década de 1960-1970, já defendia a tese de que o esporte, por estar estruturado sobre a racionalidade técnica-instrumental, era fundamental ao processo de coisificação-alienação. (BRACHT, 1997)

Contrapondo-se a tal modelo, movidos pela *virtù*, esporte e lazer seriam partícipes na formação de uma cidadania crítica, fundamentada no lúdico, no artístico, no sensível, etc. Podemos afirmar então que, assim entendidos, esporte e lazer incorporariam

o modelo estético de forma nietzschiana e a intuição, rica, de que uma estética se constrói pelo peremptório, pelo afirmativo, pelo poético, pelo exemplar, pelo inefável. A álgebra contra o poema, o silogismo contra a inspiração. O matemático contra o artista. (ONFRAY, 1995, p. 25)

Trata-se aqui não de afirmar que o esporte (fundamentalmente o que por muitos é entendido como de rendimento) é fundamentalmente, ou a princípio, um espaço voltado à alienação, um poderoso instrumento de reprodução e massificação de ideologias neoliberais. Não! Defende-se aqui ser o esporte, tanto quanto o lazer, *locus* privilegiado para a formação de cidadania; necessidade e direito social, sim, desde que norteados pelo princípio da virtuosidade.

Nosso segundo tensionamento surge das análises de Onfray voltadas ao mundo das artes, quando diz aí existirem duas vertentes, fundamentalmente éticas e estéticas, que se opõe. Dessa forma, temos o filósofo afirmando existir, no campo das artes, a

tensão entre uma vertente fascinada pelo niilismo e pela magreza tanto quanto por uma ética da tísica, e outra, que tem na energia, no movimento centrípeto seus princípios. A primeira seria movida pelo esgotamento; a segunda, pela expansão.(ONFRAY, 1995).

Deslocando o olhar ao campo de nossas análises, entendemos os valores norteadores das práticas esportivas, nesse caso, mais do que as de lazer, não o fascínio pelo niilismo e pela magreza, ou mesmo pela ética tísica em si. Entretanto, embora guardando significativas diferenças, não seriam a obsessão e o encantamento pelo rendimento, a busca a todo custo do recorde, a dependência cada vez mais umbilical da exposição midiática, o fascínio do *citius, altius, fortius*, essencialmente, formas de esgotamento em si? Esgotamento no sentido da efemeridade do sucesso, da velocidade estonteante com que surgem e desaparecem ídolos esportivos. Esgotamento no sentido do impulso ao consumismo desenfreado, espécie de fome que não vê limites, e prossegue.

Esporte e lazer são necessidades humanas? Necessários a quê? Esporte e lazer são direitos sociais, garantidos constitucionalmente. Mas, sob quais princípios? Ao longo dos últimos anos, de crescente estímulo às vivências esportivas e de lazer como fator de inclusão social, o que e a partir de que se vem educando? Estaria a virtuosidade no cerne da formação via esporte-lazer no Brasil, ou estaríamos diante de novas roupagens do antigo *panis et circenses*?

A formação virtuosa quer a excelência de todo instante, quer consumir a si centripetamente, buscando o singular de sua existência, para então, como quer Onfray, extrair da estética do existir a estetização da vida. Eis a necessidade que defendemos. Eis, defende-se aqui, o *motus*, a seiva e o sentido do esporte e do lazer como necessidade humana.

Passaremos agora a discutir a concepção de lazer como direito social no Brasil.

O LAZER COMO DIREITO SOCIAL NO BRASIL

Como já foi dito no início do capítulo, no âmbito das políticas públicas o Lazer tem se constituído no Brasil como um setor ainda em construção. No entanto, pelo menos duas perspectivas podem ser identificadas na forma como o lazer pode vir a ser tratado pelo Estado, tendo como cenário a conjuntura da sociedade capitalista. A primeira coloca o lazer no campo de atividades de consumo, isto é, como mercadoria. A segunda aponta para o entendimento do lazer qual direito social público.

Sobre esta dupla face assumida pelo lazer na sociedade capitalista, Padilha (2006) afirma a importância de compreendê-lo como:

[...] um fenômeno social que, por estar inserido numa sociedade contraditória, é, ele também, cheio de contradições. Assim, o lazer é um tempo que serve tanto para o consumo manipulado pela publicidade que prioriza o lucro dos capitalistas como para a possibilidade de transformar-se em tempo de reflexão e práxis. (PADILHA, 2006, p. 147)

Dessa forma, tem-se o lazer visto como atividade, o qual vem sendo desenvolvido tendo como foco principal o divertimento, a distração e o descanso, como atividades de compensação às horas trabalhadas e o lazer como possibilidade de desenvolvimento pessoal e social.

No que concerne a primeira perspectiva, Marcellino (1997), diverge da visão que coloca o lazer e os valores a ele concernentes em oposição aos valores do trabalho. Para ele enfatizar apenas os valores de uma das dimensões, quais sejam a do lazer ou do trabalho, é compreender o homem de maneira parcial. Sendo assim, continua Marcellino (apud MOREIRA, 1999, p. 22)

é preciso superar esta visão e compreender o lazer como cultura, em todas as suas dimensões, vivenciado no “tempo disponível”, e que não seja considerado em contraposição, mas em estreita ligação com o trabalho e com as demais esferas da vida social do homem. (apud MOREIRA, 1999, p. 22)

Diante do exposto acima, é possível entender que o lazer não se trata apenas de um conjunto de atividades realizadas tendo como critérios escolhas individuais com vistas à satisfação pessoal, é fundamental compreender que tais escolhas se realizam no contexto de influências e determinações promovidas pelas relações e contradições da sociedade (PELLEGRIN, 2006).

Porém, na sociedade contemporânea é comum, em vista da priorização do lucro, a idealização do lazer pela disseminação da ideia de que o tempo de lazer é o tempo da vivência da alegria, da felicidade, como um tempo que nega e que se separa de outros tempos da vida. Sobre isso Pellegrin (op.cit, p.108) explica que:

No mundo em que vivemos hoje, além dessa idealização do lazer como tempo e espaço de evasão e ruptura com uma sociedade para qual os homens e mulheres têm cada vez mais dificuldades de formular respostas, um outro movimento nos puxa para o real e para o concreto de maneira perversa: a possibilidade de tornar-se consumidor; o ato de “consumir” aparece

como essencial, como saudável, como um desejo quase vital. O sujeito nem consome mais pelo significado ou valor *de uso* que os objetos, bens culturais ou experiências têm para ele e sim, pela sensação de que ele pode no seu “tempo livre” comprar objetos e serviços e assim atingir uma satisfação, uma felicidade e até uma suposta liberdade, que no fundo revelam-se extremamente subjetivas, individualizadas e limitadas, claramente circunscritas aos limites de classe, o que muitas vezes nem chega a ser percebido.

Pellegrin (2006) nos ajuda a refletir que essa forma de conceber o lazer – o lazer como tempo e espaço para práticas de consumo – retira do cidadão o direito à participação, à criatividade, à autonomia, à transformação e “se vincula necessariamente à condição de classe social dos indivíduos ou grupos, como fator determinante e segregador” (ibidem, p.109).

As políticas públicas para o setor de esporte e lazer no Brasil são exemplo real de como essa perspectiva vem sendo materializada pelo Estado conservador e burguês. Ao longo da história elas têm caracterizado o esporte e o lazer como direito social a partir do entendimento de que estes funcionam como “elemento de compensação e de equilíbrio dos efeitos negativos do mundo industrializado e urbano” (LINHALES, 1997, p. 378).

Dentre as legislações que trataram e tratam do setor esportivo e de lazer no Brasil sob este enfoque, podemos citar o Decreto Lei n.º 3.199/41, a Lei n.º 8672/93 (Lei Zico) e a Lei n.º 9615/98 (Lei Pelé). Elas se caracterizaram pela supervalorização do esporte de alto rendimento, pelo favorecimento de grupos particulares ligados ao setor, pelo empresariamento do esporte e do lazer, pela não garantia de financiamento no âmbito do esporte educacional e de lazer. O resultado deste processo de intervenção pelo Estado provocou a exclusão de milhares de brasileiros do direito ao esporte, assim como ao lazer, promovendo gradualmente a elitização dessas manifestações na sociedade brasileira.

Entendemos que pensar o esporte e o lazer como direitos sociais pressupõe que todo cidadão deve ter acesso aos diversos conteúdos culturais construídos historicamente pelo homem, assim como estes serem reconhecidos também como produtores desses conteúdos.

Ressaltamos que entender o esporte e lazer como direitos sociais, é reconhecê-los como algo a ser conquistado, e não “doado” pelo Estado, em um processo permeado de conflitos e disputa entre as classes e grupos sociais. É tornar possível a compreensão de que o acesso à vivência e criação de formas de vivenciar o esporte e o lazer provém da luta de

[...] sujeitos portadores de uma palavra que exige o seu reconhecimento – sujeitos falantes, como define Ranciére, que se pronunciam sobre questões que lhes dizem respeito, que exigem a partilha e deliberação de políticas que afetam suas vidas e que trazem para a cena pública o que antes estava silenciado, ou então fixado na ordem do não pertinente para a deliberação política. (TELLES, 1999, p. 180)

Para que isto se concretize é necessário que a população perceba o lazer como algo pertinente à sua vida, perceba-o não como algo a ser consumido, mas vivenciado a partir de princípios da liberdade, autonomia, criatividade e do prazer.

É papel do poder público, nas suas diversas instâncias, estabelecer políticas que possibilitem esta apropriação do esporte e do lazer pela população, considerando-os como veículo e objeto de educação, como instrumento de mobilização e participação cultural (MARCELLINO, 1996).

No trato com o lazer é preciso estar atento para que não seja reproduzida sua imagem como produto a ser consumido, tais como os famosos “pacotes” de lazer promovidos por alguns governos. Isso apenas contribui para o afastamento dos sujeitos da cidadania. Como nos afirma Cavalleiro e Salgado (1996, p. 108):

o lazer enquanto direito do cidadão – direito este de intervir na definição e diretrizes que garantam tanto acesso à participação, quanto a criação cultural – colabora para a humanização dos homens e da cidade, mediante a apropriação, a consolidação e a inauguração de novos direitos que perfazem a condição da cidadania.

Pensamos então não ser possível implementar políticas públicas de lazer voltadas à democratização do acesso, à inclusão social, à mudança de cultura política, sem considerar os aspectos acima mencionados. Tratar o lazer na dimensão do direito é considerá-lo como meio de questionamento da atual estrutura social e de reconstrução das normas vigentes na realidade social.

REFERÊNCIAS

BRACHT, Valter. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. Vitória/ES: Ufes, 1997.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em :< http://www6.senado.gov.br/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.htm>. Acesso em: 12 jan. 2010.

CAVALLEIRO, M.C. SALGADO, M. Diadema: direitos que vamos construindo. In: MARCELLINO. N.C.(org). *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. p. 101-115.

LINHALES, Meily Assbú. *Lazer, cidadania e qualidade de vida: reflexões acerca da liberdade e da ação política*. *Licere*, Belo Horizonte, v. 2, n.º1, p.19-30, set. 1999

_____. *Políticas Públicas para o esporte no Brasil*. In: Anais do X Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, Goiânia: GEP.1997, p. 378, VI.

MARCELLINO. Nelson Carvalho. *Lazer: Formação e Atuação Profissional*. São Paulo: Papirus. 1997

MARCELLINO, N.C. (org). *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

MOREIRA, Fátima de Souza. Esporte, Lazer e Políticas Públicas. In: FÓRUM MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, 1. Belém, 1999, p. 22-23.

ONFRAY, Michel. *A escultura de si: a moral estética*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

PADILHA, Walquíria. Consumo e Lazer reificado no universo onírico do shopping Center In: _____ (org). *Dialética do Lazer*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 126-155.

PELLEGRIN, Ana e. Lazer, corpo e sociedade: articulações críticas e resistências políticas. In: PADILHA, Walquíria. *Dialética do Lazer*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 104-125.

TELLES, Vera da S. *Direitos Sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: UFMG, 1999.

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER.

Mirleide Chaar Bahia¹

Paulo César de Lima²

Nos debates atuais sobre políticas públicas de lazer é notória a preocupação dos estudiosos e especialistas no assunto com a questão da acessibilidade e da inclusão social. Tal preocupação se afina com o atual contexto de redemocratização do País, em que a garantia do direito ao esporte e lazer se expressa em dispositivos legais, como a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso.

Falar de acessibilidade, numa perspectiva mais abrangente, não é uma tarefa muito fácil, tendo em vista que o próprio termo, historicamente, está ligado ao atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A Lei de acessibilidade (Decreto lei 5.296), que regulamenta as Leis anteriores (10.048 e 10.098), estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade destes grupos, com base na implementação da acessibilidade arquitetônica e urbanística (BRASIL, 2004).

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – Naea /UFPA; Docente da UFPA; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Lazer – GPL / Unimep / CNPq e do Grupo de Pesquisa Turismo, Cultura e Meio Ambiente – Naea / UFPA / CNPq.

² Doutorando em Artes /Unicamp-SP, Docente da UFPA, Coordenador e Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura Corporal, Educação, Arte e Lazer- Lacor/UFPA/Rede Cedes.

Entretanto, neste texto, o termo acessibilidade não se restringirá apenas ao atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, muito menos irá se limitar aos aspectos arquitetônicos e urbanísticos. Será tratada aqui a questão da acessibilidade às políticas públicas de lazer, ou seja, a participação do cidadão em programas, projetos e ações de lazer, no exercício de seus direitos, garantidos pela Constituição de 1988.

[...] na perspectiva da “acessibilidade”, o lazer é tempo / espaço / oportunidade de liberdade de escolha com vista à vivência diversificada de práticas culturais. (PINTO, 2009, p. 36)

A Constituição brasileira aborda a questão do lazer em diferentes enfoques. No capítulo II, sobre os *Direitos Sociais*; no artigo 6.º, ao tratar *dos Direitos e Garantias Fundamentais*, inclui o lazer como um desses direitos, juntamente com a saúde, o trabalho, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988). Também no artigo 7.º, ao tratar dos direitos sociais, há referência aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais no parágrafo IV, sendo que o lazer aparece como uma das necessidades básicas que o salário mínimo deve atender.

No título VIII da Constituição, quando trata da *Ordem Social*, no capítulo II, *Da Educação, Da Cultura e Do Desporto*, na seção III do *Desporto* (art. 217-parágrafo 3.º), o incentivo do poder público ao lazer é incluído como forma de promoção social (BRASIL, 1988).

Baseado no art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição e no Decreto de 21 de janeiro de 2004, foi aprovado

o regulamento geral da Conferência Nacional do Esporte e as normas básicas de sua primeira reunião (BRASIL, 2008).

A Conferência Nacional do Esporte tem como finalidade democratizar e propor princípios e diretrizes para a elaboração da Política Nacional do Esporte e do Lazer, criando assim o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, tendo por base o regime de colaboração entre União, Estados e municípios, com ênfase na municipalização:

consolidando o esporte e o lazer como direitos sociais e guiando-se pelos princípios da democratização e inclusão social, articula, integra, promove e estabelece relações éticas de parcerias entre as entidades da sociedade civil, instituições públicas e privadas, em torno do esporte educacional, de participação e de rendimento, valorizando a acessibilidade, descentralização, intersectorialidade e multidisciplinaridade das ações esportivas e de lazer. (BRASIL, 2008, s/p)

O Sistema Nacional de Esporte e Lazer surge com o objetivo de consolidar a Política Nacional do Esporte, bem como criar mecanismos que garantam sua execução e acessibilidade em todas as esferas da federação, além de definir os papéis das entidades dirigentes do esporte e lazer (BRASIL, 2008).

Há previsão de criação de pastas específicas de esporte e lazer nas esferas estaduais e municipais (Secretarias, Fundações, Autarquias), com autonomia administrativa e orçamentária, conselhos específicos e planos de desenvolvimento, para implementação e continuidade de políticas de esporte e lazer em todas as dimensões, visando a inclusão social e definindo prazo máximo para essa criação.

Desta forma, percebe-se que o lazer está estabelecido em lei como um direito social e é dever do poder público garantir a execução de políticas que, efetivamente, consigam cumprir com este papel. Mas o que se percebe é que não há clareza de como o poder público assegurará o cumprimento desses direitos sociais (RAMOS, 1997).

A questão da acessibilidade às políticas públicas de lazer, portanto, depende de políticas que considerem, como prioridade, o cumprimento dos direitos sociais e o atendimento à inclusão com equidade:

As desigualdades produzem profundas segregações, abalando as bases estratégicas de vida dos excluídos. Por isso, uma política de inclusão com equidade nos coloca diante do reconhecimento e da valorização das necessidades das pessoas e seu desenvolvimento social e humano, fruto de ações em um conjunto de condições objetivas e subjetivas que proporcionam a qualidade de vida. (PINTO, 2009, p. 29)

A possibilidade de vivência do lazer nem sempre faz parte da vida das pessoas, pois algumas barreiras socioculturais, que podem existir entre as diversas classes sociais (interclasses) ou dentro das próprias classes sociais (intraclasses), mostram-se como fatores limitantes a esse acesso.

Nem todos, por exemplo, têm a possibilidade de ter acessibilidade aos espaços e equipamentos de lazer, seja por falta de condições econômicas que limitam o próprio deslocamento para ter acesso a estes, seja por falta de políticas públicas de lazer, ou

ainda, por deficiência no planejamento de uma política de animação sociocultural para os espaços e de uma democratização cultural.

Além destas barreiras, outras impedem o acesso amplo e irrestrito das pessoas ao lazer, como o gênero – as mulheres com sua jornada dupla usufruem menos do lazer – e a faixa etária – as crianças e idosos são esquecidos nas formulações de políticas públicas de lazer (MARCELLINO, 1996).

Nesse sentido, é preciso reconhecer que há diferenças socioculturais e econômicas e há, ainda, limites de acessibilidade ao lazer de certos indivíduos e grupos sociais, cabendo ao poder público minimizar tais diferenças e barreiras com o estabelecimento de políticas de lazer capazes de ampliar e diversificar as oportunidades, buscando a democratização do acesso à vivência cultural do lazer:

[...] a democratização (direitos sociais ao alcance de todos) implica “inclusão” que requer equidade. Essas, por sua vez, implicam acessibilidade (vivência concreta das oportunidades disponíveis) dos sujeitos e grupos às oportunidades de lazer. (PINTO, 2009, p. 32)

Para garantir a acessibilidade da população à maior gama possível de vivências de lazer, é imprescindível a criação, a manutenção e a animação sociocultural de espaços e equipamentos de lazer. Possivelmente, serão esses espaços e equipamentos que poderão vir a oportunizar a diversidade de vivências dos conteúdos culturais no lazer (físico-esportivos, artísticos, manuais, sociais, intelectuais, turísticos) (DUMAZEDIER, 1980; CAMARGO, 1992).

Em sua grande maioria, as cidades não contam com um número suficiente de espaços e equipamentos específicos de lazer para atender a população, havendo ainda uma distribuição desigual entre os bairros e distritos das áreas metropolitanas.

Além disso, muitas vezes, a conservação e manutenção desses locais são negligenciadas pelo Poder Público, deteriorando-se os poucos equipamentos existentes. Alguns equipamentos nem sempre têm seu uso otimizado, em geral pela falta de conhecimento da população e divulgação de programação elaborada para dar acesso às pessoas, ou mesmo pela “mercantilização” destes espaços, dificultando a acessibilidade à vivência do lazer (BAHIA et al., 2008).

Outra questão é a falta de divulgação dos espaços, o que resulta no desconhecimento da população de seu direito ao acesso e a consequente não utilização destes, resultando, não raro, na exploração comercial do local, privilegiando as classes de maior poder aquisitivo. Nas próprias secretarias, muitos equipamentos não são registrados e inclusos nas programações culturais, o que resulta na não divulgação do espaço à população (BAHIA et al, 2008).

A democratização do lazer exige políticas públicas, porém elas não se restringem somente a políticas de atividades, que na maioria das vezes acabam por se constituir em eventos isolados, e não em políticas de animação, entendida como processo. Há necessidade, ademais, de redução de jornada de trabalho, portanto, de políticas de reordenação do tempo; isto significa também falar sobre políticas de reordenação do solo urbano, incluindo os espaços e equipamentos de lazer e as áreas naturais ainda existentes no espaço da cidade (Parques ecológicos, bosques, praças arborizadas):

A acessibilidade amplia-se, assim, com a animação de equipamentos culturais cons-

truídos e disponíveis na natureza. Espaços que, muitas vezes, não são reconhecidos pelas comunidades ou órgãos de preservação cultural. Nesse sentido, a ocupação espacial precisa ser aliada à preservação, à proteção e à valorização da biodiversidade – à diversidade de espécies e riqueza de organismos vivos que existem dentro de um ecossistema ou na natureza. Precisamos cuidar dos rios, fauna, flora, das matas, cachoeiras, praias, florestas, montanhas e outros espaços naturais usados no lazer. (PINTO, 2009, p. 37)

Outro fator que pode ser reconhecido ainda como dificuldade a ser superada para garantia de acessibilidade ao lazer, por meio das políticas públicas, é a negligência da luta pela conquista plena do direito ao lazer por parte da população, posta muitas vezes pela falta de consciência do lazer como necessidade humana e, conseqüentemente, como direito social. Não é difícil se perceber que, em um País capitalista como o Brasil, o mecanismo da mais-valia no processo de exploração do trabalhador, que direciona as formas de vivência do tempo livre, associado à dificuldade de acesso a uma educação para a conquista da cidadania, pode levar ao processo de naturalização destas relações, enfraquecendo a luta política por melhores condições de vida.

Tal realidade implica em maiores responsabilidades do poder público no que se refere ao processo de educação para reconhecimento deste direito, oferecendo o acesso ao saber que fundamente um olhar crítico sobre a realidade vivida e garantindo mecanismos diretos de mobilização comunitária e participação popular nas ações de planejamento, execução e avaliação das ações de esporte e lazer.

O entendimento dos processos de participação da sociedade civil e sua presença nas discussões e elaborações de políticas públicas podem conduzir ao entendimento do processo de democratização da sociedade brasileira. O resgate dos processos de participação pode levar às lutas da sociedade por acesso aos direitos sociais e à cidadania. Portanto, nesse sentido, a participação é também um instrumento de luta por condições melhores de vida e pelos benefícios da civilização (GOHN, 2003):

[...] podemos ter três formas de participação política: a presencial – forma menos intensa e marginal, com comportamentos receptivos ou passivos; a ativação – na qual um indivíduo desenvolve uma série de atividades a ele delegadas de forma permanente; participação (propriamente dita) – termo reservado para situações em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política. (GOHN, 2003, p. 26)

Um dos aspectos de grande relevância nas políticas públicas refere-se à participação política enquanto elemento de fundamental importância para a fiscalização e a cobrança sobre a garantia dos direitos da população. Além dos instrumentos de avaliação utilizados por técnicos específicos, a própria população deve estar atenta à efetividade, à eficiência e à eficácia de tais políticas.

Uma discussão em especial sobre participação popular nas políticas públicas de esporte e lazer pode ser encontrada no capítulo posterior.

Embora o debate sobre acessibilidade às políticas públicas de esporte e lazer tenha interface com a questão da inclusão so-

cial, esta merece considerações específicas no que tange às discussões sobre as diferenças.

Seguindo a tendência de debates de diversos outros setores da vida social, como saúde, educação e assistência social, as políticas públicas de esporte e lazer têm se ocupado da discussão sobre a inclusão social a partir da perspectiva de atendimento à satisfação das necessidades específicas dos diferentes segmentos humanos em suas particularidades socioculturais, pautadas por princípios de respeito às diferenças.

Aqui é preciso estar atento para o que Silva (2004) denuncia como multiculturalismo liberal. Para este autor, ao reconhecer o multiculturalismo como uma tendência contemporânea nos debates sobre as diferenças, as influências do pensamento antropológico de que todas as culturas são epistemológica e antropologicamente equivalentes, gerou a compreensão de uma humanidade comum, o que fundamenta a postura de respeito, tolerância e convivência pacífica entre as culturas:

Nessa visão, as diversas culturas seriam o resultado das diferentes formas pelas quais os variados grupos humanos, submetidos a diferentes condições ambientais e históricas, realizam o potencial criativo que seria uma característica comum de todo o ser humano. As diferenças culturais seriam apenas a manifestação superficial de características humanas mais profundas. [...] Deve-se tolerar e respeitar a diferença porque sob a aparente diferença há uma mesma humanidade. (SILVA, 2004, p. 86)

Esta perspectiva sobre as diferenças acaba por negar as relações de poder que orientam a produção das próprias diferen-

ças. Afinal o reconhecimento da necessidade de inclusão social de segmentos da população historicamente excluídos das políticas públicas de esporte e lazer já é uma mostra da existência de hierarquias entre as culturas, de diferenças de acesso, e de negação de direitos sociais a determinados grupamentos específicos.

Somos todos diferentes e nossas diferenças se agrupam de acordo com os critérios escolhidos. Assim, não temos apenas categorias determinadas negros, idosos e PPD's. Por exemplo, mas é preciso reconhecer que em um grupo de idosos pode haver negros e PPD's, o que faz reconhecermos a necessidade de se olhar “mais de perto” os possíveis estigmas atribuídos aos segmentos humanos considerados.

Além disso, vale ressaltar que:

[...] a diferença é sempre uma relação: não se pode ser diferente de forma absoluta; é-se diferente relativamente a alguma outra coisa, considerada precisamente como não diferente. [...] essa outra coisa, o “não diferente”, também só faz sentido, só existe na relação de diferença que a opõe ao “diferente”. [...] se um dos termos da diferença é avaliado positivamente (o não diferente) e o outro negativamente (o diferente), é porque há poder. (SILVA, 2004, p. 87)

Assim sendo, num olhar mais crítico, segundo o autor supracitado, em função das diferenças serem produzidas pelas relações sociais, estas são constantemente atravessadas por relações de poder. A própria expressão de “tolerância” já pressupõe certo grau de superioridade de quem se prontifica a tolerar.

As diferenças não devem ser simplesmente respeitadas ou toleradas. Na medida em que elas são constantemente feitas e refeitas, o que se deve focalizar são, precisamente, as relações de poder que presidem a sua produção (SILVA, 2004, p 88).

É necessário atentarmos ao fato de que muitas características culturalmente atribuídas a determinados grupamentos humanos com sendo de suas posturas típicas, são, em muito, construídas ideologicamente pelo sistema capitalista que, para discriminá-los, precisa de sua estigmatização. Nem todo idoso corresponde ao perfil de limitação física e cultural como se tem imaginado, a diversidade de etnias indígenas do Brasil dificulta o traçar de um perfil cultural comum, as pessoas com deficiências não podem ter suas identidades definidas a partir de suas limitações. No mais, ao se estagnar um conjunto de práticas culturais como típicas de determinados grupamentos humanos corre-se o risco de se concebê-los como categorias isoladas, fora da realidade sociohistórica concreta e passível das influências ideológicas, políticas e econômicas do sistema capitalista.

Ao se considerar as necessidades de lazer dos segmentos em questão, é importante atentarmos para o discernimento dos interesses e necessidades geradas pela indústria cultural de consumo de bens e serviços de lazer, já tão discutido nos meios acadêmicos. Isto só será possível se tivermos clareza do projeto de formação humana implícita na política social de esporte e lazer enquanto política educativa e de formação de consciência crítica sobre o lazer como direito social.

Uma perspectiva de política pública desatenta a estas questões pode cair na armadilha de, sob o anseio da inclusão social,

promover o reforço da situação social de exclusão destes segmentos pela sua estigmatização e restrição de participação apenas como usuário de ações já pré-estabelecidas dentro da lógica de uma cultura oficial dominante.

Tomemos como exemplo a lógica das paraolimpíadas, que se prontifica a fazer adaptações nas práticas esportivas oficiais com vistas à participação de PPD's.

Se por um lado não devemos negar a necessidade de adaptações nos processos de comunicação, deslocamento e acesso físico, por outro uma prática esportiva concebida como jogo resultante da construção coletiva de diversos indivíduos com suas respectivas diferenças e particularidades resultaria, em tese, em uma prática acessível a todos, não havendo portanto, necessidades de adaptações ou até mesmo de inclusão, uma vez que na própria construção das práticas estas particularidades já estariam garantidas.

Isto referendaria a necessidade de construção coletiva nas ações de política pública de esporte e lazer e de, certa forma, nos impele a mudança de lógica nas ações de lazer de uma política de inclusão/adaptação de segmentos sociais excluídos para uma política de inclusão/emancipação de todos (negros, brancos, homens, mulheres, idosos, crianças e outros).

No mais, temos de reconhecer que a tradição de construção de atividades esportivas e artísticas que ainda hoje consideramos ao se pensar ações de lazer se faz a partir de uma cultura oficial branca, "normal", masculina, heterossexual e adulta, por isso, talvez, pensemos em inclusão/ adaptações.

Reconhecemos também que um longo tempo histórico de repressão a esses setores socialmente excluídos não se resolveria automaticamente pela oportunidade de construção coletiva com estes setores. É preciso, sobremaneira, investir na formação

de consciência da necessidade de luta por este direito, como já foi discutido anteriormente. Contudo, acreditamos nesta utopia como ação possível de construção para a inclusão social nas políticas públicas de esporte e lazer que se pautem no princípio de uma gestão democrática e participativa.

Assim sendo, acreditamos que para se promover a democratização do acesso e a inclusão social nas políticas de esporte e lazer é necessário se considerar a conjuntura socioeconômica, os valores, conceitos, comportamentos e relações de poder que promovem a exclusão de algumas diferenças (negros, idosos, homossexuais, PPD's, mulheres) e a naturalização de outras (da cultura oficial) nas estratégias de mobilização comunitária e participação popular, nas mais diversas instâncias de construção coletiva da política pública. Essas relações de poder precisam vir à tona como conhecimento a ser amplamente debatido e dinamizado neste coletivo com vistas à sua superação.

A delimitação clara de um projeto de formação humana para a conquista da cidadania e a busca consciente de direitos sociais traz o reconhecimento da dimensão educativa das ações de lazer na política pública, implicando na adoção do princípio da qualidade social das ações oferecidas e vivenciadas.

Este princípio nos permite reconhecer a necessidade de qualificação das atividades de lazer, sejam elas esportivas, artísticas, entre outras, flexibilizando e reconstruindo coletivamente suas estruturas, códigos, meios de socialização e formas de ação de acordo com os interesses, limites e possibilidades dos sujeitos envolvidos, guardando as devidas mediações dos agentes de lazer (animadores culturais) socialmente qualificados para esta intervenção. O que implica dizer que, em se tratando de uma intervenção social educativa do Estado com vistas à transformação de práticas sociais e garantia dos direitos comuns, através de uma

política sistematizada, devemos dar conta da constituição de uma “pedagogia do lazer”.

Assim sendo, pensar uma política social de esporte e lazer que se prontifique a democratizar o acesso e incluir socialmente a todos requer um estudo mais apurado das realidades consideradas e da dinâmica social dos sujeitos envolvidos como proposta a ser assumida ética e politicamente por todos, em um movimento de ressignificação de conceitos e posturas. Requer a consideração das instâncias objetivas e subjetivas que constituem o terreno social. Requer também um “olhar pra dentro” num esforço comum de busca do lazer que almejamos, com justiça social, liberdade e igualdade de direito a todos.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Mirleide Char et all. Os espaços e equipamentos de lazer das cidades: o caso de Belém. In: FIGUEIREDO, Sílvio L. *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. Belém: Naea/ Anpur, 2008.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Viçosa, IFV, Impr. Univ., 1988.

BRASIL. *Diário Oficial da União*, n.º 232, de 3 de dezembro de 2004.

BRASIL. Ministério dos Esportes. Disponível em: < http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/legislacao/portaria_n13_03_02_2004.jsp. > Acesso em: 13 dez. 2008.

CAMARGO, Luiz Otávio. *O que é lazer*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

DUMAZEDIER, Joffre. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. Tradução Regina Maria Vieira. São Paulo: Sesc, 1980.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARCELLINO, Nelson C. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas-SP: Autores Associados, 1996.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. *Políticas Participativas de Lazer*. Belo Horizonte, 2009 (mimeo).

RAMOS, Nilva Souza. Qualidade de vida e lazer: direitos sociais. In: *Revista Katálysis*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Editora da UFSC, 1997.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SILVA, Tomás Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2. Ed, Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER.

Fátima de Souza Moreira¹

Este capítulo situa o tema da participação popular no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer. Iniciamos nosso debate pela análise do papel do Estado e sua relação com o processo democrático e, em seguida, discutiremos a participação popular e gestão participativa.

Pensar em políticas públicas de esporte e lazer como políticas de Estado, é entender que tais políticas setoriais passam a refletir o programa do governo, sua política econômica, social, cultural, bem como, suas formas de gestão.

Antes de iniciarmos nosso debate, faz-se necessário informar a partir de que lugar estamos falando quando analisamos as políticas de lazer. Dialogando com Mascarenhas (2006), partimos do entendimento de lazer, como um *fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia* (p 22).

A gestão de políticas públicas de esporte e lazer, hoje, no Brasil com algumas exceções de experiências vividas em diferentes cidades, ainda não consolidaram uma nova cultura de participação da comunidade nas ações governamentais no setor. Contudo, observa-se uma ampliação dos espaços de participa-

¹ Mestre em Educação pela UFBA. Professora da Faculdade de Educação Física, do Instituto de Ciências da Educação da UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa Cultura Corporal, Educação, Arte e Lazer Lacor/UFPA/Rede Cedes.

ção, a exemplo das Conferências de esporte e lazer, espaços que, embora ainda pequenos, surgem como novas instâncias de debates e formulações dessas políticas no País, mesmo que realizadas eventualmente (somente em um período do ano) e representa conquistas resultantes de demandas dos movimentos organizados. Estes espaços na gestão, para além das conferências, como as chamadas da comunidade para debater um projeto específico, pensando sua execução, e realizando avaliação, em sua grande maioria não reconfigura o Estado como um espaço público com democracia e controle popular, mais muitas vezes objetivam, reformá-lo à lógica do melhor funcionamento das políticas neoliberais. Uma análise mais detalhada sobre este aspecto faremos no tópico seguinte

Portanto, como exemplo de novos espaços de participação no planejamento das políticas na área, as conferências de esporte e lazer em vários municípios e estados, fomentam debates e formulações que culminando com um encontro nacional que sintetiza as discussões e delibera diretrizes para as políticas públicas no setor.

O ESTADO BRASILEIRO, O PROCESSO DEMOCRÁTICO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Entendemos que diante do sistema hegemônico do capital, o Estado se faz classista e representante dos interesses de uma classe política economicamente dominante. Assim, “O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes” (LENIN, 2007, p. 25).

A trajetória histórica do Estado brasileiro tem se configurado por meio de estratégias distintas, em que encontramos um modelo patrimonialista cujo capitalismo é politicamente orientado pelo Estado e apresenta uma concepção perspicaz da ação

dos agentes da administração pública, os quais se impõem como provedores de oportunidades de ascensão e de prestígio político. Araújo (2007) apresenta as características que marcaram o Estado brasileiro a partir do entendimento de Draibe (1990): a) a extrema centralização política e financeira no nível federal de governo; b) a acentuada fragmentação institucional; c) a exclusão da participação social e política; d) o princípio do autofinanciamento do investimento social; e) o princípio da privatização; e) o uso do clientelismo da máquina social.

O investimento dos governos liberais para a reforma do Estado brasileiro foi e tem sido justificado como uma saída para as crises de ordem econômica, exigida pela democratização do Estado e reivindicada por setores da sociedade brasileira e pela representação dos organismos internacionais apoiados na dinâmica mundial que imprimia mudanças globalizadas no cenário político e econômico internacional, pautadas nos princípios neoliberais.

Segundo Amaral (2000), o processo de democratização do estado brasileiro se concretizou no final da década de 70, ampliando-se às décadas de 80 e 90, processo que veio articulado às reformas do Estado. Este modelo de “reforma” não objetivava a transformação do estado em um espaço público com democracia e controle popular, mais sim, objetivava, cada vez mais, submetê-lo à lógica do mercado.

[...] Trata-se na verdade, de uma contra-reforma, que tem dois objetivos prioritários: por um lado, em nome da modernização, anular as poucas conquistas do povo brasileiro no terreno dos direitos sociais; e, por outro, em nome da privatização, desmontar

os instrumentos de que ainda dispúnhamos para poder nos afirmar como nação soberana em face da nova fase do imperialismo, a da mundialização do capital. (COUTINHO, 2000, p.123).

Assim, o Estado é definido como uma instância burocrática que gerencia serviços públicos a uma população compreendida como cliente e reproduz os valores de um sistema econômico e elitista globalizado que opera para manter e dirigir mudanças e modernidades, deflagrando a descentralização.

O projeto neoliberal procura ampliar sua área de influência e seu controle sobre o Estado, no Brasil e no mundo. Porém, ressaltamos que a implementação dessas políticas pelo governo brasileiro não acontece de forma totalmente consensual, pois existem movimentos de resistência. Concordando com Coutinho (2000), a existência hoje de um “processo democrático”, ou os parcos avanços sociais resultantes dos direitos conquistados, são consequência da luta e da resistência histórica da classe trabalhadora, e não tão somente das concessões do capital. Direitos conquistados que devem ser traduzidos pelas políticas públicas, implementadas pelo Estado.

Segundo Boron (1994), fica evidente que, para tratar o significado do fenômeno estatal, faz-se necessário considerar as dimensões anunciadas, caso contrário, tenderemos a equívocos corporativistas, ou pensar o Estado como uma simples “arena” de conflitos, ou como um representante do “bem comum” da sociedade, como pensam os “burocratas discípulos de Hegel”.

É pelo Estado que as *Políticas Públicas* são encaminhadas e por elas é representada a materialidade da intervenção do Estado na realidade da sociedade. Segundo Azevedo (2004), *Em um plano mais concreto, o conceito de políticas públicas implica considerar os recursos de*

poder que operam na sua definição e que têm nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente (p. 5).

Outra importante dimensão que se deve considerar nas análises é que as políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que têm lugar e que por isso guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria. Neste sentido, são construções informadas pelos valores, símbolos, normas, enfim, pelas representações sociais que integram o universo cultural e simbólico de uma determinada realidade. (p. 5-6.)

Nesse contexto de lutas contra-hegemônicas e buscando avançar em um referencial teórico que nos aproxima de valores culturais, políticos de igualdade, de justiça e de emancipação popular, compreendemos políticas públicas, como:

A intervenção do Estado na formulação e na implementação de um conjugado de ações deliberadas coletivamente, respeitando as *representações sociais* que compõem o universo *cultural e simbólico* de um dado contexto social, demarcando pelas intervenções e pelas rupturas com as políticas excludentes e elitistas, uma nova organização coletiva e participativa da sociedade civil, articulada aos diferentes setores estatais, objetivando assegurar a soberania popular à qualidade de vida e ao bem-estar para a população em sua totalidade.

Neste cenário, são anunciadas *as mudanças* nas gestões democráticas com o processo da Participação Popular fatos que to-

mam de assalto os cenários das recentes *políticas públicas de esporte e lazer*, necessitando, portanto, de uma análise mais cuidadosa. Essas *mudanças* no campo da participação e da gestão nas políticas públicas, muitas vezes, são tratadas superficialmente e não garantem alterações nas relações de poder entre o Estado e a Sociedade Civil, além de pouco ou quase nada terem contribuído para uma nova cultura política e de conscientização do atual sistema esportivo e de lazer. É preciso expor que os princípios *da participação e da gestão democrática*, contidos no discurso das políticas de esporte e lazer, não garantem por si só, a *efetiva democracia de massa*,² necessária à organização democrática de um novo modelo de gestão no setor.

Para entender a democracia, como forma ou estratégia de governo, para materializar as políticas públicas, os princípios e os valores de um governo democrático e popular, será necessário implementar um modelo que avance nas práticas da democracia direta, ampliando os canais de participação popular, como assume Coutinho (2000):

A democracia é soberania popular, é construção de uma comunidade participativa, é igualdade. Temos aqui determinados valores que o capitalismo demonstrou claramente que não é capaz de realizar. Uma verdadeira democracia é um processo que implica não só modificações políticas, mas também modificações econômicas e sociais [...] Mas há

² Democracia de massa é um conceito apresentado pelo italiano Pietro Ingrao, em seu trabalho intitulado *Masse e potere*, Roma, 1977. Ingrao apresenta a democracia de massa como processo de uma combinação orgânica entre a democracia representativa e a democracia direta.

hoje uma disputa política e ideológica sobre o que é democracia. (COUTINHO, 2000, p. 129).

A PARTICIPAÇÃO POPULAR E A GESTÃO PARTICIPATIVA

A *participação*, no sentido de sua origem, segundo Bordenave (1994), origina-se da palavra *parte* e significa *fazer parte, tomar parte, ter parte*. Portanto, a participação, como dimensão fundamental na vida humana, deverá ser revelada nos seus diferentes nexos sociais e políticos, diante dos espaços “permitidos ou conquistados” *de fazer parte* na produção, na gestão e no acesso aos bens de uma sociedade historicamente determinada.

Adotamos por *participação* aquilo que Gohn (2005) apresenta como:

[...] um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova. Não estamos nos referindo a qualquer tipo de participação, mas a uma forma específica, que leva a mudança e à transformação social. (p. 30).

Para uma política pública efetivamente democrática, a *Participação* é uma das ações centrais para o exercício da autonomia e para a socialização da política, portanto a participação passa a ser um dos aspectos importantes a ser observado na análise

da acessibilidade nas políticas públicas de esporte e lazer. Porém, percebemos que o acesso à “participação” é uma estratégia utilizada pelos diferentes projetos políticos em disputa na sociedade. Então de qual participação estamos falando? Aquela que é entendida somente como uma ferramenta metodológica, normativa e funcional, para atingir a eficiência e a eficácia do aparelho estatal? Aquela que passa a ser vista como uma ação mais ampla, como um processo de amadurecimento da consciência crítica, de aquisição de poder de pertencimento, de construção coletiva, de soberania popular com autonomia da população envolvida?

Concordamos, diante do debate sobre as reflexões da participação e suas diferentes formas de articulação, com a ampliação dos interesses de associativismo clássico, introduzindo os novos interesses identitários, como a questão dos negros, dos indígenas, dos homossexuais, das mulheres, dos religiosos, das pessoas com deficiência, etc. Alguns destes aspectos identitários, como os quilombolas e os indígenas trazem importantes dados para subsidiar futuras políticas de esporte e lazer na região Norte, que podem contribuir para significativas mudanças nas formas de participação das populações em suas diferentes organizações e diversidade cultural.

Chamamos a atenção, portanto, para a participação popular, como resultado de uma prática social, política, que apresenta vários papéis e expressa as dinâmicas históricas dos sujeitos envolvidos. Este é um dos conceitos, cujo significado está em disputa, apresentando conteúdos diversos nos discursos e nas práticas de diferentes atores.

Quando a *participação* é vivenciada no âmbito da concepção liberal - segundo Gohn (2007), é realizada em instituições públicas estatais, e as informações técnicas e de funcionamento, não são acessadas pela comunidade, apresentam-se como uma reali-

dade de difícil entendimento, já que a burocratização da máquina pública, cada vez mais gerenciada pela lógica tecnocrática e de extremas especialidades, é um instrumento de poder nas mãos dos tecnocratas e dos burocratas do aparelho estatal. Nesta lógica de gestão pública, a participação fica reduzida à mera formalidade e ao instrumento de gerenciamento de ações da máquina pública.

[...] Aqui, mais uma vez, o significado político crucial da participação é radicalmente redefinido e reduzido à gestão. A ênfase gerencialista e empreendedorista transita da área da administração privada para o âmbito da gestão estatal (Tatagiba, 2003) com todas as implicações despolitizadoras delas decorrentes. Estes significados vêm se contrapor ao conteúdo propriamente político da participação tal como concebida no anterior do projeto participativo, marcada pelo objetivo da partilha efetiva do poder entre Estado e sociedade civil (DAGNINO, 2002), por meio do exercício da deliberação no interior dos novos espaços públicos. [...] (DAGNINO, 2004, p.103).

Os novos espaços de participação na máquina pública, mesmo baseados nos referenciais liberais, apresentam uma tensão na estrutura estatal, que traz uma cultura conservadora de funcionamento da máquina tecnocrática - Estado, que sempre operou e executou políticas com “competência técnica”, sem precisar efetivar consultas entre a população, realidade que se revela como predominante na região Norte.

Embora, os espaços de participação da população nas políticas públicas de esporte e lazer na região ainda não expressem o todo da realidade, a participação em algumas etapas dos programas ou projeto de esporte e lazer, seja na elaboração, na execução ou na avaliação, anuncia pequenos avanços nestas áreas, porém não aglutina elementos suficientes para uma mudança significativa no funcionamento da máquina estatal.

Observa-se que as equipes gestoras de políticas públicas de esporte e lazer, ainda não conseguem efetivar a operacionalidade da participação em seus espaços, seja pela construção de suas políticas pautadas em princípios e diretrizes liberais que negam a participação popular e não visualizam o projeto coletivo como estratégico; seja por acreditar que a comunidade, ainda não obteve um grau de autonomia necessário, para que a *participação popular* nas instâncias e etapas de deliberação nos projetos *de esporte e lazer*, efetivamente estivesse revelando uma participação ativa em todo o processo, com *autonomia efetiva* e com conscientização das implicações técnicas e políticas dessa participação para chegar-se a uma efetiva cogestão.

Assim, com o desafio de refletir o processo de participação popular na gestão pública, problematizamos: Quando uma gestão pública nas políticas de esporte e lazer pode ser considerada democrática? Ou ser considerada uma gestão participativa? Destacamos alguns métodos básicos de trabalho na condução da gestão, fundamentais para caracterizar espaços contínuos de participação popular na gestão, sendo: **1. Participação no Planejamento:** quando as lideranças comunitárias ou representação dos participantes dos projetos/ações de esporte e lazer são convidados a debater e deliberar sobre o plano de ações, metas, objetivos, orçamento, público alvo a ser desenvolvido pelo setor. **2. Participação na Execução:** quando após a deliberação sobre

os objetivos, orçamento, natureza da ação, a participação da comunidade é garantida na organização e operacionalidade da ação, deliberando sobre aspectos como: o local, as atividades a serem desenvolvidas, o material a ser utilizado, as formas de divulgação, as faixas etárias envolvidas, entre outros. **3. Participação na Avaliação:** é um espaço de reflexão e análise coletiva que é garantido durante a execução do projeto/ação ou após esta, sendo este procedimento considerado uma participação importante na validação ou reformulação das etapas anteriores. Assim, quando uma gestão consegue atingir todas estas etapas de forma ampla, planejada e contínua, pode caracterizar-se como gestão que utiliza métodos de participação em suas ações, aproximando-se de uma gestão participativa.

Estas etapas desenvolvidas de forma estanque não se configuram como plena participação popular na gestão pública, contudo, podem ser espaços em potencial para garantir a ampliação da participação como cidadania, o que poderá em tese garantir o alargamento da intervenção popular na gestão das políticas públicas na área.

Portanto, o princípio da participação popular precisa substanciar o processo democrático, efetivando uma combinação dialética dos aspectos fundamentais deste processo, como: *a soberania popular, a autonomia; a cidadania e o controle popular.*

GESTÃO PARTICIPATIVA

Cidadania ativa, participação popular, autonomia, soberania popular, democracia participativa / de massa são noções balizadoras e referências centrais para a construção de um modelo de *Gestão Participativa*.

Assim, a partir do referencial das concepções liberais de democracia e de participação, a Gestão Participativa é compre-

endida como um modelo que busca dirigir sem a rigidez hierárquica, baseado em formas de cooperação sem as formas de poder centralizado. Nesta concepção de gestão, a participação é reduzida ao “acesso às informações técnicas” e ao método de desconcentrar a ação de poder que estava concentrado, ou seja, uma perspectiva de gestão participativa como simples agregação, sem alterar as estruturas de poder.

A Gestão Participativa (GP) na esfera estatal, com um maior ou menor grau de participação, com uma maior ou menor efetividade de ampliação da autodeterminação dos sujeitos implicados, pressupõe em um processo dialético uma cultura política¹⁵ que a impulse e que seja potencializada e qualificada por ela, resultando desse processo dialético, uma nova cultura política pública que, segundo Gohn (2005), pressupõe uma cultura ético-política, que se contrapõe à tradição autoritária que desconhece a existência de esferas públicas, suplantando as práticas clientelistas ou corporativistas de grupos patrimonialistas, oligárquicos ou modernos / privatistas.

A partir dessa nova cultura de política pública, nos últimos anos, no Brasil, registramos o aparecimento de várias experiências participativas, realizadas, em sua grande maioria, na esfera municipal, no âmbito das políticas de esporte e lazer, entre as décadas de 80, 90 e 2000, dos séculos XX e XXI respectivamente, como foi o caso de Porto Alegre, Caxias do Sul, Distrito Federal, Recife, Campinas, etc. Na região Norte, registramos as experiências nos municípios de Santarém, Belém, Xinguara, Ji-paraná etc., experiências estas que se apresentaram como alternativa aos modelos

¹⁵ Cultura política entendida como o conjunto de valores, crenças, atitudes, comportamentos sobre a política. Entendida como algo além do que acontece nos parlamentos, no governo, ou no ato de votar (GOHN, 2005, p. 34).

tradicionais tecnocráticos de planejamento e de gestão da máquina pública e que apresentaram uma nova sinergia entre Estado e Sociedade Civil, no que se refere a participação popular aprofundando as três etapas da política pública: no planejamento, na execução e na avaliação.

Os espaços públicos, conhecidos como *esfera pública não-estatal*, também se configuram como uma arena de disputas pela hegemonia que a sociedade reconhece como direitos. Portanto, a radicalização da democracia não deve ser restrita ao modelo de Gestão Pública Estatal, significando a implementação de uma cultura democrática na sociedade como um todo.

O espaço público não estatal se configura como um espaço estratégico para a consolidação de uma Gestão Participativa pelo e no Estado a exemplo do Congresso da Cidade, vivido em Belém no período de 2000 a 2004, e dos conselhos do orçamento Participativo, vividos em Porto Alegre de 1989 a 2004. Nesses espaços, a despeito de suas fragilidades, buscou-se combinar a participação direta da população às instituições públicas estatais. Portanto, baseadas na ideia gramsciana, poderão ser efetivadas culturas democratizantes para uma *guerra de posição*, que acumulará forças para se constituir em um novo *bloco histórico*, gerando um protagonismo da classe trabalhadora nas mudanças efetivadas no Estado. *Nesse espaço está dada à possibilidade de uma intervenção do Estado na Sociedade Civil, mas sobretudo ao contrário, ou seja, da Sociedade Civil sobre o Estado* (AMARAL, 2006).

Com uma efetiva participação popular nas decisões do Estado, aliada a uma *esfera pública não estatal* forte e atuante, é possível encontrar caminhos para uma Gestão Participativa nas políticas públicas.

A construção do poder popular só se realiza no bojo da afirmação de uma concepção de

mundo antagônica à que se produz e reproduz à luz da lógica capitalista. A desconstrução de arcabouço de valores burgueses e a constituição de uma nova e alternativa tessitura de valores culturais são aspectos que dão significado para uma administração popular (RODRIGUES, 2002 c, p. 29)

Uma gestão pública, baseada nos aspectos políticos apresentados, pressupõe um governo democrático e popular. Desse modo, em função da pluralidade de sentidos que a gestão participativa recebeu nas últimas décadas e do avanço do projeto neoliberal, são apresentados por Daniel (2002) alguns princípios que podem tornar mais eficazes os caminhos para “uma nova cultura política de participação” nas gestões públicas estatais: a soberania nacional; a participação popular; a inversão de prioridades; o desenvolvimento local; a radicalização democrática; a inclusão social com cidadania ativa; a gestão participativa e a Intersetorialidade.

Portanto, devemos traçar objetivos que afirmem uma reorganização da luta e dos sujeitos históricos dos movimentos populares, da classe trabalhadora, para que efetivamente a disputa por dentro da esfera burguesa se dê de forma orgânica e qualificada. Assim, corroboramos com Rodrigues, quando diz que:

[...] A consciência-político-cultural também se transforma à medida que há trabalho, no campo das ideias, resultante do envolvimento do povo em processos de participação, mediante experiências de co-gestão, no controle pela sociedade das ações do governo, na relação cada vez mais profun-

da de laços democráticos entre aqueles que ocupam espaço no governo e na sociedade (2002, p. 29)

As experiências de políticas públicas participativas, como as conferências de esporte e lazer, são fundamentais para oportunizar amadurecimento e fortalecimento de uma nova cultura de participação política, gerando novos desenhos institucionais no aparelho estatal, bem como, desafiando a superação de associativismos tradicionais.

A trajetória das políticas públicas de esporte e lazer aponta caminhos que vêm acompanhando as fases políticas do capitalismo em um momento histórico do País, revelando-se como um produto das relações humanas, portanto, concreto, histórico e contraditório – como um espaço de disputas ideológicas e políticas. A despeito da utilização do esporte e lazer pela lógica neoliberal, como objeto de consumo e de um “tempo liberado e controlado” concepção disseminada e absorvida pelo senso comum, a participação popular, nas políticas públicas de lazer resultante de um projeto social coletivo, possibilitará evidenciar o esporte e o lazer como direito social e liberdade humana, contribuindo para o processo de elevação cultural, de emancipação e de auto-determinação da população.

Portanto, uma política pública de lazer, que tenha o compromisso de fortalecer seu potencial mobilizador, criativo, singular, prazeroso e, por fim, revolucionário, sugerimos pautar-se, pelo menos, em cinco eixos, a partir do referencial apresentado por Marcellino (2002, p.16) e Silva (2004, p. 26):

1. Ter definição clara da concepção de lazer que vai nortear as ações desenvolvidas, bem como assegurar um trabalho baseado em uma metodologia da intersectorialidade, envolvendo dife-

rentes órgãos da chamada área cultural, e de acordo com valores associados ao lazer, envolver também órgãos que extrapolem a área cultural (artes, cultura, esporte, meio ambiente, turismo, patrimônio, educação, transporte, saúde etc);

2. A partir das barreiras para a sua prática e das circunstâncias que o cercam – políticas de reordenação do solo urbano, etc – também buscar a necessidade de um trabalho integrado inter-secretarias (promoção social, transporte, urbanismo, saneamento, bem como necessidade de relações com os legislativos);

3. Garantir atividades que devem ser **críticas e autode-terminadas coletivamente**, a partir do acesso aos diferentes espaços de deliberação dessas políticas (planejamento, execução e avaliação) como também o acesso aos seus diferentes conteúdos e interesses culturais, contribuir para o desenvolvimento de uma concepção crítica, unitária e coerente de mundo;

4. Ter a garantia de fortalecer a luta pela emancipação do trabalho e do lazer, na perspectiva de unir consciência crítica e vontade coletiva, o lúdico e a autodeterminação, a política e o lazer, em uma lógica emancipatória, que venha fortalecer a luta histórica da classe trabalhadora que é a redução da jornada de trabalho, garantindo assim a existência de um tempo disponível para o lazer.

5. Garantir também uma política de formação da equipe envolvida na implementação dos projetos e ações de lazer, garantindo projetos e políticas participativas, conhecendo e compreendendo a dinâmica da ação política, garantindo a autonomia e soberania da população envolvida, com atividades coletivamente debatidas.

Neste sentido, a implementação de políticas públicas participativas pelo estado brasileiro, em especial na região Norte, em qualquer esfera, seja municipal, estadual ou federal, exige um

compromisso político com os diferentes segmentos e movimentos sociais. Esta política pública precisa então, em seu planejamento e programa de governo refletir as demandas, princípios e valores da classe trabalhadora, garantindo assim legitimidade de participação popular nos moldes do modelo democrático que aqui defendemos e acreditamos ser necessário ao processo de transformação social.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Sílvia C. F. Lazer e participação popular. *Licere*, Belo Horizonte, v 3, n. 1, 2000.

AMARAL, Sílvia C.F. Políticas públicas de Lazer: existe possibilidade de uma gestão participativa? In: PADILHA, Valquíria (org.). *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez. 2006.

ARAÚJO, L. *Financiamento da educação Básica no Governo Lula: elementos de ruptura e de continuidade com as políticas do governo FHC*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, UNB, 2007.

AZEVEDO, J. *A educação como política pública*. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BORON, A. *Estado e capitalismo e democracia na América Latina*. Tradução Emir Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

COUTINO, C.N. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.

DAGNINO, E. *Sociedade civil, Participação e cidadania: de que estamos falando?* In: NATO, Daniel (Coord.). *Políticas de cidadania y sociedade n tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.2, 2007.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; v.4, 2007.

GOHN, M. da G. *O Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, Ongs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.

LENIN, V.I. *O Estado e a revolução*. Tradução revista por Aristides Lobo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MAIA, LERSON F. S. A Formação de Técnico em Lazer e suas possibilidades de atuação e intervenção em políticas públicas. In: MARCELLINO, N. C. *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas, SP: Papirus, 2003.

MASCARENHAS, F. *Lazer como Prática de liberdade: uma proposta educativa para a juventude*. 2. ed. Goiânia: Ed. UFG, 2004.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. *Gestão de Políticas Públicas: Estratégias para Construção de uma Agenda*. In: CONGRESO NACIONAL DE RECREACIÓN COLDEPORTES, 9. *Anais...* Funlibre, Bogotá, D.C., Colombia. 2006. Disponível em < <http://www.redcreacion.org/documentos/congreso9/TMenicucci.html>.> Acesso dia 11 fev. 2010.

RODRIGUES, Edmilson Brito. *Modo petista de governar*. IN: Trevas, V. (Org.). *Governo e Cidadania: Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

Parte 2 -

INVESTIGANDO A AMAZÔNIA

DIAGNÓSTICO DO ACESSO AO ESPORTE E LAZER DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS POR MEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Artemis Soares

Almir Liberato

José Cardoso

1 PROLEGÔMENOS

Algumas políticas públicas de esporte e lazer tanto do governo federal quanto do governo estadual e municipal têm sido levadas à população nos mais diversos e longínquos recantos, na tentativa de oferecer uma oportunidade de bem viver aos cidadãos.

Entretanto essa tentativa esbarra em alguns problemas onde destacamos a ausência de informações seguras ou registros para subsidiar as políticas de esporte e de lazer nas suas diferentes vertentes especialmente considerando os Estados da região Norte do País.

Essa magnífica região possui características que impõem um ritmo próprio de vida a começar pelas distâncias, considerando-se também o sistema de transporte que se baseia nos rios da bacia amazônica, além das dificuldades naturais de sobrevivência.

Isso reforça o *savoir-faire* dos dirigentes da Sendel do Ministério do Esporte quando decidiram investir no projeto para diagnosticar a real situação do esporte e do lazer nos Estados desta região. O trabalho foi dirigido aos Estados do Amazonas, -capital e sete municípios do interior, o Estado de Rondônia (Ji-Paraná e Porto Velho) e Estado do Pará- quatro municípios.

Trata-se de um trabalho pioneiro do Ministério do Esporte e que merece destaque pela importante contribuição que trará em se tratando de informação segura e científica. É necessário ressaltar que pela primeira vez estamos identificando os muni-

cipios amazônicos nos seus aspectos físicos, demográficos, socioeconômicos, ambientais e culturais da população e nas suas necessidades de políticas públicas de esporte e lazer, realizando uma real fotografia da forma de ser e estar de seus habitantes .

No Estado do Amazonas a população estudada foi constituída pelos conselhos municipais e estaduais, ligas esportivas municipais, associações de bairro, escolas municipais e estaduais e entidades culturais.

O principal impacto ou benefício do projeto está diretamente ligado à tomada de posição da Secretaria Nacional de Esporte e Lazer no sentido de implantar políticas que certamente serão transformações positivas e duradouras para a sociedade.

Objetivos

Nosso objetivo geral foi realizar o diagnóstico das formas de oferecimento do esporte e do lazer aos habitantes do Estado do Amazonas tendo como foco os municípios selecionados por meio de ações educativas desenvolvidas pelo poder público.

Objetivos Específicos:

a) Identificar os setores de políticas públicas, que promovem programas, projetos e ações em esporte e lazer.

b) Analisar os programas, projetos e ações identificados, considerando: objetivos, público alvo, atividades, organização do tempo, equipamento e espaço, gestores, parceria, financiamento, avaliação e controle.

Metas

Realizar estudos diagnósticos nos Estados do Amazonas (sete polos), considerando levantamento e análise de dados que permitam:

1. Identificar características do Estado do Amazonas e municípios, estudados por meio de pesquisas estatísticas oficiais, considerando informações de base municipal, estadual, regio-

nal e nacional (Censos; Cadastros da Educação, Saúde e Serviço Social, Pesquisa sobre Perfil dos municípios brasileiros desenvolvida pelo Ministério do Esporte e IBGE, dentre outros).

2. Identificar interesses culturais e necessidades de esporte e lazer das populações que vivem em condições de vulnerabilidade social.

3. Identificar espaços e equipamentos adequados para a realização de atividades de esporte e de lazer que atendam às necessidades das populações investigadas.

4. Analisar, a partir de documentos oficiais, estatutos, programas e projetos, as políticas e os modelos de gestão de ações de esporte e lazer utilizados por Estados, prefeituras, entidades corporativas como Sesi e Sesc, associações de bairros, ligas esportivas e Conselhos Municipais/Estaduais inerentes ao esporte e lazer.

5. Realizar o levantamento das instituições envolvidas com as atividades de esporte e lazer desenvolvidas.

1.2 EM CAMPO: O PROCESSO DA PESQUISA

Para iniciar o processo foram realizadas várias ações: Constituição da equipe de trabalho (professores); elaboração dos instrumentos de coleta de dados; visita as instituições e entidades para expor e solicitar apoio para a realização da pesquisa; visita as instituições e entidades para a apresentação do instrumento de coleta de dados; seleção e treinamento dos bolsistas (licenciatura e bacharelado).

Na segunda etapa foi realizada a coleta de dados nas instituições e entidades objeto do estudo: Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria Municipal de Educação, federações esportivas e ligas esportivas municipais.

Como procedimentos metodológicos utilizou-se como método de *abordagem* o método *indutivo* e como método de *procedimento*, o método monográfico, utilizando as técnicas de observação direta intensiva e extensiva. Os resultados podem ser analisados sob vários prismas: do ponto de vista da logística, da formação de profissionais, da implementação de programas e controle social. Seja em que ângulo for, todos mostram a necessidade de se adotar políticas públicas de esporte e lazer como direito do cidadão e obrigação do Estado. O *status quo* indica que essas populações carecem de atividades de esporte lazer no seu dia-a-dia e o poder público deve portanto, implementar políticas que promovam contemplem essas necessidades.

1.3 ESTADO DO AMAZONAS

A pesquisa realizada no Estado do Amazonas abrangiu Manaus, sua capital e os municípios de Parintins, Benjamin Constant, Itacoatiara, Manacapuru, Coari e Humaitá.

Manaus

Manaus, capital do Estado do Amazonas, recebeu este nome em homenagem à valente tribo Manaós, é uma cidade portuária localizada à margem esquerda do rio Negro, no meio da floresta amazônica. A história de Manaus remonta ao ano de 1669, quando da construção do Forte de São José da Barra do Rio Negro, sendo elevada à categoria de cidade em 24 de outubro de 1848. Passou por fases de apogeu como a época da borracha, e atualmente busca sua sustentabilidade e desenvolvimento através do modelo Zona Franca de Manaus.

A Manaus de hoje é a capital brasileira que mais cresceu nos últimos dez anos. Possui o maior polo industrial de eletroeletrônicos, duas rodas, relojoeiros e de celulares da América do Sul,

com um PIB acima de US\$ 15 bilhões, posicionando a cidade como a melhor cidade do Norte para investimentos e a terceira das regiões Norte/Nordeste (pesquisa realizada pela empresa Simonsen Associados em parceria com a revista Exame, 2004).

Transformou-se num importante polo do chamado Turismo Ecológico, proporcionado por uma localização privilegiada, atraindo milhares de visitantes, principalmente estrangeiros, graças, sobretudo, à sua flora e fauna diversificadas e à riqueza de suas belezas naturais. Toda esta evolução socioeconômica é o resultado em grande parte de grandes investimentos da prefeitura na melhoria da infraestrutura urbana e na qualidade de vida da população, que transformou Manaus na 4.^a melhor cidade do País para se trabalhar e viver (revista Exame 2004).

DADOS GERAIS

A população total do município era de 1.405.835 de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000). Sua área é de 11.401,06 km² representando 0,73 % do Estado, 0,30 % da região e 0,13 % de todo o território brasileiro e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,77 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/Pnud (2000)



Área Territorial: **11.401,06 km²**
Fonte: IBGE
Ano de Instalação: **1833**
Microrregião: **Manaus**
Mesorregião: **Centro Amazonense**
Altitude da Sede: **92,00 m**
Distância à Capital: **0,00 Km**
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/Pnud

Demografia

As informações populacionais foram baseadas nos censos demográficos realizados pelo IBGE (www.ibge.gov.br) nos anos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Além disso, também é possível encontrar as estimativas dos anos de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005 somente para os municípios.

Eventos esportivos e culturais:

| Período | Evento |
|-----------------------|---|
| Janeiro | Folia das Bandas |
| Fevereiro | Projeto Poesia Falada e Encenada Rain Fest Carnaval Amazonense – Desfiles dos Blocos Carnavalescos “1º e 2º grupos” |
| Fev. a Março | Carnaval Amazonense – Grupo Especial Baile do Hawai Tropical Hotel Carnaboi Festfilm -1 minuto |
| Abril | |
| | Festival de Calouros do Sesc Seminário de Propaganda e Marketing da Amazônia Jogos Sesi Amazonas Festival Amazônia de Ópera |
| Maio | Festa do Trabalhador |
| Março a Agosto | Copa TV Amazonas de Futsal Peladão-Campeonato de Peladas – março a dezembro |
| | Circuito Esportivo Sesi/ AM |
| Junho | Saga do Boi Tropical Festa Junina do Comerciarío Festival Folclórico dos Bois em Manaus Festa Junina da 3.ª Idade Festival Folclórico do Amazonas Festival de Jazz Procissão Fluvial de São Pedro |

| | |
|-----------------|--|
| Julho | Mostra Literária do Amazonas Festival de Dança |
| Agosto | Salão Arte Sebrai Mostra Folclórica Sesi/ AM |
| Setembro | Forró Manaus Semana de Aniversário do Sesc |
| Outubro | Copa TV Amazonas de Voleibol Baile Halloween Tropical Feiras dos Tururis Feira de Livros Infantis do Sesc Boi Manaus/Aniversário da cidade Feira de Gastronomia do Amazonas |
| Novembro | Chegada do Papai Noel e Mundo Encantado do Papai Noel |
| Dezembro | Baile Tradicional do Réveillon Tropical Feira de Natal |

Parintins



Área Territorial: **5.952,33 km²**

Fonte: IBGE

Ano de Instalação: **1848**

Microrregião: **Parintins**

Mesorregião: **Centro**

Amazonense

Altitude da Sede: **27,00 m**

Distância à Capital: **368,80**

Km

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/Pnud

Histórico

Na metade do séc. XVIII acontecem diversas viagens exploratórias à região, a mando do governo português. Em 1796, o capitão José Pedro Cordovil desembarca com seus escravos e agregados numa ilha da região.

Em 1803 é criada a missão religiosa em Tupinambarana, com a denominação de Vila Nova da Rainha e sob a direção de Frei José das Chagas. Em 3.9.1818, um manifesto sob a forma de petição, assinada por 109 moradores é dirigido à D. João VI, solicitando a elevação da localidade à categoria de Vila. Provavelmente em 1832, é criada a freguesia.

Em 24.10.1848 pela Lei Estadual n.º 146 dá-se a elevação à vila com o nome de Vila Bela da Imperatriz. Em 15.10.1852 é confirmada a criação do município que se instala em 14.3.1858. Em 14.9.1858, é criada por Lei Provincial, a comarca, compreendendo os termos judiciários de Vila Bela da Imperatriz e Vila da Conceição.

Em 30.10.1880, pela Lei Provincial no. 499, a sede do município recebe foros de cidade e passa a denominar-se Parintins.

Alguns eventos e festas populares do município:

| | |
|------------------|--|
| Data: | 6 de Janeiro |
| Definição | Dia de Reis |
| Descrição | Ao som das pastorinhas, uma festa que lembra o reisado nordestino, Parintins revive o nascimento do menino Jesus. Coloridos presépios e figuras, entre elas, Pastor, Rainha das Flores, Campina, Samaritana, Galego, Castanholas, Cigana e outros, dão um significado único à festa que sai às ruas da cidade, entoando melodias ao som de cavaquinhos, banjos, violões e violinos. A festa tem seu encerramento com a tradicional queima das palhinhas do presépio. |

| | |
|------------------|---|
| Data: | 8, 9 e 10 de Fevereiro |
| Definição | Carnailha |
| Descrição | O carnaval de rua em Parintins mistura os ingredientes de dois carnavais famosos: Rio de Janeiro e Bahia. A folia ganha mais animação com a irreverência dos blocos da chave “B”, que se apresentam no domingo. Na segunda, os Blocos da Chave “A” e na terça-feira a Chave “Especial”, com carros alegóricos, alas e tururis (abadás) que dão um colorido especial na avenida. A avenida Paraíba torna-se “Avenida do Samba” com Arquibancadas, frisas, camarotes e cadeiras especiais são montados, oferecendo maior conforto e segurança aos visitantes. |
| Data: | 6 de março |
| Definição | Soltura de Quelônios |
| Descrição | A preservação das reservas ambientais e de suas espécies é a principal bandeira de luta dos moradores dos lagos: Aninga, Parananema, Macurany, Valéria, Lagunho e Murituba, regiões próximas à cidade. Os comunitários promovem a Soltura de Quelônios por meio do Projeto Pé-de-Pincha, coordenado pelo Ibama em parceria com a Universidade Federal do Amazonas(UFAM). O evento enfatiza a importância do desenvolvimento sustentável no município |
| Data: | 25 de Março |
| Definição | Paixão de Cristo |
| Descrição | Uma cidade cenográfica é projetada no Centro Cultural Amazonino Mendes para o espetáculo da fé. A encenação de afores e figurantes tem o acompanhamento da trilha sonora de um coral de oitenta vozes. Uma superprodução ao vivo, com mais de 40 mil espectadores que assistem com muita emoção às cenas dos momentos marcantes do homem que mudou a história da humanidade |

| | |
|------------------|---|
| Data: | 24 e 25 de Junho |
| Definição | Feira do Artesanato |
| Descrição | Exposição de peças confeccionadas com madeira, palha, juta, cipó, sementes, penas e tecidos, enfeitam Feira do Artesanato de Parintins. São trabalhos regionais produzidos pelas mãos dos índios e caboclos da Ilha. A feira reúne milhares de pessoas que visitam os estandes e aproveitam para conhecer detalhes da vida simples do povo. Quem visita Parintins não pode sair sem antes levar na bagagem uma lembrança da terra do boi-bumbá. |

| | |
|------------------|---|
| Data: | Último Tríduo do mês de Junho |
| Definição | Festival Folclórico |
| Descrição | Realizado no meio da floresta amazônica, o Festival Folclórico de Parintins, é a maior manifestação cultural do Norte. Dois bumbás. Garantido e Caprichoso, se apresentam na arena do Bumbódromo, anfiteatro com capacidade para 40 mil pessoas, que se divide entre as duas torcidas, que irradiam animação e muito calor humano. O vermelho, do Garantido e o azul, do Caprichoso tomam conta da cidade numa disputa espetacular de criatividade. As lendas e mitos da Amazônia, assim como as histórias das tribos e dos caboclos, ganham vida pelas mãos dos artistas parintinenses. A toada, é o ritmo que transmite entusiasmo e emoção. O festival reúne ainda apresentação de quadrilhas, danças de pássaros e outras manifestações culturais do folclore regional. |

| | |
|------------------|---|
| Data: | 6 a 16 de Julho |
| Definição | Festa da Padroeira de Parintins Nossa Senhora do Carmo |
| Descrição | Pagadores de promessa, romeiros, devotos da fé e do amor. Pés descalços, agradecimentos, esperança. É a Festa da Padroeira de Parintins, Nossa Senhora do Carmo onde, em média 35 mil pessoas acompanham a maior festa religiosa do interior da Amazônia. Durante os dias de festa acontece o tradicional arraial, com atrações regionais na praça da Matriz |
| Data: | 21 de Agosto |
| Definição | Pesca Esportiva |
| Descrição | Parintins fica numa região que possui muitos atrativos naturais. Zé-Açu, Uaicurapá, Mocambo, Cabury, Mamurú, Tracajá, Paraná do Espírito Santo e Valéria são alguns dos lagos procurados pelos turistas e moradores da cidade que praticam a Pesca Esportiva. Durante o evento, são promovidas competições aquáticas e concurso para a escolha do maior peixe do lago. A Pesca Esportiva esta incluída no Calendário Nacional de Pesca Amadora Sustentável reconhecido pela Embratur. |

| | |
|------------------|--|
| Data: | 20 de Setembro |
| Definição | Festival de Verão |
| Descrição | A exuberância da maior floresta do planeta e as belas praias de Itaracuera, no paraíso encantado e tropical do rio Uaicurapá servem de cenário para o Festival de Verão. O evento é realizado nos dias 20 e 21 de setembro e concentra milhares de banhistas. Bandas musicais com shows durante o dia e a noite, luzes e fogos de artifícios fazem parte da atração. |

| | |
|------------------|---|
| Data: | Outubro |
| Definição | Aniversário da Cidade Festival de Toada |
| Descrição | O ritmo, toada de boi bumbá, surgiu a mais de um século noventa anos, desde seu nascimento produziu um número incontável do gênero, dessa quantidade são utilizadas cercas de 01% pelos bumbás Garantido e Caprichoso, as outras se perdem com o tempo. A necessidade de tornar conhecidas as toadas não utilizadas pelos bumbás e entrar no competitivo mercado fonográfico. |

| | |
|------------------|---|
| Data: | 15 de Outubro |
| Definição | Aniversário da Cidade |
| Descrição | Inaugurações de obras, festa na praça com danças típicas fazem parte da programação de Aniversário da Cidade. As comemorações se estendem até o final do mês com exposições culturais e outros eventos populares. O evento conta com a participação de artistas de renome nacional, atraindo milhares de pessoas, na Praça da Catedral. |

| | |
|------------------|--|
| Data: | Novembro |
| Definição | Feira Agropecuária Expopin |
| Descrição | E maior Exposição Feira Agropecuária do interior do estado. Concursos de animais, rodeios, leilões e shows musicais acontecem no Parque de Exposições Luiz Lourenço de Souza. Vários criadores do norte do país participam do evento. O município de Parintins é detentor do maior rebanho bovino e bubalino do Amazonas, A feira promove ainda o concurso para a escolha da Garota Expopin. |

| | |
|------------------|-------------------------|
| Data: | 21 a 23 de Dezembro |
| Definição | Festival de Pastorinhas |
| Data: | 31 de Dezembro |
| Definição | Réveillon na Orla |

| | |
|------------------|--|
| Descrição | Muitos fogos de artifícios anunciam a chegada do novo ano, na ilha Tupinambarana. O Réveillon de Parintins é realizado às margens do rio Amazonas, com muita festa, alegria, paz e grande participação popular. Gente da cidade e de outros lugares toma conta de toda a extensão da orla. Três palcos alternativos são montados para oferecer maior opção e tranquilidade aos visitantes. O show pirotécnico acontece nas balsas estrategicamente ancoradas à margem do rio. Oferendas a lemanjá são feitas. Atrações musicais contagiam o público que festeja até o amanhecer. |
|------------------|--|

Outros eventos

| | |
|------------------|--|
| Data: | Abril à Maio |
| Definição | Temporada de Festas e Ensaios dos Bois Bumbás – Garantido e Caprichoso |
| Data: | 12 à 30 de junho |
| Definição | Festival Folclórico e Festival de Quadrilhas – Comunidade do Zé Açú |
| Data: | Setembro |
| Definição | Festival de Verão do Uaicupará |
| Data: | Setembro |
| Definição | Festival de Verão do Cabury |
| Data: | Junho |
| Definição | Festival Folclórico |
| Data: | Setembro |
| Definição | Festival de Música Sacra – Femusa |
| Data: | Setembro |
| Definição | Festival do Beijú – Agrovila do Mocambo |
| Data: | 1.º semestre do ano |
| Definição | Projeto Esporte Solidário |
| Data: | Agosto |
| Definição | Festival de Pesca do Peixe Liso – Comunidade do Paraná do Espírito Santo |

Dados Gerais

A população total do município era de 90.150 de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000).

Sua área é de 5.952,33 km² representando 0,38 % do Estado, 0,15 % da região e 0,07 % de todo o território brasileiro.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,70 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/Pnud (2000)

Itacoatiara



Área Territorial: **8.891,99 km²**

Fonte: IBGE

Ano de Instalação: **1874**

Microrregião: **Itacoatiara**

Mesorregião: **Centro**

Amazonense

Altitude da Sede: **26,00 m**

Distância à Capital: **175,48 Km**

Fonte: Atlas de

Desenvolvimento Humano/

Pnud

História

Em 1655 foi criada pelo Padre Antônio Vieira a Missão de Arroquis na Ilha do Albi. Em 1757, os habitantes da Aldeia dos Abacaxis são transferidos para a margem esquerda do Amazonas onde atualmente está a cidade de Itacoatiara.

Em 1758, Francisco Xavier de Mendonça passa pelo local em sua segunda viagem pela região, com a finalidade de instalar a capitania de São José do Rio Negro.

Em 1759, a aldeia é elevada a vila com denominação de Serpa.

Em 1833 é suprimido o nome de Vila, passando Serpa a freguesia ou colégio eleitoral, dependendo do termo da Vila de Manaus e sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário de Serpa.

O Município de Itacoatiara foi criado pela lei n.º 74 de 10 de dezembro de 1857. Mas no ano de 1858, outra vez é erigida em vila, com o nome de Nossa Senhora do Rosário de Serpa.

Em 27.11.1871, pelo Decreto Imperial n.º 5.146, é criado o termo judiciário de Serpa.

Em 10.2.1872, por meio do Decreto Imperial n.º 5.210, o termo judiciário de Serpa é reunido ao de Silves.

Em 25.4.1874, a Lei n.º 283, eleva a antiga Vila de Serpa a categoria de cidade, com o nome de Itacoatiara.

Em 25.4.1876, é criada a comarca que se instala em 11.9.1896. Em 28.11.1830, pelo Ato Estadual n.º 45, o município de Urucará é anexado ao de Itacoatiara.

Em 14.9.1931, pelo Ato Estadual n.º 33, o Município de Urucurituba é anexado ao de Itacoatiara.

Em 1935, com a reconstitucionalização do estado, Urucará e Urucurituba retornam à condição de municípios.

Em 1.12.1938, pelo Decreto Lei Estadual n.º 176, a comarca de Itacoatiara perde os distritos de Ambrósio Aires e Murutinga para o novo município de Autazes e parte do subdistrito de Curupira para o novo município de Nova Olinda do Norte.

Em 10.12.1981, pela Emenda Constitucional no.12, de seu território é desmembrado o distrito de Amatari, que passa ao município de igual nome.

Festas e Eventos

| | |
|------------------|--|
| Data: | Acontece no mês de setembro |
| Definição | Festival da Canção de Itacoatiara – Fecani |
| Data: | 25 de Abril |
| Definição | Festa do Aniversário da Cidade |
| Data: | Mês de Março |
| Definição | O Salão de Artes Plásticas |
| Data: | 24 a 30 de Junho |
| Definição | Festival Folclórico de Itacoatiara - Fesfi |
| Data: | 19 à 25 de Abril |
| Definição | Feira Industrial de Itacoatiara |
| Data: | 24 à 30 de Junho |
| Definição | Festival Folclórico de Itacoatiara |

| | |
|------------------|--|
| Data: | 4 à 7 de setembro |
| Definição | Festival da Canção de Itacoatiara – Fecani |
| Data: | 24.10 à 1.º 11 |
| Definição | Festa da Padroeira |
| Data: | 20 de Junho |
| Definição | Procissão Fluvial de São Pedro |
| Data: | 20 a 29 de junho |
| Definição | Festa de São Pedro |

Dados Gerais

A população total do município de 72.105 de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000).

Sua area é de 8.891,99 km² representando 0,57 % do Estado, 0,23 % da região e 0,10 % de todo o território brasileiro.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,71 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/Pnud (2000)

Manacapuru



Área Territorial: **7.329,23 km²**

Fonte: IBGE

Ano de Instalação: **1894**

Microrregião: **Manaus**

Mesorregião: **Centro**

Amazonense

Altitude da Sede: **60,00 m**

Distância à Capital: **69,69 Km**

Fonte: Atlas de

Desenvolvimento Humano/
Pnud

História

Em 15.2.1786, após a pacificação dos silvícolas, é fundada a atual cidade de Manacapuru numa aldeia de índios muras. Em 12.08.1865, pela Lei Provincial n.º 148, é criada a freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Manacapuru. Em 27.9.1894, pela Lei Estadual n.º 83, Manacapuru é elevada a vila e é criado o município, desmembrado de Manaus. em 10.8.1901, pela Lei Estadual n.º 354, é criada a comarca de Manacapuru.

Em 5.11.1921, pela Lei Estadual n.º 1.126 é extinta a comarca, que é restabelecida em 07.2.1922, pela Lei Estadual n.º 1.133. Em 16.7.1932, pela Lei Estadual n.º 1.639, Manacapuru recebe foros de cidade.

Em 1.12.1938, pelo Decreto Lei Estadual n.º 176, uma parte do território do município é transferida para Manaus, constituído o então distrito e atual município de Careiro. Em 10.12.1981, pela Emenda Constitucional n.º 12, Manacapuru desmembrou diversas partes de seu território, em favor dos novos municípios de Iranduba, Manaquiri, Beruri, Anamã e Caapiranga.

Festas e Eventos

| | |
|------------------|--|
| Data: | 11 a 16 de Julho |
| Definição | Aniversário da Cidade 16 de Julho data em que a “princesinha do Solimões”, como é conhecida a cidade de Manacapuru comemora seu Aniversário. |

| | |
|------------------|----------------------|
| Data: | Maio |
| Definição | Festa de Pentecostes |

| | |
|------------------|-------------------------|
| Data: | Junho |
| Definição | Semana do Meio Ambiente |

| | |
|------------------|--------------------------|
| Data: | Junho |
| Definição | Festejo de Santo Antônio |

| | |
|------------------|--|
| Data: | Junho |
| Definição | Gincana dos Lagos: Paru e Calado / Projeto Ecovida |

| | |
|------------------|--|
| Data: | 29 de Junho |
| Definição | Procissão de São Pedro Acontece no Rio Solimões, em frente da cidade de Manacapuru, organizada pela Colônia dos Pescadores Z-9. |

| | |
|------------------|---|
| Data: | Maio |
| Definição | Festejo de Nossa Senhora de Fátima (Festa do Pesqueiro) |

| | |
|------------------|------------------------------------|
| Data: | Maio |
| Definição | Festejo de Nossa Senhora de Fátima |

| | |
|------------------|------------------------|
| Data: | Fevereiro |
| Definição | Carnaval da Prefeitura |

| | |
|------------------|--|
| Data: | Julho |
| Definição | Manacapuru para Cristo Festa religiosa realizada pela Igreja Assembléia de Deus Tradicional |

| | |
|------------------|--|
| Data: | Julho / Agosto |
| Definição | Festejo de Santo Afonso Festa religiosa realizada na Comunidade de Santo Afonso, bairro de Terra Preta. |

| | |
|------------------|--|
| Data: | 26 e 27 de Outubro |
| Definição | I Festival da Canção Estudantil - Festcanção |

| | |
|------------------|---|
| Data: | Agosto |
| Definição | Festival de Ciranda de Manacapuru |
| Descrição | O Festival de Ciranda de Manacapuru é promovido pelas cirandas Grêmio Recreativo Flor Matizada, Associação Folclórica Unidos dos Bairros – Tradicional, e Grupo Recreativo e Folclórico Guerreiros Mura com o apoio da Prefeitura de Manacapuru e Governo do Estado do Amazonas. Ciranda é um complexo folclórico, com uma unidade perfeita e definida, formado de aglomerado de cantigas, algumas já tradicionais do Brasil e em Portugal. Em Manacapuru, apresentou-se pela primeira vez no ano de 1980, dançada por um grupo de crianças numa festa junina do Colégio Nossa Senhora de Nazaré, com aceitação glamorosa do público presente. |

| | |
|------------------|--|
| Descrição | Com o tempo foram surgindo grupos de cirandas que foram se profissionalizando. E, para homenagear as cirandas de Manacapuru foi construído um “Cirandódromo”, no “Parque do Ingá”. Hoje a ciranda está mais dinâmica, adaptou-se aos novos tempos, buscando mostrar através da manifestação popular a história de seu povo, sua origem e lendas, com novas músicas e ritmos, com indumentárias características ao tema desenvolvido a cada festival, e alegorias, com seu bailado cadenciado, transformou-se em paixão de um povo, e procura ultrapassar a barreira do regionalismo mostrando ao mundo sua força e sua arte. |
|------------------|--|

| | |
|------------------|---|
| Data: | Setembro |
| Definição | Formatura do Proerd |
| Descrição | Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, formatura realizada no Parque do Ingá com apoio da Prefeitura de Manacapuru. |

| | |
|------------------|-------------------------------|
| Data: | Setembro |
| Definição | Jeas - Jogos do Pólo Solimões |

| | |
|------------------|---|
| Data: | 7 a 15 de setembro |
| Definição | Arraial de Nossa Senhora das Dores |
| Descrição | Festa religiosa realizada na Comunidade de Nossa Senhora das Dores. |

| | |
|------------------|---|
| Data: | 22 a 24 de Setembro |
| Definição | Festa do Bodó |
| Descrição | Evento Cultural realizado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Piranha. |

| | |
|------------------|---------------------------|
| Data: | Setembo |
| Definição | Festival de Teatro Amador |

| | |
|------------------|--|
| Data: | 18 a 28 de Outubro |
| Definição | Círio de Nossa Senhora de Nazaré |
| Descrição | Dias 19 a 27 - Novenário. Dia 28 - Procissão com saída da igreja e chegada no Parque do Ingá. <i>Encerramento</i> no Parque do Ingá com show do Padre Antônio Maria. |

| | |
|------------------|---|
| Data: | 1.º a 4 de Outubro |
| Definição | Festejo de São Francisco |
| Descrição | Festa religiosa realizada na comunidade de São Francisco (bairro de São Francisco). |

| | |
|------------------|--|
| Data: | Outubro |
| Definição | Copa Sesc de Futsal Aberto |
| Descrição | Evento esportivo organizado pelo Sesc de Manacapuru. |

| | |
|------------------|---------------------------------------|
| Data: | Outubro |
| Definição | Festejo de Nossa Senhora da Conceição |

| | |
|------------------|---|
| Data: | 28 de Outubro |
| Definição | Festa do Funcionário Público |
| Descrição | Privilégio do funcionário público, o trabalho constitui sua nobreza. Só o trabalho cria verdadeiramente os valores culturais desses funcionários, só ele os conserva. Homenageamos os funcionários públicos deste município, que contribuíram e contribuem pelo trabalho realizado com abnegação e inteligência para a grandeza deste município, a dignidade do homem e a realização da paz social de Manacapuru. |

Dados Gerais

A População Total do Município era de 73.695 de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000).

Sua área é de 7.329,23 km² representando 0,47 % do Estado, 0,19 % da região e 0,09 % de todo o território brasileiro.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,66 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/Pnud (2000)

Coari



Área Territorial: **57.921,65 km²**

Fonte: IBGE

Ano de Instalação: **1874**

Microrregião: **Coari**

Mesorregião: **Centro Amazonense**

Altitude da Sede: **10,00 m**

Distância à Capital: **362,42 Km**

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/Pnud

História

Em princípios do séc. XVIII, o jesuíta Samuel Fritz funda uma aldeia de índios. Em 1759 a aldeia é elevada à freguesia. Em 21.5.1854, pela Lei Provincial n.º 287, é criado o Município de Coari. Em 15.11.1890 é instalado o termo judiciário de Coari. Em 10.4.1891 é criada a comarca de Coari, que se instala em 30.6.1891. em 30.11.1913, pela Lei Estadual n.º 741, é suprimida a Comarca de Coari, ficando seu termo judiciário subordinado a Tefé.

Em 14.2.1916, pela Lei Estadual n.º 844 é reinstalada a Comarca de Coari, ficando seu termo judiciário subordinado a Tefé. em 07.2.1922, pela Lei Estadual n.º 133, é suprimida nova-

mente a comarca. Em 10.3.1924, pela Lei Estadual n.º 122, restaura-se definitivamente a Comarca de Coari. Em 2.8.1932, pela Lei Estadual n.º 1.665, Coari é elevada à categoria de cidade.

Festa e Eventos

| | |
|------------------|------------------------------|
| Data: | mês de julho |
| Definição | Festa da Padroeira, Sant'Ana |

| | |
|------------------|-----------------|
| Data: | mês de dezembro |
| Definição | Festa da Banana |

| | |
|------------------|--------------------------------|
| Data: | 2 de agosto |
| Definição | Festa do Aniversário da Cidade |

| | |
|------------------|------------------------|
| Data: | 20 de janeiro |
| Definição | Festa de São Sebastião |

| | |
|------------------|----------------------------------|
| Data: | Junho - 2. ^a quinzena |
| Definição | Festival Folclórico |

Dados Gerais

A população total do município era de 67.096 de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000).

Sua área é de 57.921,65 km² representando **3,69 %** do Estado, **1,50 %** da Região e **0,68 %** de todo o território brasileiro.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,63 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/Pnud (2000)

Benjamin Constant



Área Territorial: **8.793,43 km²**

Fonte: IBGE

Ano de Instalação: **1931**

Microrregião: **Alto Solimões**

Mesorregião: **Sudoeste**

Amazonense

Altitude da Sede: **65,00 m**

Distância à Capital: **1.118,56 Km**

Fonte: Atlas de

Desenvolvimento Humano/

Pnud

História

Em 1750, já havia registro da existência, na foz do rio Javari, da aldeia de Javari fundada pelos jesuítas. Em 1755 a sede da capitania foi instalada na aldeia de Javari. Em 1766, foi fundada a povoação de São Francisco Xavier de Tabatinga. Em 1866, fixado nas proximidades de Tabatinga o marco limite entre o Brasil e o Peru. Em 1898, pela Lei Estadual n.º 191 foi criado o Município de Benjamin Constant, por desmembramento do território do município de São Paulo de Olivença. Em 1928, pela Lei Estadual n.º 1375, a sede do município é transferida para o povoado de Esperança. Em 31.3.1938, pelo Decreto Estadual n.º 38, Benjamin Constant é elevado à categoria de cidade. Em 1952, pela Lei Estadual n.º 266, é criada a comarca de Benjamin Constant. Em 1968, pela Lei Federal n.º 5.449, o município é enquadrado como “Área de Segurança Nacional”.

Festas e Eventos

| | |
|------------------|--|
| Data: | 8 de dezembro |
| Definição | Festa da Padroeira, Nossa Senhora da Conceição |
| Data: | Mês de junho |
| Definição | Festival Folclórico |

Dados Gerais

A população total do município era de 23.219 de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000).

Sua área é de 8.793,43 km² representando 0,56 % do Estado, 0,23 % da região e 0,10 % de todo o território brasileiro.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,64 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/Pnud (2000)

Humaitá



Área Territorial: **33.071,67 km²**

Fonte: IBGE

Ano de Instalação: **1890**

Microrregião: **Madeira**

Mesorregião: **Sul Amazonense**

Altitude da Sede: **58,00 m**

Distância à Capital: **591,03 Km**

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD

História

Os idos do ano de 1869, o comendador José Francisco Monteiro funda a freguesia de Nossa Senhora do Bem de

Humaitá. Em 1888, por meio da Lei Provincial n.º 790, assinada pelo 3.º vice-presidente da Província do Amazonas, cônego Raimundo Amâncio de Miranda, a sede da freguesia é estabelecida no lugar chamado Humaitá.

Por meio do Decreto n.º 31, de 1890, desmembra-se o território do Município de Manicoré e é criado o Município de Humaitá. Um ano depois é criada a Comarca de Humaitá. Em 1894, a Lei n.º 90, eleva a sede do município à condição de cidade.

Festas e Eventos

| | |
|------------------|--|
| Data: | 8 de dezembro |
| Definição | Festa da Padroeira, Nossa Senhora da Conceição |

| | |
|------------------|---|
| Data: | Mês de junho |
| Definição | Expoagro Com vaquejadas e exposição de máquinas e produtos agrícolas |

| | |
|------------------|--------------------|
| Data: | Data móvel |
| Definição | Festival Ecológico |

| | |
|------------------|--------------------|
| Data: | Data móvel |
| Definição | Festa do Peixe-boi |

| | |
|------------------|---------------------|
| Data: | Junho |
| Definição | Festival Folclórico |

| | |
|------------------|-------------------|
| Data: | 17 de novembro |
| Definição | Festival de Verão |

| | |
|------------------|--------------------------------------|
| Data: | 29 à 30 de agosto |
| Definição | Festival de Música Popular Airãoense |

| | |
|------------------|--------------------------|
| Data: | Julho - data móvel |
| Definição | Festival da Canção |
| Data: | 27.04 à 25.05 |
| Definição | Festejos de Santo Ângelo |

| | |
|------------------|--------------------|
| Data: | 29 de junho |
| Definição | Festa de São Pedro |

| | |
|------------------|------------------------|
| Data: | 19 de janeiro |
| Definição | Festa de São Sebastião |

Dados Gerais

A população total do município era de 32.796 de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000).

Sua Área é de 33.071,67 km² representando 2,11 % do Estado, 0,86 % da Região e 0,39 % de todo o território brasileiro.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,68 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/Pnud (2000)

O que revelam as fontes

O presente estudo teve como foco o movimento esportivo educacional, comunitário e de lazer, cujos dados foram levantados em organismos oficiais: Secretaria de Estado da Juventude Esporte e Lazer; Secretaria Municipal de Esporte; Secretaria de Estado da Educação; secretarias (capital e interior) municipais de Educação; federações esportivas e ligas esportivas municipais.

Ligas Esportivas Municipais:

Referente às ligas esportivas num total de 28, representando todas as regiões (norte, sul, leste e oeste) da cidade de Manaus, os principais resultados encontrados foram:

1. Importante saber que a cidade Manaus através das 28 ligas esportivas municipais oferece de forma organizada atividades esportivas e culturais para a sua respectiva comunidade nas diversas faixas etárias.

2. Confirma-se a predominância do sexo masculino (27) como presidente de ligas, enquanto que somente uma liga é dirigida por uma pessoa do sexo feminino.

3. No que diz respeito à formação acadêmica dos presidentes de ligas, predomina o ensino médio como formação, estendendo-se aos outros dirigentes de atividades administrativas e de orientação das atividades.

4. Dentre as atividades oferecidas pelas ligas, destacamos as seguintes:

Criança: futsal, dança, futebol de campo, artes marciais, voleibol e xadrez. **Jovens:** futsal, dominó, futebol de campo, futebol society, futevôlei, handebol, artes marciais, queimada, voleibol, vôlei de areia e xadrez.

Adulto: caminhada, futsal, dança, dominó, futebol de campo, ginástica, voleibol e xadrez.

Federações Esportivas:

Federações Esportivas num total de 21, são responsáveis pelo desenvolvimento das mais diversas modalidades esportivas na cidade de Manaus e os principais resultados encontrados foram:

1. Tanto nas federações esportivas quanto nas ligas esportivas municipais há predominância do sexo masculino tendo 20 como presidentes de ligas, enquanto que somente uma Federação é dirigida por uma pessoa do sexo feminino.

3. Relativamente à formação acadêmica dos presidentes de Federações, a predominância é dividida entre o ensino médio e o superior, quanto também os outros dirigentes de atividades administrativas, orientação técnica e arbitragem.

4. No que diz respeito à Justiça Esportiva específica, somente seis Federações possuem Justiça Esportiva própria.

5. Outro aspecto interessante é que as federações esportivas são responsáveis pelo desenvolvimento do esporte em todo o Estado, mas somente quatro Federações possuem ligas esportivas no interior do Estado.

6. No que se refere ao tempo de atuação da entidade com técnicos esportivos árbitros, os períodos são praticamente semelhantes, ou seja, variam entre um e dois anos de atuação.

Secretaria Municipal de Educação

Para efeito administrativo a cidade de Manaus é dividida pela Secretaria Municipal de Educação- Semed em sete zonas, a saber: Sul, Centro-Sul, Oeste, Centro-Oeste, Leste, Norte e rural, com um total de 375 professores de educação física:

Relativamente ao sexo a Semed possui:

213 professores do sexo feminino,

162 professores do sexo masculino.

A Rede Municipal de Ensino possui escolas em todas as zonas com a distribuição dos professores da seguinte maneira:

Zona Sul (140), Zona Centro-Sul (50), Zona Oeste (82),

Zona Centro-Oeste (12), Zona Leste (41), Zona Norte (32) e Zona rural (18).

No âmbito da formação acadêmica os professores de educação física possuem a seguinte titulação:

Graduado (226)

Especialista (142)

Mestre (7).

No que concerne formação acadêmica e o sexo, os resultados são os seguintes:

Graduados: 120 do sexo feminino e 106 do sexo masculino

Especialista: 87 do sexo feminino e 55 do sexo masculino
 Mestres: seis do sexo feminino e um do sexo masculino
 Quanto ao regime de trabalho, os 375 professores vinculados a Rede Municipal de Ensino estão assim distribuídos:
 237 são de tempo integral
 134 são de tempo parcial.
 Secretaria da Juventude Esporte e Lazer -Sejel
 Programa Dinâmica na Juventude, Ações Esportivas e de Lazer

| | |
|---|--|
| Tipo de Programa | Finalístico |
| Objetivo Geral | Proporcionar condições para o desenvolvimento do esporte e atividades socioeducativas no Estado, visando a interação e integração social, o apoio e a formação de atletas, bem como a melhoria da qualidade de vida da população em geral. |
| Indicadores ou parâmetros utilizados | Unidades Esportivas Construídas, Ampliadas e Reformadas Variação do percentual de atendimentos realizados nos núcleos de esporte e lazer implantados pela Sejel. |
| Público-Alvo | Estudantes, atletas, pessoas idosas e a sociedade em geral. |

Ações e Resultados

O Programa Dinâmica na Juventude, Ações Esportivas e de Lazer desenvolve-se em torno de sete ações para o alcance de seu objetivo, a saber:

| |
|--|
| 1. Fomento às ações esportivas e de lazer |
| 2. Reforma de Unidades Esportivas |
| 3. Construção e ampliação de Unidades Esportivas |

| |
|--|
| 4. Interação Esporte-Escola |
| 5. Juventude e Cidadania |
| 6. Jogos Especiais |
| 7. Esporte e Lazer para a Pessoa Idosa no Amazonas |

Destacamos a seguir as principais atividades/ projetos desenvolvidos no âmbito das ações mencionadas:

ACÇÃO ESPORTE E LAZER PARA A PESSOA IDOSA NO AMAZONAS

Tem como finalidade garantir o acesso ao esporte e lazer para a pessoa idosa, através dos seguintes programas, projetos e atividades: Programa Vida Saudável, Projeto Vidativa e Centro de Convivência do Idoso.

1.1 PROGRAMA VIDA SAUDÁVEL

O projeto visa proporcionar a inclusão social do idoso advinda da cultura corporal através de esporte recreativo, lazer e atividades físicas, culturais e artísticas de cunho lúdico, desenvolvendo as atividades de voleibol, basquetebol, ginástica aeróbica, hidroginástica, natação, danças, oficinas de trabalhos manuais e atividades recreativas.

Com o apoio do Governo Federal por intermédio do Ministério do Esporte foram mantidos 32 núcleos de Esporte e Lazer na cidade – **Programa Vida Saudável até agosto de 2009** com recurso do Governo Federal, sendo disponibilizadas cem vagas por núcleo, os quais oferecem atividades físicas, esportivas e de lazer a pessoas idosas com idade acima de 45 anos.

As atividades do Programa Vida Saudável são desenvolvidas por uma equipe multidisciplinar composta por coordena-

dor geral-coordenador técnico, profissionais de educação física, coordenadores de núcleo e monitores. Os núcleos funcionam em espaços cedidos por igrejas, centros comunitários, associações e clubes localizados nos municípios de: Manaus, Iranduba, Parintins, Autazes e Manacapuru.

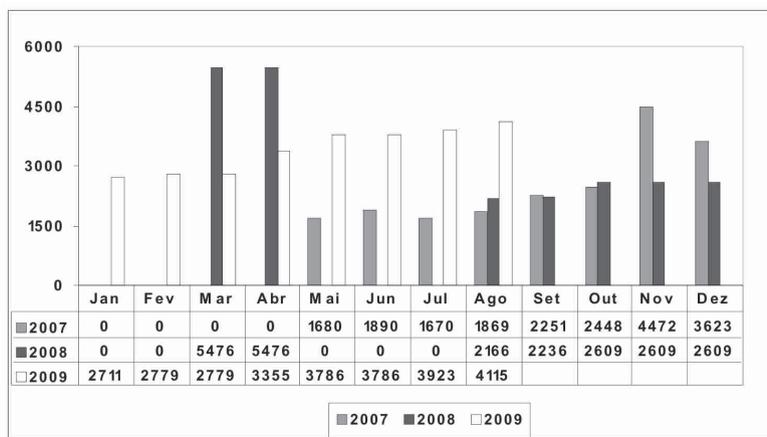


Figura 1: Número de idosos participantes nos núcleos do Programa Vida Saudável entre 2007 e 2009

A figura 1 nos mostra que houve crescimento anual do número de participantes no programa, tendo o ponto máximo no mês de agosto/09.

1.2 PROJETO VIDATIVA

O projeto Vidativa promove ações que atendam as necessidades da pessoa idosa, possibilitando a integração com a família e comunidade viabilizando o desenvolvimento nos aspectos biopsicossociais, contribuindo para que os mesmos possam redescobrir suas potencialidades, independências e autonomia, com isto gera um favorecimento na melhoria da qualidade de vida.

De 25/1 a 2/2/09 o projeto Vidativa participou com uma equipe de assistentes sociais e a coordenadora do projeto no fórum Social Mundial realizado em Belém/PA.

O projeto é executado atualmente durante dez meses (de março a dezembro), porém existe uma equipe interna que prossegue com as atividades no mês de janeiro e fevereiro em sala localizada na arena Amadeu Teixeira. Nesse período os grupos atendidos estão em férias e apenas alguns coordenadores permanecem em articulações com a confecção das fantasias para o carnaval do idoso.

A parceria entre o governo do Estado e a empresa Recofarma possibilitou a manutenção dos núcleos do Projeto Vidativa, oferecendo oportunidade de esporte, lazer e melhor qualidade de vida para as pessoas idosas na capital e interior do Estado, através de palestras, dinâmicas de grupo, caminhadas, oficinas, passeios, seminários, fóruns, danças, acompanhamento psicológico, fisioterápico, entre outras.

O projeto funciona em espaços cedidos por igrejas e associações distribuídos em 35 núcleos, sendo 30 em Manaus e cinco nos municípios de Rio Preto da Eva, Iranduba e Presidente Figueiredo. As atividades são desenvolvidas por uma equipe multidisciplinar formada por assistente social, psicólogo, fisioterapeuta, profissionais de educação física, coordenadores de grupo, administrador, assistentes e auxiliar administrativo, e estagiários de dança, psicologia, educação física, serviço social e fisioterapia.

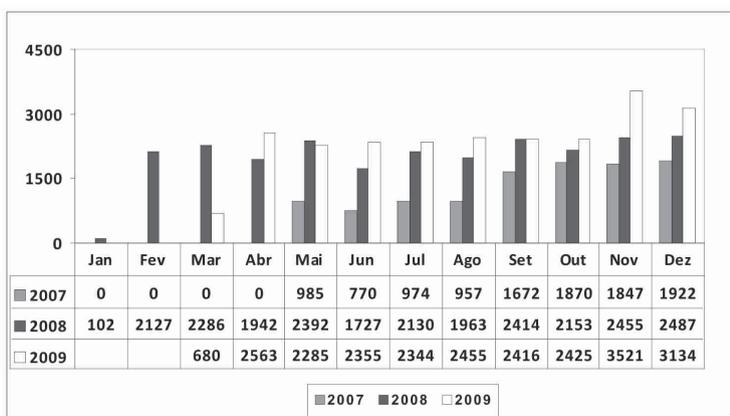


Figura 2: Número de idosos participantes nos núcleos do Projeto Vidativa, entre 2007 e 2009.

Pela figura 2 podemos verificar que há um crescente interesse de idosos para participação no programa. A cada ano o número de idosos aumenta e o pico de participação foi verificado no mês de novembro/09 com mais de 3.500 idosos.

1.3 CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO

Inaugurado em agosto/2008, o Centro de Convivência do Idoso localizado no bairro de Aparecida em Manaus, oferece diariamente atividades de hidroginástica, musculação, ginástica, alongamento, geronto-capoeira, yoga, caminhada, Tai Chi Chuan, tratamento fisioterápico e lazer e recreação a idosos a partir de 50 anos.

A seguir destacam-se as atividades desenvolvidas no referido Centro visando a melhoria da qualidade de vida do idoso por meio da prática desportiva, da cultura e do lazer.

Realização da 1.^a caminhada pela paz onde perto de 500 pessoas caminharam pelo bairro de Aparecida levando a mensagem de paz e alegria aos moradores.

O “BAILE DOS NAMORADOS” com a presença da banda Cover dos Beatles e Máquina do Tempo com participação aproximadamente de 200 casais.

O serviço de fisioterapia oferecido auxilia na recuperação, reabilitação e inserção dos idosos nas atividades físicas.

Além de atender ao público acima de 50 anos, também recebe atendimento o grupo chamado de **envelhecetes**, que são as pessoas acima de 40 anos, que recebem orientações de como se preparar para o processo de envelhecimento.

No mês de agosto foram realizados vários eventos e comemorações ao primeiro ano de existência do Centro de Convivência do Idoso, com macro-aulas, apresentações, micareta, torneios e jogos.

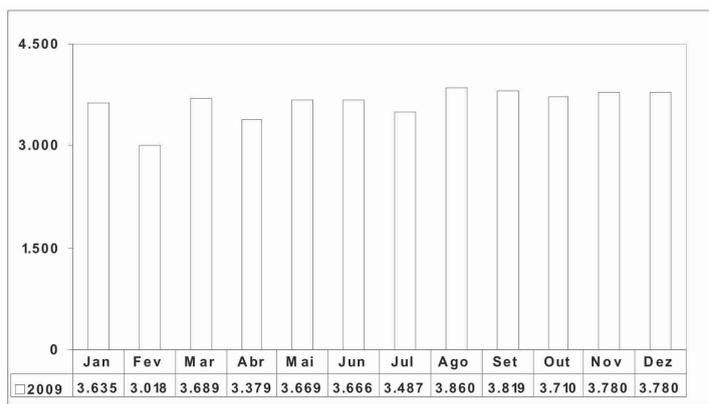


Figura 3: Número de idosos matriculados no Centro de Convivência do Idoso (Aparecida) no ano de 2009.

Pela figura 3 pode-se dizer que há um equilíbrio no número de matriculados durante os doze meses do ano, à exceção de fevereiro que apresenta o menor número, possivelmente por ser um período típico de viagens em férias e de carnaval.

2.1 AÇÃO INTERAÇÃO ESPORTE-ESCOLA

Tem como finalidade proporcionar o intercâmbio socio-desportivo e cultural entre os estudantes e a comunidade escolar, estabelecendo ambiente propício ao crescimento do espírito competitivo bem como possibilitar a desenvoltura do potencial expressivo e criativo do aluno contribuindo para a redução da evasão escolar, através dos seguintes projetos e/ou atividades: Programa Segundo Tempo, Projeto Navegar e Olimpíadas Escolares.

2.2 PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

O Programa Segundo Tempo é um programa do Governo Federal implantado nas escolas públicas estaduais o qual visa oportunizar a prática esportiva, como instrumento educacional, visando o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes na faixa etária de sete a 17 anos. É disponibilizado aos núcleos reforço alimentar, material esportivo, estagiários e profissionais de educação física para desenvolver as atividades desportivas no contraturno escolar. No total são 20.800 alunos beneficiados pelo programa, sendo 89 núcleos na capital e 15 núcleos no interior, a saber: 1) Careiro, 2) Iranduba, 3) Itacoatiara (dois núcleos), 4) Manacapuru (dois núcleos), 5) Nova Olinda do Norte, 6) Presidente Figueiredo, 7) Rio Preto da Eva, 8) Santo Antônio do Içá, 9) São Paulo de Olivença, 10) Tefé (dois núcleos), 11) Tonantins e 12) Jutai.

Em 2009 foi realizado o Projeto Piloto do Programa Segundo Tempo – Recreio nas Férias que ofereceu aos beneficiados o acesso a atividades lúdicas, esportivas, artísticas, culturais, sociais e turísticas diferenciadas e complementares no período de férias escolares de janeiro, como parte das ações estratégicas do Programa Segundo Tempo.

Atividades culturais: Grupo de dança de rua e Hip Hop do Projeto Galera Nota 10.

Passeios: Em Manaus foram realizados passeios ao Zoológico do Cigs e Centro Cultural Povos da Amazônia, nos demais municípios o passeio foram realizados passeios a locais históricos da cidade.

Atividades esportivas: Jogos pré-desportivos: Basquete, voleibol, futsal, handebol e futebol.

FOMENTO ÀS AÇÕES ESPORTIVAS E DE LAZER

Ação que tem como finalidade apoiar e incentivar o esporte e as práticas desportivas e de lazer no Estado do Amazonas viabilizando o acesso da população, através dos seguintes projetos e/ou atividades: Bom de Bola, Projeto Jovem Cidadão, Programa Esporte e Lazer na Cidade (Pelc), Centro de Treinamento de Alto Rendimento da Região Norte, Projeto Projovem Urbano, Centro de Convivência da Família Padre Vignola, Centro de Convivência da Família – Mutirão, Jogos do Servidor Público do Amazonas (Jospam), Convênios com entidades sem fins lucrativos, concessão de passagens aéreas a atletas, apoio a clubes de futebol, atividades desenvolvidas nas quadras localizadas nas áreas do Prosamim e preparação para a copa 2014.

QUADRO GERAL DE ATENDIMENTO INDIRETO

| NOME DO CEL | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|----------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|-------|-------|-------|
| Alvorada | 1.833 | 1.923 | 2.373 | 3.523 | 2.873 | 2.053 | 1.953 | 1.873 | 1.923 | 5.596 |
| Campos Elíseos | 218 | 307 | 362 | 568 | 432 | 512 | 512 | 512 | 512 | 512 |
| Dom Pedro | 230 | 516 | 1.200 | 113 | 86 | 190 | 780 | 620 | 685 | 385 |
| Rouxinol | 154 | 176 | 1.565 | 1.831 | 3.320 | 6.285 | 10.785 | 9.304 | 7.616 | 3.245 |
| Redenção | 2.723 | 3.153 | 3.820 | 3.010 | 2.918 | 2.100 | 3.240 | 2.960 | 1.840 | 1.340 |

| | | | | | | | | | | |
|----------------------------|-------|-------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Vista Bela | 1.146 | 1.925 | 2.771 | 3.592 | 4.238 | 3.515 | 3.768 | 2.944 | 3.431 | -- |
| Coroado | 431 | 527 | 618 | 795 | 694 | 829 | 958 | 934 | 1.123 | 185 |
| Japiim | 58 | 123 | 164 | 315 | 435 | 205 | 325 | 435 | 365 | 440 |
| Santa Etelvina | 102 | 234 | 287 | 390 | 570 | 413 | 389 | 654 | 621 | 150 |
| Santo Antônio | 459 | 498 | 555 | 2.536 | 565 | 610 | 629 | 643 | 620 | 601 |
| Santa Luzia | 543 | 674 | 750 | 3.284 | 3.284 | 3.284 | 3.284 | 3.584 | 3.646 | 3.646 |
| Cidade Nova | 1.120 | 650 | 1.735 | 2.435 | 1.510 | 1.278 | 828 | 1.185 | 1.476 | 814 |
| Bergue | 2.040 | 3.175 | 5.890 | 2.785 | 3.265 | 6.760 | 2.390 | 5.125 | 3.920 | 3.105 |
| PAC Dom Jackson | 1.036 | 1.471 | 2.664 | 2.767 | 2.100 | 2.742 | 2.920 | 2.742 | 3.564 | 4.028 |
| Vale do Amanhecer | 704 | 675 | 511 | 611 | 849 | 719 | 738 | 708 | 775 | 494 |
| Zeção | 1.865 | 2.342 | 11.782 | 6.311 | 2.850 | 3.635 | 3.085 | 2.005 | 2.906 | 2.435 |
| Parque dos Bilhares | -- | -- | -- | -- | 60 | 30 | 60 | 30 | 30 | 120 |

Quadro 1: Número de atendimento por CEL durante o período de março a dezembro de 2009

O quadro mostra o quantitativo mensal de pessoas atendidas nos diversos centros de esporte e lazer confirmando a importância e o sucesso dessa política pública.

3.1 PROJETO BOM DE BOLA MANAUS

Desenvolvido através da parceria com a Pepsi-Cola e operacionalizado pela Federação das Ligas Desportivas de Manaus tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da prática esportiva comunitária de futebol de campo. São mantidos 50 núcleos do Projeto Bom de Bola em seis zonas geográficas da cidade de Manaus. Além de pessoal técnico é disponibilizado material esportivo e premiações para o desenvolvimento das atividades de treino e competições, atendendo adolescentes e jovens de 7 a 17 anos.

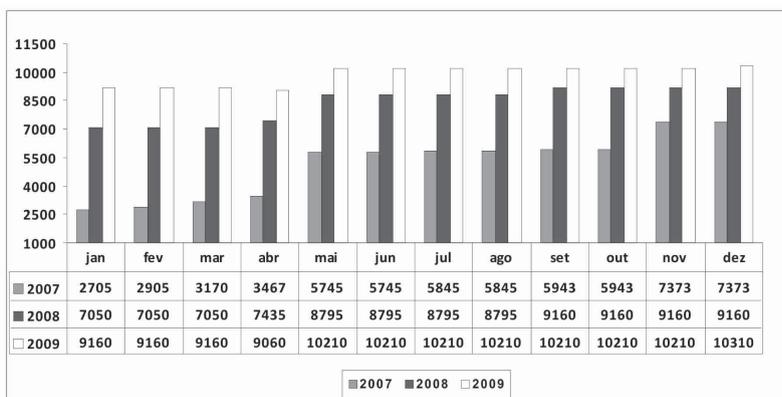


Figura 4: Quantidade de adolescentes e jovens participantes no Projeto Bom de Bola Manaus entre 2007 e 2009.

A figura 4 mostra que no período de 2007 a 2009 há um aumento significativo no número de jovens atendidos no projeto, levando a crer que modalidades como o futebol se confirmam como meio de educação e socialização da juventude.

3.2 PROJETO JOVEM CIDADÃO

É uma ação continuada do governo do Amazonas que visa estabelecer estratégias de prevenção à violência, com atividades recreativas e desportivas no contraturno escolar. Foram implantados 138 núcleos em escolas públicas estaduais da cidade de Manaus, oferecendo as seguintes atividades desportivas: capoeira, basquetebol, futebol de campo, futsal, handebol, queimada, voleibol, vôlei de areia, xadrez, dama e tênis de mesa.

| Zona Geográfica | Quantidade de Núcleos | Percentual (%) |
|-----------------|-----------------------|----------------|
| Sul | 29 | 21% |
| Oeste | 22 | 16% |

| | | |
|--------------|-----|-----|
| Leste | 31 | 22% |
| Centro-Oeste | 16 | 12% |
| Norte | 40 | 29% |
| Total | 138 | 21% |

Quadro 2: Número de núcleos implantados em escolas públicas

O quadro 2 mostra a localização dos núcleos por zona geográfica, sendo 138 unidades em toda a cidade e sendo a Zona Norte e a Zona Leste as mais beneficiadas.

Parcerias firmadas para implementação do Projeto Jovem Cidadão: Conselho de Desenvolvimento Humano – CDH, Secretaria de Segurança de Pública, Cetam, Secretaria de Cultura, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, Secretaria Municipal de Esporte, Fundação Vila Olímpica e ligas desportivas.

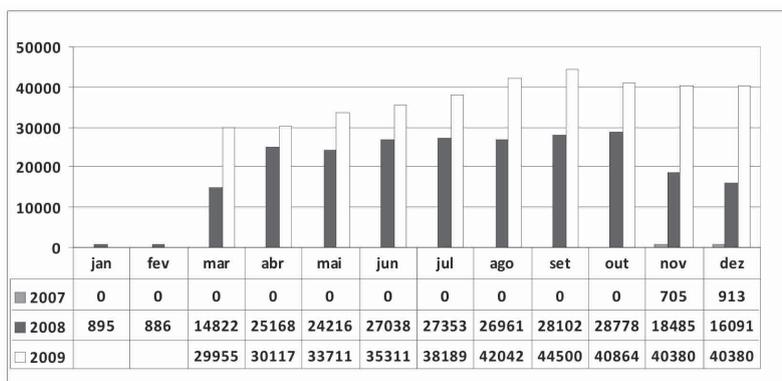


Figura 5: Número de adolescentes e jovens na faixa etária de 12 a 15 anos atendidos pelo Projeto Jovem Cidadão no período de 2007 a 2009.

Pela figura 5 verificamos que o Projeto iniciou timidamente em 2007, mas observa-se o imediato crescimento mais que considerável do número de estudantes atendidos por essa política. Na verdade entre 2008 e 2009 o número de atendimentos mais que se duplicou, o que confirma a importância do Projeto.

3.3 PROGRAMA ESPORTE E LAZER NA CIDADE (Pelc)

O Programa Esporte e Lazer na Cidade para todas as faixas etárias implantado em 2008 por meio de convênio firmado com o Ministério do Esporte tem como objetivo a inclusão social do idoso advinda da cultura corporal através de esporte recreativo e do lazer e, atividades culturais e artísticas de cunho lúdico. Os municípios beneficiados com os núcleos são: Autazes, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo, Irlanduba e Manaus. Cada núcleo oferece 400 vagas com uma média de três atendimentos semanais, sendo 15 núcleos no total. As oficinas desenvolvidas são: atividades artísticas e recreativas, voleibol, futsal, atletismo, basquetebol, handebol, futebol, teatro, lutas e ginástica.

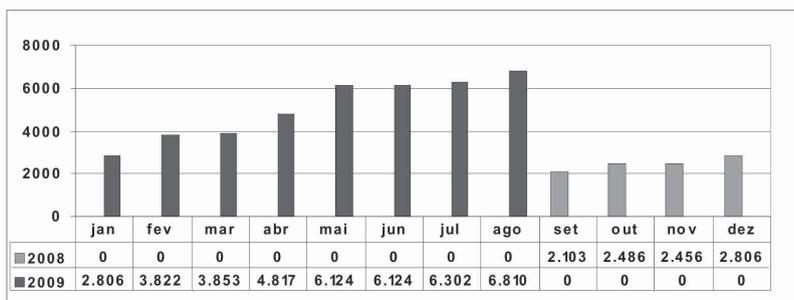


Figura 6: Número de pessoas beneficiadas nos núcleos do programa esporte e lazer na cidade (Pelc) no período de 2008 a 2009.

Pela figura 6 podemos afirmar que o Pelc é uma política publica de sucesso. Em um ano de seu funcionamento pode-se verificar o a triplicação do numero de pessoas atendidas, confirmando sua importância para essa faixa da sociedade.

3.4 CENTRO DE TREINAMENTO DE ALTO RENDIMENTO DA REGIÃO NORTE

O Centro de Treinamento de Alto Rendimento da Amazônia é um Projeto do Ministério do Esporte – ME com o apoio do overno Federal, implantado em 2004 em parceria com o governo do Estado do Amazonas por meio da Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer – Sejel – AM, em desenvolvimento na cidade de Manaus-AM, localizado no Complexo Esportivo da Fundação Vila Olímpica. A partir de 2010 passou a ser mantido totalmente pelo governo do Estado Amazonas.



Figura 7- Logo do CTRA

O CTRA foi criado com objetivo de oferecer aos atletas dessa região as condições necessárias para sua preparação de alto nível, exigência do alto rendimento envolvendo todos os aspectos do treinamento: técnico, físico e psicológico, além de todo um acompanhamento médico, clínico, fisioterapêutico e nutricional.



Fig 8 - Atletas do Ctara em competição. 2006

CONTRIBUIÇÃO:

O Centro de Treinamento de Alto Rendimento da Amazônia (Ctara) tem como principal viés o aprimoramento do aspecto físico, técnico e tático de atletas de rendimento nas modalidades que serão desenvolvidas buscando interagir junto às entidades organizadoras destas modalidades em âmbito nacional e internacional, tendo em vista que o mesmo se colocará a disposição para ser intermediador de convênios para desenvolvimento de treinamento com atletas de outros países, bem como com a possibilidade da equipe técnica do Ctara desenvolver clínicas e cursos de aperfeiçoamento tanto no contexto nacional quanto internacional. Todo o processo de implantação foi difícil, desde a vinda de profissionais indicados pelas Confederações, passando pela montagem da estrutura de cada modalidade, a aquisição de materiais permanentes, a construção de um prédio próprio para o funcionamento do Ctara, até a reforma da pista de atletismo (classe A), foram ações que exigiram muito trabalho de todos os envolvidos além da Fundação Vila Olímpica e Sejel sem falar das visitas e orientações do Ministério do Esporte por intermédio da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento.

Uma das ações importantes do centro refere-se ao esporte de base com o objetivo de chegar ao alto rendimento, pois este

exige uma renovação constante para sua continuidade e por isto cabe também ao Ctara orientar, monitorar e até mesmo capacitar novos profissionais para desenvolverem futuras gerações de atletas que garantam o prosseguimento do alto rendimento.

Os atletas ali preparados têm como principal meta a classificação para as disputas de competições internacionais, porém a maioria das modalidades necessita que haja um processo evolutivo para que isto ocorra, onde se inclui a participação em competições regionais e nacionais. A natação, o tênis de mesa, o boxe, o atletismo, o judô e a ginástica rítmica são as modalidades que virão a ser desenvolvidas. Estas foram escolhidas por serem modalidades olímpicas e por terem a necessidade de um centro de treinamento regional que possa dar suporte aos atletas destas.

Um ponto de relevância é que estas modalidades apresentam destaques individuais na região como no tênis de mesa que possui o atleta Israel Barreto, único representante da região no mundial-2008 realizado como competição teste em Pequim, e Amanda Marques, recentemente convocada para a Seleção Brasileira na categoria Infantil.

Pode-se destacar também no atletismo Sandro Viana e Alexon Maximiniano ambos participantes dos Jogos Pan Americanos 2007, tendo conseguido as medalhas de OURO e BRONZE nas provas do 4x100 rasos e lançamento do dardo, respectivamente,. Os mesmos participaram também do Mundial do Japão-2007 como integrantes da Seleção Brasileira. Na natação, Lucianne Maia que foi vice-campeã brasileira na categoria Júnior I e Daniel Queiroz campeão brasileiro na mesma categoria.

No judô destacam-se entre outros resultados muito bons, Daniel Santos (Amazonas) até 60 kg – vice-campeão brasileiro sênior 2007 e Raíra Neves (Amazonas) até 52 kg – vice-campeã brasileira júnior 2007, vice-campeã brasileira universitária 2007

e vice-campeã brasileira da seletiva para o Campeonato Pan-Americano 2008. O boxe hoje tem um representante na Seleção Brasileira permanente, Cássio Humberto Palheta (Amazonas) campeão brasileiro super – pesado mais de 91 kg. 2006 e Vice-Campeão Brasileiro da Seletiva para os Jogos Pan-Americanos Rio 2007. Seleção Brasileira de II semestre de 2005 a 2007. Além de Carlos Hyoram Pereira (Amazonas) vice-campeão brasileiro peso-galo 54 kg-2005 e Gilmar Rocha Reis (Roraima) vice-campeão brasileiro peso-leve 60 kg-2005. Seleção Brasileira no Torneio Brasil-Argentina, Buenos Aires – Argentina 2006.

Outra fonte de destaque são os atletas paraolímpicos, pois nota-se uma falta de amparo no contexto nacional no que diz respeito a locais específicos de treinamento, sendo assim o Ctara terá dentro de suas metas o desenvolvimento e amparo a estes atletas tornando-se referência tanto no aspecto de treinamento quanto no de avaliação física e técnica destes. Devemos salientar já a para-atleta de natação Valéria Santarém medalhista (duas pratas e uma de bronze) nos Jogos ParaPan-Americanos Rio 2007 e campeã mundial também em 2007 que vem sendo acompanhada pela equipe multidisciplinar do Ctara através de avaliações periódicas com o fisiologista Prof. Ms. Ewertton Bezerra, sessões de fisioterapia com a Dra. Rita Abecassis e sessões com o psicólogo Ítalo Nonato.

Outra preocupação eminente do Ctara é quanto ao esporte de base, pois foca-se na perspectiva que este é o alicerce para o desenvolvimento do alto rendimento, e neste contexto o Centro procura desenvolver constante processo de aperfeiçoamento dos técnicos envolvidos com esta fase do processo de desenvolvimento do atleta, contando para isso com técnicos especialistas e esportivos em cada uma das seis modalidades desenvolvidas, além de uma equipe multidisciplinar com médico esportivo, fisioterapeuta,

fisiologista do exercício, nutricionista, psicólogo e massoterapeuta que conseguirão proporcionar suporte também na formação, como aos atletas que aqui serão atendidos.

Torna-se fundamental que mais governos de Estado juntamente com a iniciativa privada viabilizem novas parcerias para dar continuidade ao Ctara e também melhorias no processo de aprimoramento de todas as atividades nele desenvolvidas sedimentando uma política de Estado, tornando assim o processo de consolidação do Ctara irreversível.

IMPORTÂNCIA DO PROJETO

Notoriamente existe uma carência de locais específicos para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento que possa dar suporte a várias modalidades em um mesmo espaço. Frente a esta situação a instalação do Ctara na região, de forma mais específica dentro das instalações da Fundação Vila Olímpica (FVO) em Manaus terá além de um ponto estratégico quanto a deslocamento de atletas da própria região, tendo em vista que se tem ao Norte, Roraima e Amapá, ao Sul, o Acre e Rondônia e, ao Leste, o Pará e Tocantins, destacando também que Manaus está numa posição privilegiada para todos os países da América Central e Caribe. Outro aspecto importante é que o Ctara será instalado em um local com clima único que pode servir de base para a preparação quando esta visar uma especificidade neste contexto. Além do que o Ctara estará localizado dentro da Fundação Vila Olímpica que possui um dos maiores complexos desportivos do País, com quadras, piscinas, área de luta, sala de musculação, pista de atletismo, com toda infra-estrutura de suporte como hotel, restaurante, centro médico, odontológico e fisioterapêutico proporcionando assim um completo atendimento aos atletas e técnicos residentes no complexo. E também deste agosto de

2010 o Ctara assumiu o desenvolvimento de mais uma modalidade olímpica que é o Tiro com Arco, tendo além dos atletas do Amazonas, dois atletas de São Paulo que são Roberval Santos e Marcos Bortoloto ambos da Seleção Brasileira treinando diariamente com todo o acompanhamento da equipe multidisciplinar do Ctara.

Ainda se atendo a estrutura do local a FVO tem hoje na sua cidade sede a mais importante da região, oferecendo uma infraestrutura como aeroporto internacional e regional, além do porto. Onde fica claro que o projeto irá abordar um âmbito representativo também aos atletas e para-atletas residentes nas regiões do interior do Estado não só do Amazonas, mas da grande maioria dos estados da região, pois a rede fluvial é extensa.

Ao oportunizar a manutenção do Ctara na cidade de Manaus, o Ministério do Esporte possibilitará a continuidade de um programa que superada as dificuldades de qualquer ação pioneira, possibilita a realização, nas particularidades do projeto, de objetivos comuns antes pouco concretos, em situações mais palpáveis. Pois não se pode deixar de destacar que nos quatro anos em que o projeto foi amparado na cidade houve resultados expressivos no contexto nacional e internacional de atletas e para-atletas aqui treinados não só do Estado do Amazonas, mas também de outros Estados do País. Sendo que com a permanência esta abordagem será estendida para todos os estados da federação proporcionando maiores oportunidades. Outro aspecto importante que vem a somar com todos os acima expostos remeteu-se a capacidade de mobilização social que o esporte proporciona através dos eventos e pela inserção junto ao Ctara do esporte de base, o que proporciona ao jovem uma oportunidade de melhoria socioeconômica e cultural.

A atual gestão de negócios para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento necessita do desenvolvimento da polí-

tica pública de ação do Governo Federal, pois esta proporciona oportunidades de parcerias com a iniciativa privada e conduz de forma clara e objetiva o desenvolvimento do desporto olímpico e paraolímpico. Sendo assim torna-se iminente à manutenção do Centro de Treinamento de Alto Rendimento da Amazônia por meio de convênio a ser firmado com a Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer.

DA FINALIDADE

O Centro de Treinamento e Alto Rendimento da Amazônia têm como finalidade: Desenvolver, democratizar e universalizar a prática esportiva de alto rendimento, oferecendo condições de excelência material e profissional para os atletas e para-atletas destacados de todo o País e principalmente da região Amazônica do Brasil, além de promover intercâmbios internacionais.

ACADEMIA DE MUSCULAÇÃO

Novos aparelhos de musculação serão colocados à disposição para os atletas e para-atletas em 2010.



Figura 9 - Palestra Preparação Física Prof^o Cleves Santana

SELETIVAS ANUAIS

Promoção de Seletivas Anuais para Atletas e Paratletas em todas as modalidades desenvolvidas no Centro de Treinamento de Alto Rendimento da Amazônia, juntamente com as Federações para escolhas dos melhores atletas, para-atleta e formação do Banco de Talentos.

BANCO DE TALENTOS

Monitoramento e iniciação ao treinamento de futuros atletas e para-atleta.

Orientação e acompanhamento do trabalho desenvolvido por Técnicos que atuam em clubes e agremiações.

Promoção de Clínicas para capacitação de novos profissionais e aprimoramento dos atletas e para-atletas.



Figura 10- Seletiva de Natação / Clínica de Boxe

PROGRAMA DE CURSOS E CLÍNICAS

Programa que tem como objetivo, informar, capacitar, orientar acadêmicos, profissionais, atletas e para-atletas de todas as modalidades e áreas envolvidas no desenvolvimento da prática esportiva de alto rendimento.

Antes de ser implantado o Programa em 2008, apenas a modalidade de natação realizava clínicas totalizando oito, com mais de 850 participantes, inclusive uma clínica internacional com atletas de quatro clubes da Venezuela e também com os Estados de Rondônia, Acre e Roraima.

I PROGRAMA 2008:

Dois Cursos / cinco clínicas / mil participantes

II PROGRAMA 2009:

Um Curso / seis clínicas / 970 participantes

III PROGRAMA 2010

Sete Clínicas / 900 participantes



Figura 11- Alguns eventos realizados anualmente

ESTRUTURA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

- Coordenador geral
- Técnico especialista
- Técnico esportivo
- Preparador físico
- Equipe multidisciplinar



Figura 12 -Equipe Multidisciplinar

Estagiários

Médico

Supervisor

Técnico científico (fisiologista)

Psicólogo

Fisioterapeuta

Nutricionista

Massoterapeuta

Odontólogo

MELHORES RESULTADOS NATAÇÃO



Figura 13 - Comissão Técnica de Natação do Brasil.



Figura 14 - Daniel Queiroz, Vice-Campeão Brasileiro Júnior.

Paraolimpíadas Pequim – 2008.

Valéria Santarém (para-atleta)

Jogos parapan-americanos – Rio – 2007.

Duas Medalhas de prata

Uma Medalha de bronze

Campeonato sul-americano estudantil 2007.

Três Medalhas de ouro

Três Medalhas de prata

Uma Medalha de Bronze

Olimpíadas escolares 2007.

Duas Medalhas de ouro

Duas Medalhas de prata

Uma Medalha de bronze

Campeonatos brasileiros 2005, 2006 e 2007.

Quatro Medalhas de ouro

Cinco Medalhas de prata

Sete Medalhas de bronze

MELHORES RESULTADOS JUDÔ



Figura 15 -Treino de Judô no CTRA

Campeonato Sul-Americano Juvenil e Júnior 2009.

Duas Medalhas de ouro

Uma Medalha de prata

Olimpíadas escolares 2009.

Uma Medalha de ouro

Jogos Universitários Brasileiros 2007.

Duas Medalhas de prata

Campeonatos brasileiros 2007, 2008 e 2009.

Quatro Medalhas de prata

Duas Medalhas de bronze

MELHORES RESULTADOS DO BOXE



Figura 16 Demonstração de combate de Boxe

Amazonas: Terceiro colocado por equipe
Campeonato Brasileiro de Boxe 2005.
Campeonatos Brasileiros 2005, 2006, 2007 e 2009.
Uma Medalha de Ouro
Cinco Medalhas de Prata (Uma Feminino)
Oito Medalhas de Bronze (Três Feminino)

MELHORES RESULTADOS ATLETISMO



Figura 17- Sandro Viana, Atleta Olímpico

Olimpíadas – Pequim – 2008.
Sandro Viana
Jogos Pan-Americanos – Rio – 2007.
Uma Medalha de Ouro – Sandro Viana
Uma Medalha de Bronze – Alexon Maximiano
Participação Campeonato Mundial de Atletismo – Osaka
-2007
Deise Soares – Campeã Mundial Industriária. 800m Rasos
Uberlândia MG. – 2007.
Campeonatos Sul-Americanos 2004 e 2005.
Uma Medalha de ouro
Uma Medalha de prata

Campeonatos Brasileiros 2006, 2007, 2008 e 2009.

Um medalha de prata

Três Medalhas de bronze

Jogos universitários brasileiros -2009.

Uma Medalha de ouro

Olimpíadas escolares brasileiras

Cleison Ribeiro – para-atleta

Uma Medalha de ouro

Uma Medalha de bronze

PARCERIAS

Uninorte e Ufam:

O Ctara oferece estágios remunerados e não remunerados para acadêmicos dos cursos de:

Educação Física

Fisioterapia

Nutrição

Psicologia

PRÓXIMOS OBJETIVOS:

Jogos Pan-Americanos – 2015

Jogos Parapan-Americanos - 2015

Olimpíadas – Rio – 2016

Paraolimpíadas – Rio – 2016

3.5 PROGRAMA PROJovem URBANO

Programa do Governo Federal que beneficia jovens de 18 a 29 anos que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental. O Estado do Amazonas atua nos municípios com população inferior a 200.000 habitantes. O Projovem Urbano visa a formação

básica para elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental, isto é, reinserindo os jovens no processo de escolarização. Promove a qualificação profissional com certificação de formação inicial, identificando as oportunidades e potenciais de trabalho, capacitando os jovens para o mundo do trabalho. Participação cidadã com a promoção de experiência de atuação social na comunidade e ações coletivas de interesse público e inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação.

O programa está sendo gerenciado por um comitê gestor, formado pelas seguintes secretarias: Sejel (Presidência), Seduc, Setrab e Seas.

O Projovem Urbano oferece 5.000 vagas em oito municípios, a saber.

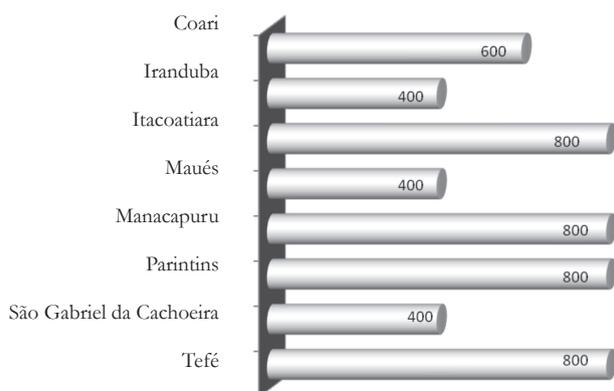


Figura 18: Municípios beneficiados pelo programa Projovem Urbano

Pela figura 18 observam-se as centenas de vagas disponibilizadas aos jovens de diversos municípios.

Todos os alunos recebem auxílio financeiro no valor de R\$ 100,00 (cem reais) durante o programa Projovem Urbano, que tem duração de 18 meses divididos em três unidades formativas.

3.6 PROGRAMA GALERA NOTA 10

Visando a construção e consolidação de uma cultura de paz e combate à violência a Sejel manteve o atendimento aos adolescentes e jovens em situação de risco pessoal e social, oferecendo atividades desportivas, artísticas, culturais, socioeducativas, oficinas de prevenção às drogas e DST/Aids, oficinas psicossociais, orientação e apoio sociofamiliar, além de cursos profissionalizantes – informática e panificação.

A equipe técnica do programa é composta por 84 monitores e 18 outros profissionais, as atividades são desenvolvidas em sete núcleos, a saber:

| Núcleo | Local / Bairro |
|--|-----------------------------------|
| Centro de Referência em Assistência Social | São José III |
| Centro Comunitário Amadeu Teixeira | Santa Etelvina |
| Centro Esportivo de Lazer | Alvorada I |
| Campo do Betanhão | Betânia |
| Centro de Convivência da Família | Amazonino Mendes |
| Escola da Família | Lagoa Verde |
| Núcleo de Hip-Hop | Escola Professor João Chrisóstomo |

Quadro 3 - Núcleos operacionais ativos do Programa Galera Nota 10.

Fonte: Relatório de Acompanhamento e Avaliação das Ações Mensais – janeiro a dezembro/2009

Os dados dos núcleos do Programa Galera Nota 10 que estão em atividades nos diversos bairros da cidade.

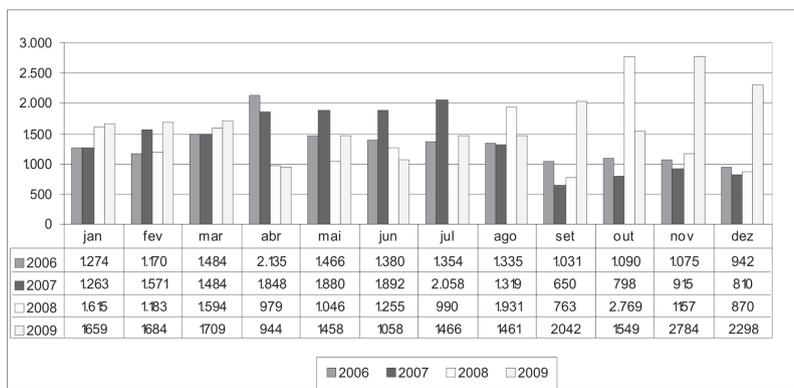


Figura 19: Número de adolescentes atendidos pelo Programa Galera Nota 10, entre 2006 e 2009.

Os dados da figura 19 demonstram que a cada ano cresce o número de jovens atendidos confirmando a importância de políticas públicas dessa natureza e a necessidade da sua ampliação.

O Programa é desenvolvido através de quatro atividades:

1. Atividades Desportivas: futebol de campo, futebol de salão, vôlei, basquete, queimada, capoeira, boxe, kung-fu, tênis de mesa, jogo de damas, xadrez e dominó;

2. Atividades artísticas e culturais: oficinas de dança moderna e regional, percussão, cavaquinho e teclado, iniciação teatral, canto/coral para a terceira idade;

3. Atividades socioeducativas: atendimento psicológico e social, oficinas pedagógicas, oficinas de prevenção às drogas, DST/Aids – distribuição de preservativo;

4. Orientação e apoio sociofamiliar: terapia comunitária e assessoria jurídica;

Atualmente o Programa Galera Nota 10 vem desenvolvendo atividades junto às áreas esportivas dos igarapés revitaliza-

dos pelo Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - Prosamim: Conjunto Jeferson Péres – Igarapé do 40 (Morro da Liberdade); Igarapé da Cachoeirinha entre o Conjunto Costa e Silva e Raiz; Igarapé do Passarinho, o qual já está sendo assistido pelo núcleo do Santa Etelvina com a participação semanal de 120 meninos; e o complexo Esportivo do Nova Cidade, no Conjunto Nova Cidade área 14 principal 3.

A proposta é levar a essas áreas as ações pedagógicas desenvolvidas pelo programa como atendimento psicossocial, lazer, e atividades esportivas, visando o fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares, incentivando a integração desses jovens e adolescentes em outras comunidades, buscando assim desenvolver o espírito de cidadania e disseminar entre eles a importância do respeito à vida.

Além das atividades permanentes desenvolvidas pela secretaria, é feita a distribuição de material esportivo, conforme quadro seguinte:

Material esportivo doados entre os meses janeiro a novembro de 2009

| Item | Descrição | Doação |
|------|---------------------------|--------|
| 1 | Bola Futebol campo, | 1.100 |
| 2 | Bola Futsal, | 820 |
| 3 | Bola Futvolei, | 50 |
| 4 | Bola Handebol – Masculino | 200 |
| 5 | Bola Handebol – Feminino | 150 |
| 6 | Bola para queimada | 300 |
| 7 | Bola Tênis de mesa | 1.058 |
| 10 | Bola voleibol quadra | 30 |

| | | |
|----|---|-------|
| 11 | Bola Vôlei de Praia | 50 |
| 12 | Bomba encher bola | 50 |
| 13 | Cartão arbitragem amarelo | 6 |
| 14 | Cartão arbitragem vermelho | 6 |
| 15 | Cone sinalização | 275 |
| 16 | Conjunto uniforme/futebol campo | 230 |
| 17 | Medalha – bronze | 4.914 |
| 18 | Medalha – dourada | 535 |
| 19 | Medalha – prateada | 600 |
| 20 | Mesa de tênis de mesa | 20 |
| 21 | Raquete tênis de mesa | 42 |
| 22 | Rede futebol campo | 286 |
| 23 | Rede futsal | 450 |
| 24 | Rede tênis de mesa | 266 |
| 25 | Rede voleibol | 162 |
| 26 | Troféu, medindo 70 cm base dourada com 9 cm. | 100 |
| 27 | Troféu, medindo 73 cm base dourada com 11 cm. | 150 |
| 28 | Troféu, medindo 75 cm base dourada com 14cm. | 150 |

3.7 CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA FAMÍLIA PE. PEDRO VIGNOLA – CIDADE NOVA

O Centro de Convivência da Família da Cidade Nova é um complexo que atende crianças a partir de três anos, adolescentes, jovens, adultos e idosos em 15 modalidades esportivas, oferece tratamentos fisioterápicos, lazer e recreação.

Atividades Permanentes: vôlei de areia, futsal, voleibol, handebol, gerontovolei, basquete, musculação, futebol, ginástica, capoeira, gerontocapoeira, aeroboi, caminhada, hidroginástica, natação, taekwondo, tratamento de fisioterapia.

Atividades Recreativas: futebol socyete, vôlei de areia, futevôlei, futsal, tênis de mesa, xadrez, dama, baralho, dominó e sinuca.

No gráfico abaixo é demonstrado o número de atendimentos realizados mensalmente:

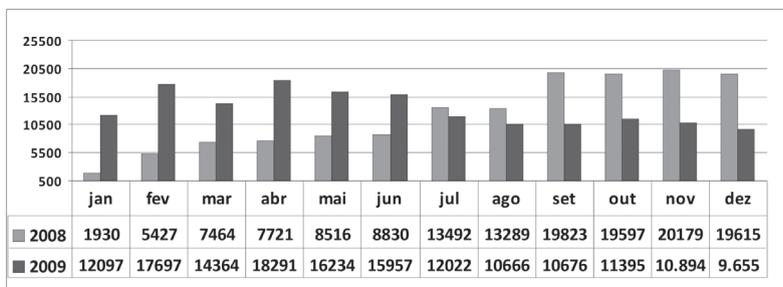


Figura 20: Número de pessoas atendidas no Centro de Convivência da Família Padre Pedro Vignola (Cidade Nova) entre 2008 e 2009.

A figura 20 demonstra a importância desse projeto para a comunidade do bairro Cidade Nova pelo quantitativo de pessoas que buscam fazer atividades esportivas e de lazer. Percebe-se a alteração no número de atendidos a cada mês, sendo crescente em 2008. Já em 2009 verifica-se um pico em abril.

3.8 CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA FAMÍLIA – MUTIRÃO.

O Centro de Convivência da Família localizado no bairro do Mutirão visa desenvolver atividades desportivas junto à comunidade local e adjacências por meio de atividades permanen-

tes e recreativas.

Atividades permanentes: vôlei de areia, futsal, voleibol, handebol, basquete, futebol, ginástica, capoeira, gerontocapoeira e caminhada;

Atividades recreativas: futebol society, vôlei de areia, futevôlei, futsal, tênis de mesa, xadrez, dama, baralho, dominó e sinuca.

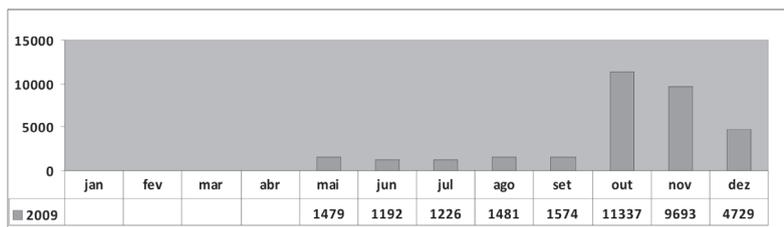


Figura 21: Gráfico para a variável número de pessoas atendidas no Centro de Convivência da Família-Mutirão no período de maio a outubro de 2009.

A figura 21 vem confirmar mais uma vez a importância de políticas públicas para que o cidadão tenha seu direito ao lazer e ao esporte preservados. O pico de atendimento ocorreu em outubro/09 com mais de onze mil pessoas atendidas sofrendo decréscimo em dezembro.

3.9 JOGOS DO SERVIDOR PÚBLICO DO AMAZONAS

Os Jogos do Servidor Público do Amazonas em sua 3.^a edição no ano de 2009 contou com a participação de 35 órgãos, 2.370 servidores e 12 modalidades desportivas nas categorias feminino e masculino, além do concurso de Musa e Torcida.

Na classificação geral os três primeiros colocados foram nessa ordem: Seduc, Comando Geral da Polícia Militar e Secretaria de Estado da Fazenda.

No quadro a seguir demonstra-se o quantitativo de servidores participantes no Jospam no período de 2007 a 2009:



Figura 22: Gráfico para a variável número de servidores participantes no Jospam, comparativo 2007, 2008 e 2009.

3.10 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESPORTIVAS

Tem como finalidade construir na capital e interior do Estado quadras, campos de futebol, estádios, ginásios, complexos esportivos, entre outros.

Construção com Recursos Estaduais

| Unidade Esportiva | Municípios | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2009 | Total |
|--|--------------|------|------|------|------|------|------|-------|
| Quadra Poliesportiva Coberta | Boca do Acre | | | | 1 | | | 1 |
| Ginásio Poliesportivo Coberto | Manaus | | | | 1 | | | 1 |
| Infraestrutura e Urbanização da Praça de Alimentação | Ipixuna | | | 1 | | | | 1 |
| Quadra Poliesportiva Coberta | Codajás | | | 1 | | | | 1 |

| | | | | | | | | |
|---|-------------------|---|---|---|---|---|---|---|
| Construção do Complexo Esportivo | Ipixuna | | | | 1 | | | 1 |
| Construção da Quadra Polivalente | Careiro da Várzea | | | | | 1 | | 1 |
| Construção Ginásio Poliesportivo | Benjamin Constant | | | | | | 1 | 1 |
| Construção da Sede do Centro de Treinamento de Rendimen- to da Região Norte | Manaus | | | | | | 1 | 1 |
| Total | | 0 | 0 | 2 | 3 | 1 | 2 | 8 |

Quadro 4: Unidades Esportivas Construídas no período de 2003 a 2009 (Concluídas)

| Unidade Esportiva | Municípios | Quantidade |
|----------------------------------|-------------|------------|
| Centro Esportivo e de Eventos | Barreirinha | 1 |
| Construção de Estádio Municipal | Envira | 1 |
| Construção de Estádio de Futebol | Tabatinga | 1 |
| Total | | 3 |

Quadro 5: Construção de Unidades Esportivas em Andamento

CONSTRUÇÃO COM RECURSOS FEDERAIS E ESTADUAIS

Das 11 unidades esportivas iniciadas em 2008 com recursos do Programa Calha Norte do Ministério da Defesa, nove foram concluídas em 2009:

Ginásio Poliesportivo no Município de Jutai;
 Ginásio Poliesportivo no Município de Manaquiri;
 Ginásio Poliesportivo no Município de Borba;
 Ginásio Poliesportivo no Município de Uarini;
 Campo de Futebol no Município de Canutama;
 Ginásio Poliesportivo no Município de Autazes;
 Campo de Futebol no Município de Tapauá;
 Construção de Complexo Esportivo Cultural Nova Olinda do Norte;
 Construção de quadras esportivas no Município de Boa Vista do Ramos.

Está em fase de desapropriação do terreno e com recurso disponível para construção do **Estádio de Futebol da Zona Leste** na cidade de Manaus, localizado no bairro Zumbi dos Palmares com capacidade para 5 mil pessoas e a construção das sedes sindicais do Sinteam nos municípios de Humaitá, Lábrea, Tefé, Carauari e Manacapuru. Está em fase de elaboração de projetos a construção de mais cinco centros recreativos de esporte e lazer nos municípios de Maués, Barcelos, Urucará, Nova Olinda do Norte e Codajás.

REFORMA DE UNIDADES ESPORTIVAS

| Unidade Esportiva Reformada | Municípios | 2000 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | Total |
|---|---------------|------|------|------|------|------|-------|
| Reformas ampliação do Campo de Futebol | Novo Aripuanã | | | | 1 | | 1 |
| Melhoria de ampliação do Complexo Esportivo | Ipixuna | | | 1 | | | 1 |

| | | | | | | | |
|---|--------------|---|--|---|--|--|---|
| Reforma da Quadra Coberta | Boca do Acre | 1 | | | | | 1 |
| Conclusão e iluminação do Estádio Municipal | Autazes | 1 | | | | | 1 |
| Reforma de duas quadras Poliesportivas Cobertas | Carauari | | | 1 | | | 1 |
| Reforma ampliação do Estádio Municipal | Pauini | 1 | | | | | 1 |

Quadro 6: Unidades Esportivas Reformadas (Concluídas)

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

É inegável que o Brasil fez alguns avanços na área do esporte. Hoje temos uma política nacional de esportes consolidada, onde o esporte e o lazer são direitos dos cidadãos. É uma política que está voltada para a sociedade brasileira independentemente de cor, etnia, gênero ou condição socioeconômica.

O Ministério do Esporte, criado para ser o elo entre a sociedade e os proponentes das políticas, tem colocado seu foco na inclusão social daqueles que sempre foram excluídos das ações do governo.

Dentre outras ações, o Ministério do esporte vem incentivando a produção científica nas universidades e em centros de pesquisa, buscando com isso o crescimento humano e profissional e o avanço das modalidades esportivas.

Uma dessas ações realizadas é o Projeto Diagnóstico das Políticas Públicas na Região Norte, coordenado pela Universidade Federal do Amazonas, desenvolvido em conjunto com a

Universidade Federal do Pará e Centro Universitário Luterano de Porto Velho.

Pelas características geográficas da região não foi um trabalho fácil. Acrescente-se a isso as dificuldades burocráticas para gerir recursos e atender aos colegas de outros Estados. Foi um grande desafio, mas que era possível vencer. E vencemos.

Os resultados estão aqui e é importante relatar que pudemos verificar o crescimento do número de pessoas atendidas pelas políticas públicas de esporte e lazer, principalmente em referência aos adultos e idosos. Mesmo assim consideramos que esse número é muito pequeno em relação ao número de habitantes.

Verificamos também a inexistência de programas de esporte e lazer para os etno-descendentes e a quase inexistência da participação da sociedade no planejamento das atividades.

O Projeto do Diagnóstico é visto por nós com grande interesse porque vem mostrar uma realidade, vem trazer conhecimento sobre a população estudada e principalmente fornecer subsídios para a implantação das políticas públicas de esporte e lazer na região Norte.

A elaboração de uma política pública deve ser pautada pelo estabelecimento de prioridades levando em consideração as demandas da sociedade e principalmente sua exequibilidade, para que seja realmente relevante. Do contrário desenvolve-se no cidadão determinadas expectativas que quando não executadas levam a frustração. Isso foi verificado “in loco” neste trabalho. A comunidade parece esperar sempre um pouco além do que é oferecido como também espera sempre e com determinada ansiedade a continuidade dos programas.

Entendemos que esse foi um primeiro momento e que outros deverão se seguir buscando outros levantamentos, outros estudos e novas discussões.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS, Portal do Governo. Disponível em <<http://www.amazonas.am.gov.br>. > Acesso dia 10 de jul. 2010.

MARCELLINO, Nelson Carvalho; ZINGONI, Patrícia; PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. *Como fazer projetos de lazer: Elaboração, execução e avaliação*. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Políticas públicas de lazer*. São Paulo: Alínea, 2008.

_____. *Lazer e Esporte*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

_____. *Lazer: Formação e atuação profissional*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

MOTA, Vanderlan Santos. *Espaços públicos de lazer em Manaus: O papel das políticas públicas*. Manaus, AM: Valer, 2008.

DIAGNÓSTICO DO ACESSO AO ESPORTE E LAZER DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ POR MEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Paulo César de Lima¹

Fátima de Souza Moreira²

Douglas da Cunha Dias³

Mirleide Chaar Bahia⁴

Ana Cristina Pimentel Carneiro Almeida⁵

Zaira Valeska Dantas da Fonseca⁶

EM CAMPO: O PROCESSO DA PESQUISA.

Pensar em políticas públicas de lazer, como políticas de Estado é entender que tais políticas setoriais passam a refletir o programa do governo, sua política econômica, social, cultural, bem como, seu referencial macropolítico-ideológico. Portanto, faz-se necessário conhecer e diagnosticar a história da construção dessa políticas sociais, que é fundamental para compreender sua

¹ Doutorando em Artes /Unicamp-SP, Docente da UFPA, Coordenador e Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura Corporal, Educação, Arte e Lazer- Lacor/UFPA/Rede Cedes.

² Mestre em Educação pela UFBA. Professora da Faculdade de Educação Física, do Instituto de Ciências da Educação da UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa Cultura Corporal, Educação, Arte e Lazer Lacor/UFPA/Rede Cedes.

³ Mestre em Educação pela UGF-RJ, Doutorando em Educação pela Unicamp. Docente da UFPA e pesquisador do Lacor/UFPA/Rede Cedes.

⁴ Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – Naea /UFPA; Docente da UFPA; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Lazer – GPL / Unimep / CNPq e do Grupo de Pesquisa Turismo, Cultura e Meio Ambiente – Naea / UFPA / CNPq.

⁵ Mestre em Educação Física/UFSC, Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental/UFPA. Docente da UFPA, pesquisadora o Grupo de Pesquisa LEL/UNESP.

⁶ Mestre em Educação pela UFPA, Docente substituta da UFPA e pesquisadora do Lacor/UFPA/Rede Cedes

realidade e desafios atuais, objetivando apresentar a dimensão do lazer e o atual quadro dessas políticas nas regiões brasileiras.

Tanto em âmbito nacional quanto estadual e municipal, não dispomos atualmente de informações seguras que possam subsidiar as políticas de esporte e de lazer nas suas diferentes vertentes, especialmente considerando os Estados da região Norte do País. Essa lacuna vem indicar a necessidade de diagnosticar a real situação do esporte e do lazer nos Estados desta região, iniciando pelos Estados do Amazonas (sua capital e estendendo a municípios interioranos, tendo como referência as diversas *cabanas* dos rios amazônicos) e atingindo o Estado de Rondônia (Ji-Paraná e Porto Velho) e Estado do Pará em quatro municípios.

A relevância do presente estudo está no fato de se poder produzir um conhecimento capaz de oportunizar, a partir dos resultados encontrados, um novo modelo de gestão de programas de esporte e de lazer, o que poderá culminar na elaboração e execução de ações educativas mais adequadas aos diferentes níveis e especificidades da população, nas diversas faixas etárias, principalmente às comunidades populares que vivem em condições mais precárias de vida.

A pesquisa realizada tornou-se importante para aprofundar o saber sobre a situação de cada município e oferecer espaço para planejamento das ações de lazer locais, conforme as peculiaridades da cidade e de cada região, permitindo visualizar programas, projetos e ações com seus respectivos gerenciamentos, as políticas de acesso e a infraestrutura de equipamentos de lazer existente em cada local, apontando as necessidades e aspectos relevantes para a formulação e implementação de novas políticas.

A população do estudo diagnóstico foi constituída por sujeitos ligados ao poder público municipal e estadual, envolvidos em ações amplas e específicas de esporte e lazer, bem como

por entidades, entre elas, ligas esportivas municipais, associações, escolas, entidades culturais além de outras que se apresentarem relacionadas a políticas públicas na área.

Pretendemos, com os dados resultantes desse trabalho, subsidiar o poder público e universidades com informações seguras para a elaboração e implementação de políticas públicas de esporte e lazer, que possam contribuir com a qualidade de vida e bem estar da população em geral.

O PERCURSO

Inicialmente é importante destacar que o universo total da pesquisa abrangeu três Estados da região Norte, sendo que a coordenação institucional local coube a universidades públicas ou privadas nos três Estados, a saber: 1) Estado do Amazonas, coordenado pela Ufam; 2) Estado de Rondônia, coordenado pela Ulbra; 3) Estado do Pará, coordenado pela Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura Corporal, Educação, Arte e Lazer – Lacor da UFPA.

O projeto inicial foi elaborado ainda no final de 2007 e aprovado no primeiro semestre de 2008, sendo a Ufam a responsável oficial pelo convênio com o Ministério do Esporte. Em junho de 2008, tivemos uma reunião com o DCTEC/ ME para qualificação e redefinição do projeto, seguido de outras reuniões de planejamento.

Em fevereiro do ano de 2009, iniciamos o processo de planejamento e formação dos bolsistas. Isto se concretizou no mês de março de 2009. Ainda na segunda quinzena deste mês, iniciamos o processo de coleta de dados, tendo o mesmo se estendido até maio de 2009, pelas dificuldades encontradas na disponibilização de dados pelas instituições visitadas. Em junho de 2009, iniciou-se a tabulação dos dados e elaboração do relatório parcial.

Em setembro do mesmo ano, iniciamos a segunda etapa, com a realização de uma nova coleta, através de entrevista aos gestores, com levantamento dos dados para avaliação da acessibilidade da população da região aos projetos de esporte e lazer.

No Estado do Pará, envolvemos uma equipe de 22 bolsistas divididos nos municípios de Belém, Castanhal, Soure e Santarém. E uma equipe de seis professores pesquisadores da Universidade Federal do Pará, distribuídos em coordenações locais entre os quatro municípios, ficando Belém com dois coordenadores, em função do volume de espaços/ instituições a serem investigadas.

OBJETIVOS

Tivemos como objetivo geral neste trabalho efetuar um diagnóstico do acesso ao esporte e lazer da população do Estado do Pará como Estado da região Norte do Brasil por meio das políticas públicas.

Como objetivos específicos no projeto como um todo foram delimitados:

- a) Identificar os setores de políticas públicas, que promovem programas, projetos e ações em esporte e lazer;
- b) Analisar os programas, projetos e ações identificados, considerando: objetivos, público alvo, atividades, organização do tempo, equipamento e espaço, gestores, parceria, financiamento, avaliação e controle.

Como pergunta norteadora para o trabalho tivemos: *quais as condições de acessibilidade oferecidas pelos projetos de esporte e lazer das políticas públicas no Estado do Pará?*

METODOLOGIA

A presente pesquisa é um estudo descritivo, possuindo uma abordagem qualitativa, apresentando também alguns dados quan-

titativos. Nesta, há uma combinação de pesquisa documental e de campo.

Segundo Ludke e André (1986, p. 12), a pesquisa qualitativa deve considerar alguns fatores:

1 – A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.

2 – Os dados coletados são predominantemente descritivos.

3 – A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto.

4 – O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida soa focos de atenção especial pelo pesquisador.

5 – A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. Os pesquisadores não se preocupam em buscar evidências que comprovem hipóteses definidas antes do início dos estudos.

Primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico em livros, artigos, sites e alguns documentos, com fins de possibilitar a reunião e o entendimento dos pressupostos teóricos sobre lazer, esporte, acessibilidade, inclusão social, além de informações sobre os municípios envolvidos na pesquisa, de maneira a oferecer subsídios para melhor análise dos dados coletados,

Em relação às técnicas de pesquisa, trabalhamos com documentação direta, utilizando a técnica de entrevista estruturada no cumprimento do primeiro objetivo específico e entrevistas estruturadas e análise documental no cumprimento do segundo.

Segundo Bastos (1999), a entrevista estruturada

Consiste em fazer uma série de perguntas a um informante, conforme roteiro preestabelecido. Este roteiro pode constituir-se de um formulário que será aplicado da mesma forma

a todos os informantes, para que se obtenha respostas para as mesmas perguntas. (p. 88).

Na fase inicial de pesquisa, para levantamento de setores públicos que efetuam programas, projetos e ações de esporte e de lazer, foram adotados como indicativos iniciais para identificação destes universo específicos de pesquisa, os setores públicos da área de esporte e lazer, cultura, saúde, assistência social, educação, turismo e meio ambiente

O critério de escolha destas áreas relacionou-se ao fato de que possivelmente estas seriam o *locus* onde se condensariam os dados sobre planejamento e gestão de programas, projetos e ações realizados pelo poder público, no que se refere a esporte e lazer.

Considerando que para a efetivação de um estudo diagnóstico do acesso da população às ações de esporte e lazer por meio das políticas públicas se faz necessário a investigação da população atendida como sujeito estudado e a necessidade de observação em campo das frequências desta população nas atividades, nossa proposta foi então de investigar as condições de acessibilidade oferecidas pelos projetos, programas e ações de esporte e de lazer promovidas pelas políticas públicas em questão, repetindo a exequibilidade deste estudo, frente a abrangência geográfica das políticas estudadas.

Assim sendo, para efeito de análise de dados na continuidade da pesquisa foram utilizadas como apoio as categorias: público alvo, inclusão social, participação popular e relação espaço e tempo. Categorias que, em nosso entendimento dariam melhores possibilidades de visualização, percepção e análise das condições de acessibilidade dos projetos de esporte e de lazer no Estado.

Neste estudo adotou-se a análise crítica, tendo como base o referencial teórico estudado e as entrevistas realizadas com os gestores das secretarias e órgão públicos supracitados.

Para Bardin apud Triviños (1987, p. 136) a análise crítica possibilita “o estudo ‘das motivações, atitudes, valores, crenças, tendências’, bem como das ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes etc., que à simples vista não se apresentam com devida clareza”.

Considerando os objetivos da pesquisa, verificamos o caráter delineador do processo metodológico que foi seguido no trabalho de campo. Assim, o primeiro objetivo específico, ao indicar a busca pela identificação dos setores de políticas públicas que promovem programas, projetos e ações em esporte e lazer, revelou o caráter de delimitação do universo de pesquisa pelo mapeamento das instituições que foram investigadas com maior profundidade, pois são as gerenciadoras das ações de esporte e lazer.

O segundo objetivo específico indicou a necessidade de análise dos programas, projetos e ações identificadas, a partir de elementos constituintes de suas naturezas como objetivos, metodologias, público alvo e outros. Estes dados contribuíram para o estudo como integrantes das categorias de análise elencadas anteriormente, servindo juntamente com outras informações coletadas por meio dos formulários de entrevistas, como *lôcus* de observação e identificação de indicativos que permitam avaliar as condições de acessibilidade oferecidas à população da região Norte do Brasil ao esporte e ao lazer, por meio das políticas públicas, o que se constitui como o objetivo geral da pesquisa.

Assim sendo, dividimos o processo de coleta de dados em duas fases, seguidos dos seus respectivos momentos de análise:

A 1.^a fase, que se ocupou do primeiro objetivo específico, onde foi realizado o mapeamento das instituições a serem analisadas, bem como suas ações e gestores responsáveis pelas mesmas.

Vale ressaltar que as secretarias que informaram ter projetos de lazer são, em suas maioria, secretarias de esporte e lazer, de

cultura, algumas de educação e de assistência social, com predominância de atividades na área de esporte e de cultura.

Dado o fato de se ter coletado já na primeira fase, documentos como projetos, relatórios, planos de trabalho e outros, num segundo momento realizou-se a análise do material coletado assim como das entrevistas feitas com os gestores, a fim de se verificar o potencial deste material para a identificação das formas de acesso da população às ações de esporte e lazer.

Na avaliação deste potencial, ao se verificar o limite de “falas” das fontes para tal intenção, um novo instrumento de entrevista foi elaborado pelos pesquisadores, o qual funcionou como balizador do novo processo de coleta de dados, realizado na segunda fase junto aos gestores, para fins de consecução dos objetivos pretendidos.

A 2ª fase, consistindo na realização de uma nova coleta, por meio de entrevistas aos gestores, corresponde ao levantamento de material detalhado nas categorias indicadas como: público alvo, inclusão social, participação popular e relação espaço e tempo, para fins de cumprimento do segundo objetivo específico.

Para coletar os dados na primeira fase, utilizamos os seguintes critérios para se considerar as atividades como lazer, a partir de Marcellino (2002): diversão (atividade prazerosa), descanso, desenvolvimento pessoal e social, aos quais acrescentamos ainda a não obrigatoriedade (livre escolha), e não objetivo de aprimoramento técnico.

Como conteúdos das atividades de lazer, consideramos os referenciais deste mesmo autor, delimitando assim os físicos, os artísticos, os intelectuais, os turísticos, os manuais e os sociais.

Como delimitação de atividades esportivas consideramos como esporte de rendimento aqueles de modalidades olímpicas cujo objetivo é o treinamento de atletas para consecução de alta

performance objetivando competições; como esporte educacional os que consiste em atividades de vivências educacionais em esporte cujo objetivo é a educação pelo esporte para a formação humana, com frequência obrigatória, voltada para o público escolar; e como esporte-lazer aqueles de vivências livres de esporte recreativo com não obrigatoriedade de frequência. Pode ser eventual ou regular.

Para efeito de estudo dos projetos na categoria de inclusão social, adotamos como segmentos sociais historicamente excluídos, a população de baixa renda, PPDs, mulheres, comunidades indígenas e comunidades quilombolas. A opção pelas comunidades e não por pessoas indígenas e quilombolas se dá pela dificuldade de delimitação destas condições de etnia em critérios individuais, o que é facilitado quando consideramos as comunidades pela suas condições que pertença a um território delimitado.

O estudo em questão possui como objeto de investigação os projetos, programas e ações de esporte e lazer informados nas entrevistas e nos documentos levantados nas secretarias e órgãos públicos realizados nos anos de 2008 e 2009.

No Pará foram investigados projetos nos seguintes municípios, escolhidos como amostragem representativa: Belém, Castanhal, Santarém e Soure.

A pesquisa não ocasionou riscos para os sujeitos entrevistados e os dados coletados foram utilizados somente para esta pesquisa, garantindo o sigilo e a privacidade dos sujeitos envolvidos na mesma.

O ESTADO DO PARÁ: ENTRE RIOS E FLORESTAS.

A Amazônia Legal concentra aproximadamente 60% do território brasileiro e configura-se por agrupar nove Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins,

Mato Grosso e Maranhão. Tem 50 mil km de rios navegáveis, entre os quais, o rio Amazonas, que conta com 1,1 mil rios afluentes. Há ainda grande biodiversidade e se constitui como a maior reserva de água doce do planeta (MARQUES, 2007).

O Estado do Pará, localizado na Amazônia oriental, possui 1.248.042 km² de extensão – representando 16,66% do território brasileiro e 26% da Amazônia – e é considerado o segundo maior Estado do País. Cortado pela linha do equador no seu extremo norte, está dividido em 143 municípios, onde vivem perto de sete milhões de pessoas. Possui terras nos dois hemisférios, com predominância territorial no hemisfério sul.

O Pará encontra-se situado no maior corredor de florestas protegidas do mundo, com mais de 717 mil km², (aproximadamente 71 milhões de hectares, divididos em áreas de proteção integral, de uso sustentável e terras indígenas (PARÁ, 2010).

Sua vegetação é marcada pela variedade de espécies, bem como uma fauna igualmente rica. São cinco tipos de cobertura vegetal: mata de terra firme, mata de várzea (nas áreas baixas ao longo dos rios), mangues (ao longo da costa atlântica), igapó (área de inundação permanente) e campos naturais (que podem ser lisos e cerrados) (BAHIA, 2002).

Seguindo as características hidrográficas da Amazônia, o Pará é um Estado entrecortado por dezenas de rios e outros cursos d'água, como lagos, paranás, furos e igarapés, que ajudam a formar um dos mais importantes ecossistemas da terra e resultam, principalmente, do grande índice pluviométrico registrado na região. Os nomes dados a esses cursos d'água geralmente derivam da língua indígena e acabaram se difundindo entre pescadores, “mateiros”, seringueiros, castanheiros e “beiradeiros” que, por força do seu trabalho, ficaram integrados à paisagem amazônica. Entre aqueles considerados mais importantes, quan-

to à extensão, ao volume d'água e à potencialidade econômica, estão o Amazonas, o Tapajós, o Araguaia, o Xingu, o Tocantins, o Capim, o Guamá, o Moju, o Trombetas, o Pará, o Nhamundá e o Jari (BAHIA, 2002).

Com a proposta de regionalização para o Estado do Pará, constatou-se que as regionalizações estabelecidas anteriormente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Mesorregião e Microrregião – não mais refletiam a realidade estadual. Desta forma, a nova identificação como “Regiões de Integração”, levou em consideração as características de concentração populacional, acessibilidade, complementaridade e interdependência econômica. A partir do cruzamento desses dados, definiu-se a nova distribuição do mapa regional do Estado: Região Metropolitana; Região Guamá; Região Caeté; Região Tocantins; Região Capim; Região do Lago do Tucuruí; Região Carajás; Região Araguaia; Região Marajó; Região Xingu; Região Tapajós e Região do Baixo Amazonas (PARÁ, 2010).

Em sua formação, o Pará teve um elevado número de imigrantes portugueses, espanhóis, italianos e japoneses. Além das muitas influências africanas e, claro, indígenas. No Estado, há 31 etnias indígenas, espalhadas em 298 povoações, totalizando mais de 27 mil índios, de acordo com dados da Fundação Nacional do Índio - Funai (PARÁ, 2010).

Historicamente, após um período de decadência, a recuperação do Estado do Pará inicia-se no começo da década de 1960, com a inauguração da rodovia Belém-Brasília, mudando o padrão de tráfego comercial para toda a Amazônia e, ao longo das décadas seguintes, com o paradigma ideológico-militar da ocupação do território amazônico e sua efetiva integração ao Brasil.

Esse paradigma gerou um desenvolvimento questionável sob todos os aspectos: político, econômico, cultural, ecológico mas, sobretudo, social. A abertura de grandes rodovias, sem consideração aos impactos ambientais causados, projetos de colonização que logo fracassaram, movimentos de ocupação do território que geraram conflitos fundiários os mais diversos, financiamentos agrícolas que apenas atendiam à grande propriedade, imigração descontrolada que engendrou a favelização de zonas urbanas e o inchamento das cidades, exploração mineral sem verticalização da projeção. Todos esses projetos, em seu conjunto, acabam por repetir o mesmo *modus operandi* da empresa colonial e da era da borracha: a predação das riquezas do território por forças econômicas e políticas de outros lugares do Brasil ou do mundo e a exclusão permanente das populações trabalhadoras, das populações autóctones e das populações híbridas (PARÁ, 2010, s/p).

Estes fatores transformaram o Estado numa região de fronteira, de conflitos e de tensões, com dificuldades de consolidar a ação social, a sociedade civil, num contexto de reflexão e de promoção dos avanços sociais (PARÁ, 2010).

Nas cidades amazônicas, o cenário se repete com nuances próprias. As cidades representam formas múltiplas de exercício de poder, de ocupação do espaço e de apropriação de seus recursos e, por isso, *locus* de tensão, de competitividade e de diferenciações que afetam a organização social no seu conjunto. “A cidade na Amazônia tem sido a referência para incorporação de novas áreas

ao mercado e também de desflorestamento, alteração na estrutura fundiária e no tipo de uso do solo” (CASTRO, 2006, p. 14).

As cidades do estuário amazônico constituem pontos de um sistema de redes sociais, culturais e econômicas, fomentando trocas agrícolas, extrativistas, industriais e comerciais, parte dele existindo na informalidade. “Redes que expressam as diferenciações sociais inter e intracidades, bem como as modalidades de participação dos atores sociais e econômicos. As formas de apropriação do território e de seus recursos são elementos distintivos dessas redes” (CASTRO, 2006, p. 14).

O Estado do Pará, bem como as demais cidades amazônicas, vem aos poucos passando por processos contínuos de transformação. Além das modificações relacionadas aos aspectos da cadeia produtiva e a importância de determinadas atividades econômicas, as configurações sociais apresentam mudanças, quer pelo ritmo acelerado da urbanização, quer pelos reordenamentos espaciais e sociais, representados por novos espaços de lazer para a população residente e para os visitantes (BAHIA; FIGUEIREDO, 2008).

A CULTURA DO POVO PARAENSE

Além das riquezas naturais e da diversidade que marca o meio ambiente do Estado do Pará, notamos também a presença de uma rica cultura criada pelo povo que habita estas terras. Seja no meio urbano, seja no campo, o povo paraense desenvolveu costumes, hábitos, ritos, crenças, oriundos do embate cultural vivido no período da colonização e da miscigenação entre a cultura europeia (principalmente portuguesa), afro e indígena (JASTES, 1996).

Tal influência mostra-se em várias manifestações da cultura popular da região. Na rica culinária, notam-se as comidas

típicas, o tacacá, a maniçoba, o pato no tucupi, as quais possuem origem indígena: notam-se ainda os frutos regionais entre eles o açai, o cupuaçu, a pupunha, a castanha do Pará, dentre outros. Na música e nas danças, o batuque africano e os rituais indígenas marcam manifestações como o carimbó, o lundu e a dança do siriá. Porém, danças como o xote bragantino e o retumbão, notadamente, expressam a herança europeia na região.

As lendas e mitos amazônicos são outro elemento forte presente na cultura paraense, podendo-se citar a Matinta Perêra, o Mapinguari, o Boto, a Cobra-Grande, Tambatajá os quais compõem o cotidiano do caboclo de contar histórias e relatar fatos oriundos de sua vivência com a cidade, com o rio e com a mata.

O Estado do Pará também possui uma produção artesanal bastante peculiar, destacando-se a cerâmica marajoara, as cestarias, os brinquedos de miriti, os sachês e perfumarias extraídos de raízes do patchouli que caracterizam o “Cheiro do Pará” (PARÁ, 2010). A produção local e a criação permanente desse artesanato mostram-se resistentes ao intenso processo vivido de industrialização na região, o qual, por vezes, uniformiza as peças artesanais.

Embora a cultura paraense, como mostrado anteriormente, apresente elementos de resistência às influências da cultura massificada pela indústria cultural nacional, permanece imprescindível a superação de muitos desafios para que ela seja reconhecida e valorizada como modo de vida e de organização do povo caboclo.

Um primeiro desafio que se coloca é a superação da visão mitificada da região amazônica, a qual reduz as manifestações culturais do seu povo ao espetáculo exótico e folclórico. É importante ressaltar que a folclorização e exotismo da cultura amazônica constituíram-se em processo de inferiorização e negação pelo colonizador da forma de viver do índio, do negro, do mestiço e do caboclo. Loureiro (2002, p. 109) afirma que:

Os primeiros conquistadores e colonizadores não se conformaram em ver aquela terra, que lhes parecia ser o paraíso terrestre, ocupada por povos que julgavam bárbaros, primitivos, rudes, preguiçosos e, possivelmente desprovidos de uma alma! Dos primeiros séculos da colonização aos governantes, políticos e planejadores dos dias atuais, a história da Amazônia tem sido o penoso registro de um enorme esforço para modificar aquela realidade original. Trata-se de uma tentativa de domesticar o homem e a natureza da região, moldando-os à visão, à expectativa de exploração do homem de fora (estrangeiros no passado, brasileiros e estrangeiros no presente).

A autora chama a atenção para o fato de que, ainda hoje, o homem amazônida é considerado portador de *uma cultura pobre, primitiva, tribal e, portanto, inferior* (idem, p. 114, grifos da autora). Tal fato pode ser notado pela invisibilidade desses sujeitos, o índio, o negro, o mestiço e o caboclo, nas políticas públicas locais, o que demonstra não serem considerados como atores sociais que dinamizam transformações de ordem cultural e social.

A questão levantada por Loureiro (2002) aponta para outro desafio, o qual consiste na consideração e na valorização da cultura local pelas políticas públicas da região, entendendo que esta cultura envolve todo o modo de vida característico da população que aqui habita, seja ela ribeirinha, urbana, quilombola ou indígena.

Assim, o desenvolvimento de políticas públicas de lazer na região deve ser visto também como um processo de potenciali-

zação da cultura paraense, dando visibilidade à produção cultural dos sujeitos que, historicamente, tiveram sua existência e sabedoria negadas. Além disso, é de fundamental importância considerar que as políticas públicas de lazer devem ter como princípio a garantia do acesso e a produção às práticas que compõem a cultura lúdica da humanidade, as quais são direitos da população indistintamente.

A adoção e formulação de diretrizes e planejamentos para a implementação de programas, projetos e ações de lazer na região amazônica, e de forma específica no Estado do Pará, precisam estar fundamentadas em bases sólidas de construções coletivas, democráticas e participativas de todos os atores envolvidos (setor público, setor privado, ongs, sociedade civil), considerando-se a importância das características ecológicas e sócio culturais da região e a necessidade de concretização de vivências de lazer críticas e sustentáveis.

O QUE REVELAM OS DADOS

Considerando que a pesquisa realizada pela UFPA se propôs a identificar as condições de acessibilidade dos programas, projetos e ações de esporte e lazer nas políticas públicas do Estado do Pará, os resultados aqui apresentados seguirão basicamente as categorias de análise apresentadas no item metodologia, a saber: *público alvo, inclusão social, participação popular e relação espaço e tempo*. Estas categorias, em nosso entendimento, oferecem melhor visualização e análises das condições de acessibilidade em questão.

Vale ressaltar que, considerando o âmbito das políticas públicas e os municípios investigados, teremos na descrição a seguir a inclusão das políticas municipais das cidades de Belém, Castanhal, Santarém e Soure e a política de esporte e lazer do governo do Estado, que nesta análise não deve ser confundida com o total das políticas desenvolvidas no estado do Pará, por se tratar de uma política de um âmbito estadual, sediada na

capital Belém, que se sobrepõe, no que atinge a esta cidade, à política municipal de esporte e lazer.

QUANTO AO PÚBLICO ALVO:

Neste aspecto os dados levantados revelam como total de atendimento em programas, projetos e ações de esporte e lazer no Município de Belém de 114.970, perfazendo um percentual de 8,2% do total de habitantes; no Município de Castanhal de 14.514, perfazendo 9,5% do total de habitantes, no Município de Santarém de 32.800, sendo 11,9% do total de habitantes e no Município de Soure de 53.980, representando 252,3% do total de habitantes.

Este alto percentual de atendimento na cidade de Soure se explica por se tratar de uma cidade turística do arquipélago do Marajó, que no período do verão, coincidindo com a cultura de férias coletivas de trabalhadores e escolares no mês de julho, e nos meses de janeiro e fevereiro, costuma receber muitos turistas advindos dos municípios vizinhos e de várias cidades do Brasil e do exterior, duplicando ou até mesmo triplicando o número de habitantes locais.

Desta forma, com programações de lazer voltadas para esta clientela, neste período, e ainda tendo o caráter de atividades eventuais realizadas em praças e locais abertos como shows, amostras, programações variadas e abertas de esporte e lazer nas praias, as ações de lazer, acabam por atingir uma grande quantidade de público participante. Como exemplo, só nos projetos Verão e Carnaval o número de atendimentos levantados chegam a 35.000 e 15.000 respectivamente.

Esta especificidade revelada no Município de Soure nos fornece indicativos para consideração das particularidades de cidades turísticas do Pará quando da investigação de políticas públicas municipais de esporte e lazer, considerando que um

movimento semelhante de turistas costuma ocorrer nos mesmos períodos citados. Possuem estas características cidades como Vigia, Cametá, Bragança, Salinas, Salvaterra e outras.

Quanto ao atendimento das políticas de esporte e lazer do governo do Estado, o levantamento é de 847.818, representando 12% do total de habitantes do Pará, havendo pelo estudo realizado, a constatação de grande maioria das ações concentradas no Município de Belém.

Estes dados nos fornecem a leitura de um baixo atendimento da política estadual de esporte e lazer para a população, considerando a vocação turística do Estado, a diversidade e efervescência cultural, a exuberância de recursos naturais e a grande iniciativa voluntária da comunidade de realização de atividades de esporte e lazer evidentes no Estado como um todo.

Os gráficos abaixo sintetizam a relação total de atendimentos e habitantes.

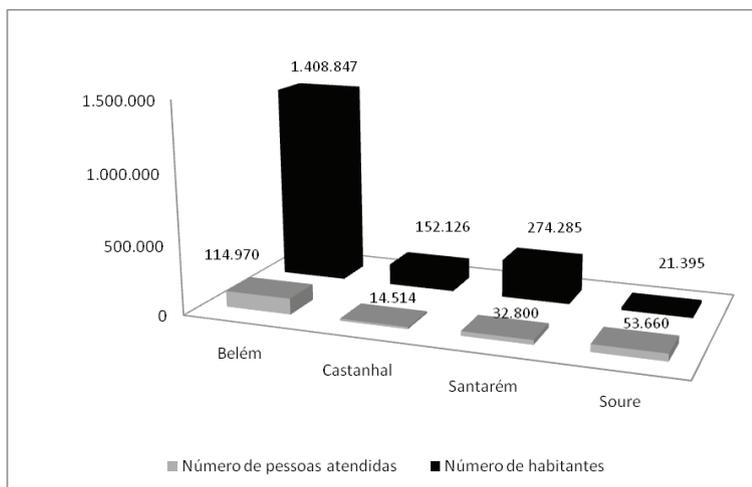


Figura 1: Quantitativo de pessoas atendidas pela Política Pública Municipal de Esporte e Lazer nas cidades de Belém, Castanhal, Santarém e Soure.

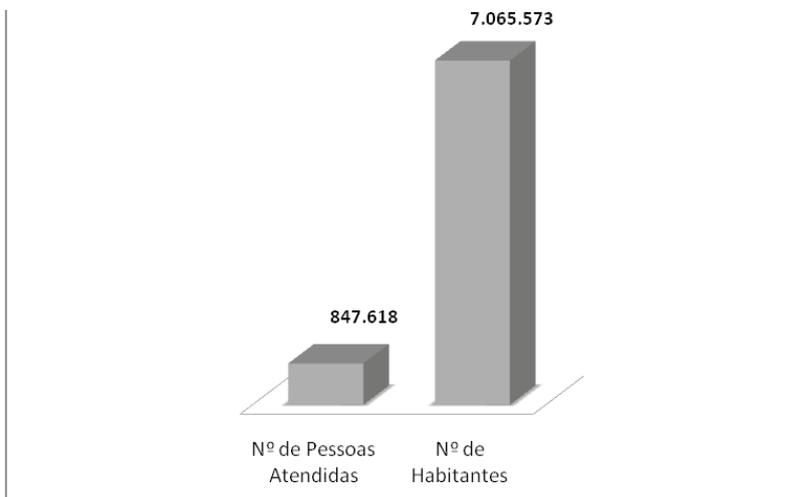


Figura 2: Quantitativo de pessoas atendidas pela Política Pública Estadual de Esporte e Lazer no Pará.

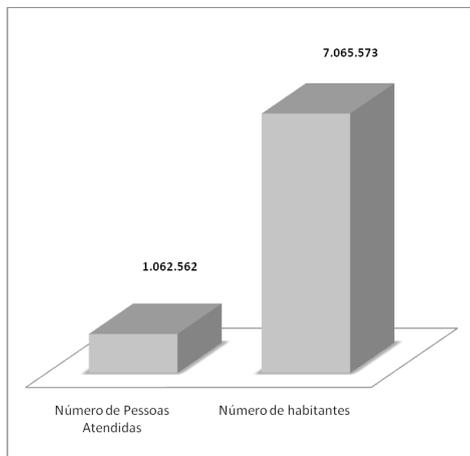


Figura 3: Quantitativo de pessoas atendidas pela Política Pública Estadual e Municipal de Esporte e Lazer no Pará.

Quanto à faixa etária atendida nos municípios e âmbitos investigados, percebeu-se um equilíbrio entre o número de projetos destinados as faixas etárias de até seis anos, de sete a 12, de 13 a 17, de 18 a 24 e de 60 anos em diante (faixas consideradas na coleta de dados). No entanto, este equilíbrio é resultante das considerações de ações de esporte e lazer que se efetivam de forma contínua e eventuais, sendo este último caráter muito associado a grandes eventos culturais e esportivos cuja participação da população se caracteriza por assistir aos eventos e prestigiar as amostras. Esta particularidade dificulta aos gestores dos projetos a delimitação da faixa etária atendida, o que os levou a responder as entrevistas confirmando o dado de que os projetos desta natureza atende a todas as faixas etárias.

Se considerarmos as atividades de caráter contínuo como oficinas, escolinhas e vivências, cuja natureza envolve um controle maior de pessoas em dado contexto de espaço e tempo para as atividades, percebemos uma concentração maior nas faixas etárias que vão de sete a 59 anos, estando as faixas de até seis anos e a partir dos 60 anos com poucos projetos destinados. Alie-se a isto a dúvida quanto às providências no sentido da garantia de acesso e participação de crianças e idosos nestas faixas etárias nos projetos eventuais destinados ao grande público, o que em tese, diminuiria esta participação.

Tal realidade nos deflagra certa contradição quando consideramos as políticas implementadas intencionando a realização de ações de lazer para atender de forma igualitária a todos, o que nos leva a refletir sobre que possíveis referenciais de esporte e lazer estas políticas estariam alicerçadas.

Michel Onfray (1995) refere que as vivências em esporte e lazer precisam trazer em si a virtuosidade, garantindo sua construção baseada nos princípios de emancipação e autonomia, passando a evidenciar a superação do modelo de esporte e lazer,

que visa somente a estabilização da lógica da exclusão pela valorização do rendimento-performance nas práticas de lazer.

Esta perspectiva de virtuosidade humana é fundamental para conduzir as vivências/ práticas corporais de cada indivíduo, o que no caso, das políticas analisadas, garantiria uma diversidade nas formas de expressão, sejam de crianças e jovens, sejam de idosos, entre outros. Porém, se tais atividades de esporte e lazer forem constantemente baseadas nos referenciais de práticas do esporte de alto rendimento, diante da difusão pela cultura de massa, avaliamos que seria difícil garantir a vivência pelo público em suas diferentes faixas etárias, aspecto que Silva (2004) apresenta quando diz que nas [...] *visíveis manifestações e expressões culturais de grupos dominados, observa-se o predomínio de formas culturais produzidas e veiculadas pelos meios de comunicação de massa...* (p 85)

Este dado revela a necessidade de maiores investigações no campo específico desta temática, assim como de um maior investimento no Pará em políticas de esporte e lazer para crianças (nesta faixa) e idosos, garantindo em suas metodologias de trabalhos, os aspectos culturais, as condições técnicas e matérias para atendimento desta clientela específica.

QUANTO À INCLUSÃO SOCIAL

Neste aspecto, foram levantados dados sobre as categorias sociais: população de baixa renda, mulheres, PPD's, comunidades indígenas e comunidades quilombolas, procurando-se identificar o quantitativo de projetos destinados a essas categorias.

Quanto à participação de mulheres nos projetos, os dados levantados informam um equilíbrio entre a participação de mulheres e homens na grande maioria dos projetos.

Há uma tendência à predominância masculina nos projetos de esporte, principalmente os de alto rendimento, e feminina

em projetos artísticos, como na área de dança, e nos voltados para a terceira idade. Assim, percebemos, uma tendência à continuidade da constituição cultural do gênero, historicamente construída, que define papéis e comportamentos também no campo das práticas corporais de esporte e lazer (homens fortes praticam esporte e mulheres mais frágeis fazem arte), representada de forma simbólica pela “natural” separação das práticas corporais entre homens e mulheres durante sua infância e juventude, até chegar à fase adulta.

Estes são desafios para reflexão de âmbito das concepções do que efetivamente se oferece como política no setor, implicando em mudanças nos aspectos culturais e políticos que sustentam estas práticas.

Em se tratando de PPD's percebemos que cerca de 50% dos projetos, de acordo com as entrevistas com os gestores, apresentam dados que informam o atendimento deste segmento social, em especificidades como deficiência visual, auditiva, física, mental, além de outras, juntamente com a população em geral

Embora possamos perceber um significativo processo de inclusão social destas categorias pelos dados informados, é necessário se considerar que na maioria destes projetos não foram informadas que ações seriam realizadas para garantia de acesso deste público específico, trazendo dúvidas quanto à confiabilidade deste percentual de atendimento. O que merece uma investigação posterior mais específica, neste caso.

Na política de esporte e lazer do governo do Estado percebe-se uma preocupação maior com a inclusão de PPD's na Secretaria de Educação, Secretaria de Esporte e Lazer e Fundação Curro Velho (na área de cultura). Nas poucas informações sobre garantia de acesso de PPD's levantadas, a partir da disponibilização dos gestores nas entrevistas, figuram, adaptação de espaços

para cadeirantes, qualificação de pessoal especializado para atendimento, uso de libras e escritas em braile.

Como projetos específicos voltados para o público de PPD's temos: *Projeto Interação Museu Portadores de Necessidades Especiais* (governo do Estado), *Jogos Paraolímpicos*, *Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro*, *Projeto Paraolímpico do Futuro e Paradesporto*, todos do governo do Estado.

Embora tenhamos pesquisado idosos especificamente na categoria de público alvo, foi possível identificar a existência de projetos específicos para este público: *Projeto Vida Ativa* (governo do Estado), *Jogos da Terceira Idade* (governo do Estado), *Projeto Vida Ativa* (Município de Soure), *Programa de Apoio à Pessoa Idosa* (Santarém), *Jogos Castanhalenses dos Projetos Sociais para Idosos* (Castanhal).

Quanto à população de baixa renda, os dados informam um amplo atendimento, se configurando este como maioria em relação à classe média e alta. Estes dados merecem um estudo posterior específico uma vez que nas poucas informações coletadas, disponibilizadas pelos gestores, o que figuram como ações específicas para garantia de acesso da população de baixa renda é a gratuidade de acesso e transporte. Ressalte-se que a efetivação das ações da política estadual de esporte e lazer, em sua maioria centrada na capital do Estado, constitui-se em um fator que interfere no alcance da população de baixa renda a estas ações, uma vez que uma expressiva quantidade desta população encontra-se também no interior do Estado.

No que se refere ao atendimento de comunidades quilombolas os dados revelam uma quantidade incipiente de projetos. A saber, 14 projetos destinados ao público em geral de um universo de 152 pesquisados informaram ter este tipo de atendimento. Porém, novamente os gestores entrevistados não informaram ou

não souberam informar que ações estariam sendo feitas para garantia do acesso destas comunidades. O que supostamente faz este quantitativo cair ainda mais.

As poucas informações obtidas revelam a realização de projetos em comunidades como Ilha Grande (não registrada) e Igarapé Preto, estando à primeira na política municipal de Belém e a segunda na estadual. Encontramos poucos projetos destinados especificamente às comunidades quilombolas. Um deles foi o projeto *Jogos Quilombolas*, da política do governo estadual.

Para melhor visualização desta pouca inclusão das comunidades quilombolas, dada a forte presença destas comunidades no Estado do Pará, apresentamos o quadro das comunidades existentes a seguir:

| Região | Municípios | Comunidades | N.º de famílias |
|----------------|---|--|-----------------|
| Baixo Amazonas | Alenquer | Pacoval | 115 |
| | Monte Alegre | Peafu, Passagem, Curral Grande, Miri e Flexal | |
| | Óbidos | São José, Matar, Nossa Senhora das Graças, Arapucu, Patauí do Umirizal, Muratubinha, Cuecê, Silêncio, Mondongo, Igarapé dos Lopes, Castanhanduba, Apuí e Mocambo | 445 |
| | Oriximiná | Abuí, Paraná do Abuí, Tapagem, Sagrado Coração de Jesus, Mãe Cué, Juquirizinho, Juquiri Grande, Jamarí, Palhal, Erepecu, Moura, Boa Vista, Mussurá, Bacabal, Arancuan de Cima, Arancuan do Meio, Arancuan de Baixo, Serrinha, Terra Preta II, Jarauacá, Água Fria, Poço Fundo, Acapu, Varre Vento, Boa Vista do Cumíná, Santa Rita, Jauari, Araçá, Espírito Santo, São Joaquim, Pancada e Ariramba | 601 |
| Santarém | Arapemã, Saracura, Bom Jardim, Murumuru, Murumurutuba, Tiningu, Nova Vista do Ituqui, São José e São Raimundo | - | |

| | | | |
|------------------------|---|--|-------|
| Marajó | Anajás, Bagre, Cachoeira do Arari, Curralinho, Gurupá, Muaná, Ponta de Pedra, Salvaterra e Soure. | Gurupá Mirim, Jocojó, Flexinha, Carrazedo, Camutá do Ipixuna, Bacá do Ipixuna, Alto Ipixuna e Alto Pucuruí e Maria Ribeira | 332 |
| Metropolitana de Belém | Ananindeua, Bujaru e Santa Isabel do Pará. | <u>Macapazinho</u> , Boa Vista do Itá, <u>Abacatal</u> | 129 |
| Nordeste | Cachoeira do Piná, Moju, Abaetetuba, Oeiras do Pará, Baião, Trauateua, São Miguel do Guamá, Mocajuba, Acará, Viseu. | Itamoani, Camiranga, Laranjituba, África, Alto e Baixo Itacuruça, Campopema, Jenipaúba, Acaraqui, Igarapé São João, Arapapu, Rio Tauré-Açu, Bom Remédio, Bailique Beira, Bailique Centro, Poção, São Bernardo Jurussaca, Santa Rita de Barreiras, Santa Fé, Santo Antônio, Igarapé Preto, Baixinha, Panpelônia, Teófilo, Varzinha, Campelo, Cupu, França, Araquenbaua, Carará, Costeiro, Igarapezinho, Icatu, Santa Maria do Mirindeua, Santo Cristo, Itacoá Miri, Paca, Aningal, Bela Aurora, | 2.159 |

Figura 4. Comunidades quilombolas no estado do Pará por região⁷

O atendimento às comunidades indígenas também é revelado em poucos projetos, havendo, na política municipal, projetos na cidade de Santarém, como o *Arte na Escola*, voltado ao público geral que relata este tipo de atendimento inclusivo. Os projetos específicos para as comunidades indígenas concentram-se na política do governo estadual, são eles: Semana dos Povos Indígenas (na área de arte e cultura), Aldeia Solidária e Jogos indígenas (ambos na área de esporte).

A escassez de políticas públicas para os povos indígenas aponta a necessidade urgente de se repensar ações para este público específico, principalmente considerando a grande concentração de comunidades indígenas no Estado do Pará.

⁷ Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo. Disponível em www.cpisp.org.br/comunidades. Acesso em 5 dez. 2009.

Segue abaixo o quadro das comunidades indígenas existentes no Estado do Pará, que segundo a Funai (2009) totaliza uma população de 20.185 pessoas, para melhor visualização desta relação.

Grupos Indígenas do Estado do Pará

| Amanayé | Juruna | Parakanã | Zo'e |
|------------|---------------|---------------|------|
| Anambé | Karafawyána | Suruí | |
| Apiaká | Karajá | Tembé | |
| Arara | Katwena | Timbira | |
| Araweté | Kaxuyana | Tiriyó | |
| Assurini | Kayabi | Turiwara | |
| Atikum | Kayapó | Wai-Wai | |
| Guajá | Kreen-Akarôre | Waiãpi | |
| Guarani | Kuruáya | Wayana-Apalai | |
| Himarimã | Mawayâna | Xeréu | |
| Hixkaryána | Munduruku | Xipaya | |

O distanciamento entre as políticas públicas no âmbito de esporte e lazer, na região, e as necessidades das populações tradicionais (como indígenas e quilombolas), pode ser o reflexo da pouca relevância dos aspectos identitários no momento do planejamento destas ações, refletindo a fragilidade da autonomia e o pouco espaço para o exercício da participação política destas populações tradicionais. Este aspecto, portanto, merece uma maior investigação específica, dada a relevância do fato.

QUANTO À PARTICIPAÇÃO POPULAR

O processo democrático, que demarca a participação popular nas políticas públicas na região, vem acompanhando o tempo histórico dessa participação em nosso País. O contexto do Estado do Pará traz uma trajetória de lutas e resistências dos movimentos indígenas, quilombolas, negros, mulheres, trabalhadores do campo, entre outros. Muitos desses segmentos foram pro-

tagonistas no mais importante movimento popular do Estado, que foi a Cabanagem.

A participação popular segundo Gohn (2005, p. 30) pode ser considerada como um processo de vivência que produz sentido e significado a um segmento da sociedade ou movimento social, oportunizando que estes sejam protagonistas de sua história, ampliando sua consciência crítica, e superando o processo de alienação, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, bem como gerando novos valores e uma nova cultura política.

O processo da participação popular, neste estudo, pôde ser avaliado pelo levantamento do quantitativo de projetos que envolvem a comunidade e a sociedade civil organizada nas ações de planejamento, execução e avaliação das atividades de esporte e lazer, além de informações de caráter qualitativo sobre a forma de participação.

Os dados revelam a participação da comunidade em cerca de 50% das ações de esporte e lazer nas políticas públicas estudadas, distribuídas em uma maior participação na execução, seguida da participação em avaliação e por último em atividades de planejamentos das ações de esporte e lazer.

Este percentual indicado pelas informações disponibilizadas pelos gestores dos projetos pode não representar a incidência de participação popular nos modelos de cogestão da política pública, uma vez que na análise de como estas participações são legitimadas encontramos mecanismos que não representam esta legitimidade como apresentação de relatórios para a comunidade e participação como público alvo atendido na execução dos projetos.

Contudo, pelos dados revelados é possível perceber que o tímido e gradativo avanço da participação popular começa pelo reconhecimento da necessidade de avaliação conjunta com a co-

munidade, havendo esta tendência maior na política pública do governo do Estado.

A pouca referência da participação comunitária no planejamento das ações revela ainda indícios de um modelo de gestão tradicional onde as ações são pensadas pelo poder público, sem a escuta das falas da comunidade, sendo direcionadas à ela como público para quem se executa e não comunidade com quem se executa as ações de política pública, o que compromete ainda o nível qualitativo de participação popular.

A participação da sociedade civil organizada se dá em menor instância em relação à comunidade como um todo, tendendo a seguir a mesma escala de participação de maior incidência na execução, seguida de avaliação e por último no planejamento das ações. Aqui é o governo do Estado que aponta maiores iniciativas no reconhecimento da necessidade de participação popular na política pública de esporte e lazer, principalmente nos órgãos estaduais de arte e cultura.

Cerca de 90% dos projetos informaram aproveitar a cultura local, havendo uma tendência maior de ocorrência deste dado nas ações de arte e lazer, com aproveitamento das manifestações típicas do Estado como: danças, artesanato e culinária.

No que se refere à divulgação, os gestores informaram quase unanimemente (cerca de 90%) a ocorrência do mesmo nos projetos, relatando meios como “folders”, cartazes, internet, rádio e televisão, tendo assim um longo alcance de informação nos diversos bairros dos municípios pesquisados.

Lembramos que a aplicabilidade das referências sobre a divulgação dos projetos na análise da categoria de participação popular se dá pelo entendimento de que um maior alcance de divulgação nos meios populares predisporia, em tese, uma maior participação da comunidade, guardada as devidas influências de outros fatores nesta participação.

Quanto ao controle social, cerca de 30% dos projetos constam com informações de existência de entidades com este fim. Contudo, ao verificarmos as entidades responsáveis por esta tarefa, detectamos nas informações dos gestores se tratarem de órgãos públicos, em sua maioria de mesmo âmbito de gestão, sendo pouquíssimos órgãos, como ongs e associações, relatados com esta função. Tal dado nos faz perceber a dificuldade de concepção de controle social nas ações de políticas públicas de esporte e lazer e a necessidade de implementação deste controle no estado como um todo.

QUANTO À RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPO

Neste aspecto os dados revelam um equilíbrio entre ações eventuais e contínuas nos projetos, estando os primeiros mais ligados às ações de arte e lazer e os outros mais ligados à ações esportivas. Dentre os de caráter eventual, figuram ações de alcance de grande público como shows musicais, apresentações de espetáculos de dança, teatro, eventos abertos em praças, e logradouros públicos.

Cerca de 40% dos projetos acontecem nos períodos das férias escolares e da população em geral. Por volta de 75%, segundo relato dos gestores, ocorrem nos finais de semana, havendo ainda o aproveitamento dos períodos de manifestações tradicionais como festas juninas, Carnaval e Natal.

Este dado nos revela a possibilidade de disponibilidade de acesso da população pelo fator tempo, considerando que apesar da crescente falta de tempo livre ou disponível para o lazer, no Pará, este tempo ainda se faz nas férias e finais de semana.

No que se refere ao espaço físico para as atividades de esporte e lazer, os dados revelam que cerca de 50% dos projetos ocorrem em espaços específicos e adaptados, havendo ainda 15% com dados relativos ao aproveitamento de recursos naturais como rios, campos de areia e orlas. Este último dado revela o

pouco aproveitamento destes recursos considerando a variedade de paisagem natural que o Estado do Pará apresenta enquanto território constituinte da Amazônia.

Cabe também ressaltar que os espaços específicos estão, em sua maioria, relacionados às atividades esportivas e os adaptados às atividades culturais, havendo a necessidade ainda de maiores investimentos em espaços e equipamentos de lazer como fator de garantia de acessibilidade a ações de qualidade social enquanto diretriz de uma política pública participativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado do Pará, aqui representado pela análise das políticas públicas de esporte e lazer municipais das cidades de Belém, Castanhal, Santarém e Soure e da política do governo estadual, apresenta particularidades regionais que merecem a atenção quando da elaboração de políticas públicas de financiamento e execução de ações na área de esporte e lazer.

As informações aqui registradas partem da consideração do lazer para além das atividades esportivas, o que garante nesta análise, a inclusão das políticas públicas de cultura nos respectivos municípios e na política do governo estadual.

A população atendida pela política pública nesta área ainda soma um quantitativo muito pequeno, considerando o total de habitantes e o entendimento do esporte e lazer como necessidade humana e como direito social. Contudo, vale ressaltar que as instâncias gerenciadoras das políticas de esporte e lazer, como secretarias, departamentos e fundações são de certa forma muito recentes nesta região, o que nos faz considerar que o atendimento registrado se constitui em um importante começo para garantia da participação da população nas ações das políticas públicas na área. É importante também considerar que as ações na área

de arte e cultura, gerenciadas pelos órgãos correspondentes, por existirem por um maior tempo, podem experimentar maior eficiência na garantia dos direitos sociais do lazer, embora nos trâmites administrativos destas instâncias, o conceito de lazer ainda esteja bastante associado às atividades esportivas.

No tangente a inclusão social, destacam-se as ações do governo estadual nas políticas públicas de esporte e lazer que, em comparação às políticas municipais, revelam certa iniciativa principalmente nos processos de inclusão de PPD's e comunidades indígenas.

A inclusão de mulheres e população de baixa renda é em média, possibilitada pela intencionalidade de atendimento desta população pelas políticas estudadas. Contudo, há uma significativa discrepância em relação à população indígena e quilombola. Sendo um Estado que concentra uma grande quantidade de comunidades destas categorias, não efetua um atendimento satisfatório a este público, deixando a desejar quanto à garantia dos direitos ao esporte e lazer a este segmento historicamente excluído das políticas sociais.

Quanto à participação popular, há ainda a necessidade de garantias de participação da comunidade e da sociedade civil organizada em todos os processos de planejamento, execução e avaliação, fazendo com isso com que haja legitimidade na política pública de esporte e lazer e maior eficácia na adequação destas políticas às reais necessidades da população local

As condições geográficas de exuberância de paisagem natural do Pará, com existência de rios, florestas e campos são pouco aproveitadas nas políticas de esporte e lazer, indicando ainda a necessidade de articulações intersetoriais de ações governamentais nas áreas de esporte, lazer e turismo.

Os dados pesquisados ainda revelaram a existências de ações em espaços e equipamentos específicos e adaptados, cujo

percentual demonstra a necessidade de maiores investimentos em infraestrutura para o esporte e lazer.

Cabe ainda ressaltar que dos 152 projetos pesquisados, 35 situam-se na área de esporte (de rendimento e educacional) e 117 na área de lazer (esporte-lazer, arte e cultura e outros). Os gráficos abaixo revelam a visibilidade destes dados.

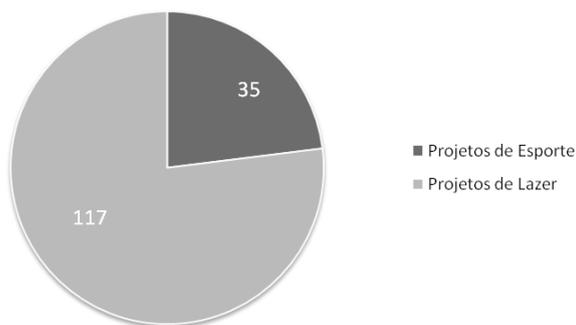


Figura 5: Quantitativo de projetos de Esporte e Lazer no Pará.

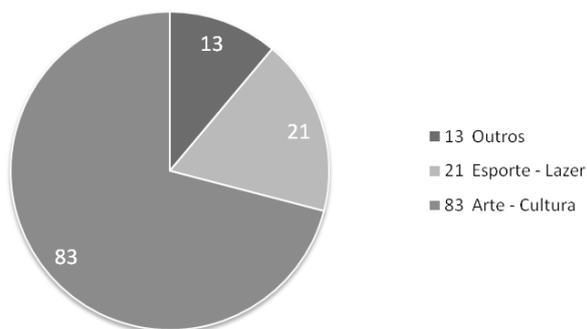


Figura 6: Quantitativo de projetos de Lazer no Pará.

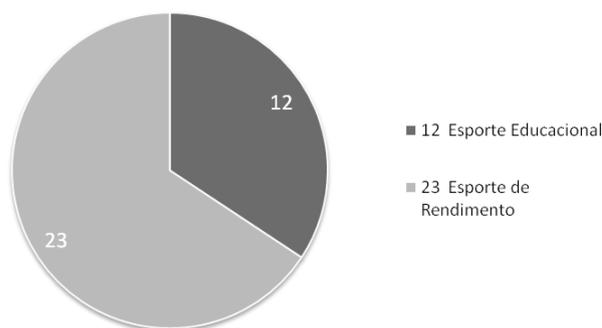


Figura 7: Quantitativo de projetos de Esporte no Pará.

No Estado é importante ainda destacar a existência de fortes indicativos de ações intersetoriais reveladas nas entrevistas aos gestores dos projetos, quando da indagação sobre parcerias. Estas se revelam de maneira mais significativa nas ações de lazer do que nas de esporte, se configurando em muitos casos como apoios institucionais para a execução das atividades. O relato de apoio ou convênios com a iniciativa privada mostra uma participação deste setor ainda muito incipiente.

A realização da pesquisa para levantamento diagnóstico das condições de acessibilidade dos projetos, programas e ações de esporte e lazer da população do Pará por meio das políticas públicas, traz a possibilidade de conhecimento da realidade local como subsídio para a formulação de políticas públicas de esporte e lazer nos mais diferentes âmbitos.

Os ganhos com a efetivação desta pesquisa se fazem de forma significativa, o que traduz a necessidade de continuidade de pesquisas por meio da efetivação de convênios do Ministério do Esporte diretamente com as instituições realizadoras dos estudos, no intuito de evitar possíveis atropelos, decorrentes do gerenciamento de diferentes. Instituições na busca de conheci-

mento dos mesmos objetos em contextos de tempo e espaço diferentes.

Vale ainda ressaltar a necessidade de estudos de campo no referente à investigação da comunidade atendida nos projetos, dando poder de evidência de realidade às suas falas, evitando assim possíveis distorções de informações geradas pelo comprometimento dos gestores com a exposição das formas de gerenciamento das políticas de esporte e lazer por eles gestadas.

Por fim, considerando que a efetivação da inclusão social nas diferentes políticas sociais vem sendo um desafio nestes últimos anos para os municípios, Estados e Governo Federal e que a busca pela igualdade de direito é um dos aspectos que evidencia a efetiva inclusão social, cabe ainda investigar “de perto” realidades de práticas de esporte e lazer das populações ribeirinhas, GLBTs e grupos de culturas alternativas de rua como integrantes de um cenário contemporâneo de um Estado multicultural como o Pará enquanto integrante da complexidade social amazônica.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *NBR 10520: Informação e documentação - Citações em documentos - Apresentação*. Rio de Janeiro, RJ, 2002.

BAHIA, Mirleide Chaar. *Esporte e Natureza: aproximações teórico-conceituais e impactos ambientais no Estado do Pará*. Belém, PA: Núcleo de Meio Ambiente/Universidade Federal do Pará, 2002 (Monografia de Especialização em Ecoturismo).

BAHIA, Mirleide Chaar; FIGUEIREDO, Sílvia Lima. Os espaços verdes e os equipamentos de lazer: um panorama de Belém. *Licere*, Belo Horizonte, v. 11, n. 02, ago. 2008.

BASTOS, Rogério Lustosa. *Ciências humanas e complexidade: projetos, métodos e técnicas de pesquisa; o caos, a nova ciência*. Juiz de Fora -MG: EDUFJF; Londrina: Cefil,1999.

CASTRO, Edna. Introdução: uma incursão temática à Belém. In: CASTRO, Edna (org). *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP, 2006, p. 13-21.

GOHN, M . da G. *O Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, Ongs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.

JASTES, Edér Robson Mendes. *Dança Folclórica na escola NPI-Uepa: um estudo de caso*. Belém, PA: Universidade Federal do Pará, 1996. (Monografia de Especialização em Educação Física Escolar).

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. *Estudos Avançados*, 16(45), Belém, 2002.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *A pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MARQUES, Gilberto de Souza. *Estado e Desenvolvimento na Amazônia: A Inclusão Amazônica na Reprodução Capitalista Brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007 (Tese) de Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

ONFRAY, Michel. *A escultura de si: a moral estética*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

PARÁ. *Portal do Governo do Estado do Pará. O Estado do Pará*. Disponível em: < http://www.pa.gov.br/O_Para/opara.asp>. Acesso em: 11 jan. 2010.

TRIVIÑOS, Augusto. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

DIAGNÓSTICO DO ACESSO AO ESPORTE E LAZER DA POPULAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA POR MEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Adriane Corrêa da Silva¹

Bárbara Zorek²

Eliane Elicker³

Francisco Tadeu Reis de Souza⁴

Jairo Farias Cabral⁵

Jeferson Cardoso da Silva⁶

Leila Aparecida Evangelista⁷

Lílian Catiúscia E. Firme⁸

Missaela Padilha e Silva⁹

EM CAMPO: O PROCESSO DA PESQUISA

Devido ao modelo de desenvolvimento econômico, político, cultural e social aplicado no Brasil, algumas regiões acabaram

¹ Coordenadora e Professora Adjunta com Mestrado do Curso de Educação Física do Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (Iles/Ulbra-PVH).

² Licenciada em Educação Física pelo Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (Iles/Ulbra-PVH) e bolsista desta pesquisa em 2009.

³ Professora Auxiliar com Especialização do Curso de Educação Física do Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (Iles/Ulbra-PVH).

⁴ Professor Dr. do Curso de Educação Física do Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (Iles/Ulbra-PVH).

⁵ Bacharel em Educação Física pelo Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (Iles/Ulbra-PVH) e bolsista desta pesquisa em 2009.

⁶ Licenciado em Educação Física pelo Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (Iles/Ulbra-PVH) e bolsista desta pesquisa em 2009.

⁷ Professora Auxiliar com Especialização do Curso de Educação Física do Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (Iles/Ulbra-PVH).

⁸ Bacharel em Educação Física pelo Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (Iles/Ulbra-PVH) e bolsista desta pesquisa em 2009.

⁹ Licenciada em Educação Física pelo Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (Iles/Ulbra-PVH) e bolsista desta pesquisa em 2009.

sendo menos favorecidas e até mesmo excluídas de tal crescimento, dentre a qual está à região Norte brasileira.

Sabemos que o acesso aos bens culturais é um dos indicadores de desenvolvimento de uma determinada população (região). Para Marcellino (2008, p. 13), “apesar de tudo, e embora não de modo exclusivo, é particularmente no tempo de lazer que são vivenciadas situações geradoras de valores que poderiam ser chamados de “revolucionários”. E estas situações são poucas diante do necessário, referente às políticas públicas de esporte e lazer em Porto Velho.

Atualmente, não dispomos de informações fidedignas que possam apresentar a dimensão do lazer e o quadro atual dessas políticas na região. Este vazio de informações vem nos mostrar a real situação do esporte e lazer nesta região.

Sendo assim, é preciso verificar como se dá o acesso a tais atividades, bem como conhecer que opções de lazer são desenvolvidas e quais os esportes são mais praticados nesta região entre outros indicadores.

A imprescindibilidade da presente pesquisa reside no fato de que com os resultados obtidos, poderá ser feito um novo modelo gestor de programas de esportes e lazer, e de ações mais eficazes, que atenda diversas faixas etárias, levando em consideração as relações socioculturais.

Para que esse tipo de trabalho seja desenvolvido por meio de políticas públicas, quer seja ele em rede municipal, estadual ou federal, é necessário que haja um compromisso político com a sociedade e com os diferentes segmentos sociais; desta forma, é preciso planejamento, reflexão sobre as demandas, princípios e valores.

Para que fique explícito o que fizemos nesta pesquisa, a seguir está a descrição do processo de pesquisa sabendo que a indagação a qual movimentou nossas ações foi: Como diagnosticar

o esporte e o lazer na região Norte brasileira (Rondônia-Porto Velho) por meio das Políticas Públicas?

OBJETIVO GERAL: FASES E METODOLOGIA EMPREGADA NA PESQUISA

Esta pesquisa teve o intuito de diagnosticar o esporte e lazer da população da região norte brasileira (Amazonas, Pará e Rondônia) por meio das políticas públicas.

Segundo Godoy (1995, p.58), existem algumas características na pesquisa qualitativa, as quais nos fundamentamos e assim o autor considera [...] “o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; possui caráter descritivo; o processo é o foco principal de abordagem... e, por fim, teve como preocupação maior a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados.” E ainda buscando o entendimento sobre o método de pesquisa utilizado, nos reportamos ao autor Gil (1999, p. 43) onde o autor relata que “uma pesquisa é de natureza exploratória quando envolve o levantamento de material bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram (ou tem) conhecimento prático com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão”.

Partindo desse contexto exploratório, nós do Iles/Ulbra (Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho/Ulbra) conseguimos efetivar o processo de pesquisa apenas em Porto Velho, das duas localidades sugeridas inicialmente (Porto Velho e Ji-Paraná) devido à limitação orçamentária, pois a pesquisa não contemplava deslocamentos, ficando difícil atender Ji-Paraná.

Diante do exposto indentificamos os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar os setores de políticas públicas, que promovem programas, projetos e ações em esporte e lazer. Como

secretarias de esporte e lazer, de educação, cultura, de saúde, de assistência social, turismo e meio ambiente dos Estados e Municípios/ As ações existem? Em que setor existem? São gerenciadas por quem?

2. Analisar os programas, projetos e ações identificados, considerando:

a) Objetivos (Ação: o que eles querem?) e Metas (Quantificação da ação: quantas pessoas/instituições querem atingir?).

b) Público Alvo (Quem é? Onde mora? Qual o perfil?).

Atividades (Especificação das ações desenvolvidas considerando os tipos de manifestações, conteúdos culturais / São aproveitadas do que já existe na cultura local?)

c) Metodologia (o público, conselhos e órgãos representativos de classe participam na ação? Como? É uma proposta educativa ou é apenas a oportunidade de praticar atividades do lazer?).

d) Organização do tempo (Quando as atividades são realizadas? Os projetos e ações são eventuais ou ações continuadas? Aproveita o período das manifestações tradicionais? Acontecem nas férias? Nos finais de semana? Em que dia e horário são oferecidas as atividades?).

e) Equipamento e espaço (Onde acontece: é um espaço específico? É adaptado? É multifuncional? É um espaço aproveitado a partir da cultura de manifestação? O espaço aproveita os recursos da natureza?).

f) Gestores, técnicos e agentes envolvidos. (Qual o perfil?)

g) Parceria. (Mantém relação com outras instituições? Como se relacionam? Convênios? Apoios? Como esses apoios remetem ao acesso?)

h) Orçamento financiamento. (Quem financia? Como acontece o financiamento? Qual o impacto da política de financiamento nas ações?).

i) Avaliação e controle (Há comissões de avaliação? Há a participação de conselhos e entidades de controle social? Qual o seu papel? Há grupos representativos das ações na avaliação? Como acontece esta avaliação e controle?).

No que diz respeito ao *procedimento*, estamos trabalhando com a pesquisa exploratória. Em relação às técnicas de pesquisa, trabalhamos com *Observação Direta Intensiva*, utilizando a técnica de entrevista no cumprimento do primeiro objetivo específico.

Na fase inicial de pesquisa para levantamento de setores públicos que efetuam programas, projetos e ações de esporte e lazer foram adotados como indicativos iniciais o universo específico de pesquisa, os setores públicos da área de esporte e lazer.

Para efeito de análise de dados na continuidade da pesquisa serão utilizadas como apoio as categorias: objetivos, público alvo, atividades, metodologia, organização do tempo, equipamentos e espaços; gestores, técnicos e agentes envolvidos, parcerias. orçamento financiamento, avaliação e controle.

Considerando os objetivos da pesquisa, verificamos o caráter delimitador do processo metodológico a ser seguido no trabalho de campo. Assim, o primeiro objetivo específico, ao indicar a busca pela identificação dos setores de políticas públicas que promovem programas, projetos e ações em esporte e lazer, revela o caráter de delimitação do universo de pesquisa pelo mapeamento das instituições que deverão ser investigadas com maior profundidade, pois são as gerenciadoras das ações de esporte e lazer.

O segundo objetivo específico indica a análise dos programas, projetos e ações identificadas a partir de elementos constituintes de suas naturezas como objetivos, metodologias, público

alvo e outros. Este dado revela o caráter delimitador das categorias a ser considerado como lócus de observação e identificação de indicativos que permitam avaliar o acesso da população da região Norte do Brasil ao esporte e lazer por meio das políticas públicas, o que se constitui como o objetivo geral da pesquisa.

Assim sendo, dividimos o processo de coleta de dados em duas fases, seguidas dos seus respectivos momentos de análise: A 1ª fase, que se ocupa do primeiro objetivo específico, realizando o mapeamento das instituições a serem analisadas, suas ações e gestores. Dado o fato de se ter coletado já na primeira fase documentos como projetos, relatórios, planos de trabalho e outros, num segundo momento desta fase, haverá a análise do material coletado, assim como, das entrevistas feitas com os gestores, a fim de verificar o potencial deste material para identificação das formas de acesso da população às ações de esporte e lazer.

Na avaliação deste potencial, ao se verificar limite de “falhas” das fontes para tal intenção, um novo roteiro de entrevista semi-estruturada foi elaborado pelos pesquisadores, a fim de funcionar como orientador do novo processo de coleta de dados, a ser realizado na segunda fase junto aos gestores, para fins de consecução dos objetivos pretendidos.

A 2ª fase, consistindo na realização de uma nova coleta, por meio de entrevista aos gestores, corresponde ao levantamento de material detalhado nas categorias indicadas como objetivos, metodologias dos projetos e outros, para fins de cumprimento do segundo objetivo específico, sendo as categorias identificadas na natureza dos projetos, cumpridoras dos detalhamentos deste segundo objetivo específico.

Para coletar os dados na primeira fase, consideramos os seguintes critérios em relação às atividades de lazer: diversão (atividade prazerosa), descanso, desenvolvimento pessoal e social,

não obrigatoriedade (livre escolha), não objetivo de aprimoramento técnico.

Como conteúdo das atividades de lazer considerou-se:

1. Físico-Esportivos: Ginástica, caminhadas, práticas esportivas, jogos, gincanas, lutas, jogos tradicionais etc.

2. Artísticos: Dança, teatro, música, literatura, artes plásticas, artesanato, brinquedoteca, contação de histórias, manifestações artísticas da cultura popular, espetáculos, oficinas artísticas abertas e espontâneas, entre outros.

3. Intelectuais: Leituras, visita a museus, palestras (abertas para participação espontânea), exposições, entre outros.

4. Turísticos: Passeios orientados, visitas para conhecer parques, patrimônios históricos materiais e imateriais, cidades, sítios arqueológicos, manifestações populares locais, festas tradicionais, entre outros.

5. Manuais: Confecção de brinquedos, artesanatos manuais, colagem, jardinagem, entre outros.

6. Sociais: Festas, encontros recreativos, festivais, manhãs alegres, ruas de lazer, entre outros.

Como delimitação das atividades esportivas considerou-se:

1. De Rendimento: Esporte de modalidades olímpicas cujo objetivo é o treinamento de atletas para consecução de alta performance objetivando competições.

2. Educacional: Atividades de vivências educacionais em esporte cujo objetivo é a educação pelo esporte para a formação humana, com frequência obrigatória, voltada para o público escolar.

3. De Lazer: Atividades de vivências livres de esporte recreativo com não obrigatoriedade de frequência, podendo ser eventual ou regular.

A partir destes entendimentos encerramos o processo de pesquisa e a partir de agora, situaremos o leitor quanto a área geográfica, características demográficas, socioeconômicas, ambientais e culturais da população a qual foi pesquisada.

ÁREA GEOGRÁFICA, CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS, SOCIOECONÔMICAS, AMBIENTAIS E CULTURAIS.

A povoação de Porto Velho teve início em 1907 com a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, consequência do tratado de Petrópolis, celebrado entre o Brasil e a Bolívia, no ano de 1903. Sua primeira denominação foi “Porto do Velho” pelo fato de residir o velho Pimentel, um dos primeiros moradores da região.

O Município de Porto Velho, na época ainda pertencente ao Estado do Amazonas, foi criado em 2 de outubro de 1914 e instalado em 24 de janeiro de 1915. No ano de 1943, Porto Velho foi escolhido para ser a capital do recém-criado Território Federal do Guaporé. Essa condição manteve-se até 1956, quando aconteceu a mudança do nome para Rondônia, em homenagem ao Marechal Cândido Rondon e em 1981, foi criado o Estado de Rondônia.

A cidade é formada por planícies, com serras relativamente baixas. Com temperatura média acima dos 28°C, Porto Velho é uma cidade quente, apresentando elevada umidade relativa e chuvas abundantes.

O município é coberto pela floresta equatorial. Banhada pelo Rio Madeira, principal braço direito do rio Amazonas. Porto Velho conta com três áreas de terras indígenas: Karitiana, Kaxaraxi e Karipunas. O município possui uma área de 34.068,54 km² e um total de 12 distritos, onde vive uma população de 382.829 habitantes, conforme IBGE 2009. Porto Velho fica localizado: Ao Norte, Estado do Amazonas; Ao Sul Município de Nova Mamoré e Buritis; Ao Leste, Município de Candeias do Jamari

e Alto Paraíso; Ao Oeste, Município de Nova Mamoré, Rep. Bolívia e Estado do Acre.

Em 2009, Rondônia completou vinte e sete anos como Estado. Contudo, já em 1998 ostentava a sétima posição entre os mais ricos Estados, segundo Atlas do Mercado Brasileiro.

O crescimento trazido pela migração iniciada na década de 70, mais rápido que o esperado pelos próprios rondonienses, pode ter custado ao Estado, problemas de natureza ambiental, mas é inegável que ele mais ganhou do que perdeu com o progresso.

Alguns aspectos evidenciam isso, como a expectativa de vida dos cidadãos de Rondônia, que é dois anos acima da média nacional para homens e quatro anos para as mulheres. E no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, a nota recebida pelo Estado é 0,776 em 2005, ficando o Estado no décimo quarto lugar do “ranking”. Em 1996, sua nota era de 0,715 quando figurava em décimo quinto lugar. Considerando-se que o Estado de Rondônia ainda é muito jovem, vislumbram-se inúmeras possibilidades em todos os segmentos sociais, indicadores do quanto há para ser construído frente as suas possibilidades.

Almejando grandes transformações, Porto Velho – capital do Estado é ainda via fluvial-terrestre, ponto de passagem e ligação entre a região Norte e as demais regiões brasileiras.

Podemos, portanto, constatar que a área de alcance do Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (Iles/Ulbra) extrapola os limites municipais, fato que favoreceu amplas demandas para o ensino superior, uma vez que 12.724 alunos, concluem o ensino médio anualmente em Porto Velho e o ensino fundamental possui 78.659 alunos matriculados, conforme IBGE 2009.

O Estado de Rondônia faz parte da Amazônia brasileira e situa-se na parte oeste da região Norte do Brasil. Sua origem está

vinculada à criação da Capitania de São José do Rio Negro em 1755, quando sua agricultura começou a se desenvolver.

O Estado limita-se ao norte e nordeste com o Amazonas, a leste e sudeste com o Mato Grosso, a oeste com a República da Bolívia, e a noroeste com o Estado do Acre, perfazendo uma extensão territorial de 238.512,8 km², correspondente a 6,79% da região em que se insere e a 2,86% do território nacional.

A evolução político-administrativa de Rondônia inicia-se, de fato, em 1943, ano em que o então presidente da República, Getúlio Vargas, criou cinco territórios para garantir a segurança das fronteiras do Brasil: Ponta Porã, Iguaçu, Rio Branco, Amapá e Guaporé. Em fevereiro de 1956, o Território Federal do Guaporé passou a designar-se Território Federal de Rondônia em homenagem ao sertanista Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

O Estado de Rondônia foi criado em 22 de dezembro de 1981, por meio da Lei Complementar n.º 041, e foi instalado em 4 de janeiro de 1982, época em que o Estado encontrava-se dividido em treze municípios. Na atualidade o Estado de Rondônia está dividido em 52 municípios, conforme mapa.

Segundo dados atuais do IBGE, Rondônia possui uma população de 1.379.787 habitantes, distribuídos em 52 municípios, sendo que os mais populosos são Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal, Vilhena, Jaru, Rolim de Moura, Guajará-Mirim, Ouro Preto do Oeste e Pimenta Bueno.

A construção do porto granelheiro na capital de Porto Velho, em 1995 e a abertura, em 1997, da hidrovia do rio Madeira, mudaram o perfil econômico de Rondônia. Com 1.115 km, a hidrovia liga a capital ao Porto de Itacoatiara, no Amazonas, barateando o transporte de seus produtos agrícolas, Rondônia abastece outras regiões com feijão e milho, destacan-

do-se também como produtor nacional de cacau, café robusto, arroz, soja e gado. Atualmente, vive mais uma mudança histórica com a chegada de duas usinas hidrelétricas.

O QUE REVELAM OS DADOS

Considerando que a pesquisa realizada pelo ILES/ULBRA (Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho – ULBRA) através do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física/Rondônia (GEPEF/RO) se propôs a identificar as condições de acessibilidade dos programas, projetos e ações de esporte e lazer das políticas públicas do Estado de Rondônia, em particular de Porto Velho; os resultados apresentados seguirão basicamente as categorias de análise apresentadas no item metodologia, a saber: público alvo, participação popular e relação espaço e equipamentos de lazer. Estas categorias foram as mais evidentes no processo de investigação, porém emergiram carências quanto ao acesso, público alvo e espaços e equipamentos de lazer nas Secretarias pesquisadas: Secretaria Estadual de Cultura, Esporte e Lazer (SECEL) e Secretaria Municipal de Esportes (SEMES).

TRILHANDO O CAMINHO DE INVESTIGAÇÃO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/ RO.

Na análise dos dados da Secretaria Municipal de Esportes (Semes) as atividades de esporte e lazer foram bem desenvolvidas no ano de 2008 no Município de Porto Velho, conforme análise. Apesar disso, houve uma ênfase em esporte de rendimento, fugindo assim, do foco da pesquisa que busca um esporte cooperativo e de confraternização, não somente a competição que está intrínseca no esporte.

Observamos que não há concordância total dos projetos com os conceitos das variáveis do presente trabalho, onde acesso é visto como uma forma fácil de chegar a um determinado local; esporte é tido igual uma ferramenta de integração social e agente promotor de saúde; e lazer como uma atividade prazerosa, praticada em um tempo livre (esta é a que mais se aproxima do conceito da pesquisa).

Essa justificativa está em consonância com Barreto (2001, p. 1) “o esporte pode ser encarado, dentro de outras ópticas, tanto quanto o esporte veiculado nas mídias, como uma atividade dentro de um grupo de amigos (na escola, na rua ou qualquer lugar)”.

A modalidade esportiva mais praticada foi o futebol (resultado já esperado), além de algumas atividades desportivas voltadas para o esporte de rendimento, a recreação, o lazer e o turismo (essas três últimas atividades são desenvolvidas em menores proporções). Outras modalidades esportivas deveriam ser trabalhadas, além do futebol.

As opções de lazer desenvolvidas giram em torno do projeto “Ruas de lazer” e dos “Festivais de praia de Jacy Paraná e Fortaleza do Abunã”. Estas duas propostas são altamente fidedignas aos seus conceitos e vão de encontro à idéia da pesquisa, que define lazer como uma atividade prazerosa praticada em um tempo livre, conforme Marcellino (2008).

Devido a sua importância no campo do lazer, esses projetos devem ser expandidos e desenvolvidos com maior frequência, aos finais de semana nas escolas da comunidade, por exemplo, ruas de lazer feito nas escolas em horário alternativo.

Os projetos de políticas públicas desenvolvidos no município alcançam as áreas de lazer, esporte e turismo. As políticas públicas são as ferramentas utilizadas para viabilizar os projetos da Semes, e conforme Marcellino (2001, p. 90) “a expressão ‘po-

lítica pública de lazer’, por si só demanda relevantes estudos no sentido da explicitação de uma dada compreensão de política, de público e de lazer”.

Ao término da pesquisa, podemos constatar que as atividades de esporte desenvolvidas por meio das políticas públicas, pouco contemplam a visão do que se espera de uma política pública, porém, as atividades de lazer estão próximas do que a pesquisa investiga, visto que suas atividades são desenvolvidas no tempo livre, aos finais de semana. Ou seja, quando falamos de tempo livre estamos nos referindo aos, feriados, aos finais de semana, e ou qualquer desocupação que o indivíduo venha a ter durante sua jornada de trabalho. Sobre essa temática Marcellino (1995, p. 38) tem o seguinte olhar:

Porém esse tempo livre não deve ser considerado uma maravilha. Mesmo vindo carregado de virtualidades, de enormes expectativas da sua utilização de maneira prazerosa e de satisfação intrínseca, e da busca de relações sociais mais verdadeiras e gratificantes, da possível chance de se criar algo, de pensar, além de tantas outras aspirações que compõem o imaginário do indivíduo comum, esse tempo tem seus limites. Muito mais que na hora do trabalho em que nos encontramos extremamente ocupados, é no tempo livre que nos deparamos com a grandeza ou com a miséria de nossa existência. Temos com esse tempo a oportunidade, ainda que temporariamente, de vislumbrar a liberdade, nossos talentos, nossas emoções e agora que estamos com tempo livre não se-

ria uma constatação muito agradável entrever que não podemos usá-lo da maneira que queríamos e isso nos leva a pensar no quanto de fantasias temos sobre nós mesmos e o tanto que estamos ou somos despreparados para enfrentar um período que nada nos exige.

Pudemos observar que, apesar de o lazer estar ligado a um período de tempo onde nós estamos desocupados, ainda assim é necessário estarmos preparados para ele, pois com tanto tempo livre, teremos como pensar em questões que aparentemente não nos afetam enquanto estamos trabalhando. Mais quando nos concentramos nelas, nos deparamos com um misto de sentimentos confusos e vemos que para podermos usufruir bem desse tempo livre é preciso estar com a cabeça boa, ou seja, com pensamentos puros ou nosso entender apenas sentindo-se bem.

Sendo assim, recomendamos que para o acesso, haja disponibilidade de transporte coletivo nos dias dos eventos, ou seja, que as secretarias por meio das políticas públicas, coloquem à disposição da população interessada, meios para que estes cheguem aos eventos. Isto poderia se estender e vigorar todos os domingos. Por exemplo: linhas de ônibus que passem por locais como (Museu da Madeira Mamoré, Casa de Cultura Ivan Marrocos, a Praça das 3 Marias (três Caixas d'água), Estádio Aluísio Ferreira, Ginásio Cláudio Coutinho) e tivessem suas passagens gratuitas nos domingos ou quando nesses lugares fosse palco de alguma atividade desenvolvida pelas secretarias ou outro órgão público (municipal/estadual).

Com o esporte, sugerimos a alteração do formato das atividades desenvolvidas, que em sua maioria favorecem a prática do futebol, deixando de lado outras modalidades.

Ao contrário do que vem sendo feito com o interbairros em Porto Velho, por exemplo, que envolve apenas uma modali-

dade, poderia ser feito uma grande gincana, onde além do futebol os moradores de todas as idades participariam, acentuando assim, o caráter social e integrador do esporte. Esta mudança seria por intermediário da implantação de atividades recreativas como (a queimada, o cabo de guerra, rouba-bandeira) além de concursos de dança (para o pessoal da terceira idade) e apresentação teatral para as crianças.

Já com o lazer, a proposta é um pouco mais audaciosa. Com tantos eventos para serem realizados, é preciso que haja uma divulgação nos meios de comunicação, para que a população fique ciente das datas, locais e programação das atividades, portanto, a criação de uma rede de TV comunitária seria imprescindível para aumentar o prestígio dos participantes. Tal sugestão se dá por entender que uma pessoa ao assistir um jogo de futebol do seu time do coração na TV aberta, está praticando o lazer em sua essência. Ao invés de assistir seu time favorito, se ele estivesse assistindo seu vizinho, filho, amigo, enfim, seria tão bom para quem assiste quanto, para quem está vivendo o espetáculo.

Para que estas sugestões se tornem reais, é preciso que a política pública seja trabalhada visando alcançar o contexto desejado a partir de um olhar coletivo, desde o início do processo de planejamento até sua execução e avaliação.

Ao término da pesquisa, podemos constatar que as atividades de esporte e lazer desenvolvidas por meio das políticas públicas, pouco contemplam a visão do que se espera de uma política pública.

Tal alegação é feita devido a não concordância dos projetos com os conceitos das variáveis do presente trabalho, onde acesso é visto como uma forma fácil de chegar a um determinado local; esporte é tido como uma ferramenta de integração social e agente promotor de saúde; e lazer como uma atividade prazerosa,

praticada em um tempo livre, sabendo que esta variável foi a que mais se aproximou da proposta desta pesquisa.

TRILHANDO O CAMINHO DE INVESTIGAÇÃO JUNTO À SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA ESPORTE E LAZER (SECEL) DE PORTO VELHO/ RO.

Na análise dos dados da Secretaria Estadual de Cultura, Esporte e Lazer (Secel) as atividades de esporte e lazer foram bem variadas no ano de 2008. Conforme análise, houve ênfase na iniciação esportiva, esporte de rendimento, apoio nos festivais de praia junto ao município e implantação do projeto em parceria com o Ministério dos Esportes: descoberta de talentos esportivos.

A intenção do projeto “Descoberta de Talentos Esportivos” visa atender todo o Estado, mas atualmente atende a capital (Porto Velho) especificamente 28 escolas. Nesta atividade é feita avaliação física com alunos de sete a 17 anos, com o objetivo de detectar talentos esportivos e encaminhar ao Ministério dos Esportes os resultados finais.

Além do projeto “Descoberta de Talentos Esportivos” a Secretaria Estadual de Cultura, Esporte e Lazer (SECEL) têm cursos básicos de capacitação, para profissionais de educação Física e para acadêmicos envolvidos em programas (os técnicos). A intenção desses cursos é para capacitar os profissionais e acadêmicos envolvidos, visto que a secretaria dá suporte técnico, administrativo e organizacional aos municípios nas modalidades futebol, voleibol, basquetebol, futsal e handebol.

Os cursos de arbitragem são feitos em parcerias com as federações do Estado por saber que os árbitros são do quadro nacional e assim, se valoriza a arbitragem estadual. Diante do quadro, o futebol continua sendo a modalidade mais praticada. Somente neste ano de 2008 foram 180 equipes masculinas e

20 femininas totalizando 200 equipes inscritas no Campeonato Interbairros de Porto Velho, e em Ji-Paraná foram 110 equipes inscritas. No campeonato noturno de Ouro Preto do Oeste foram 63 equipes inscritas no masculino, oito equipes no máster e seis no feminino. Além do campeonato amador a Secretaria apóia o futebol profissional através da Copa Rondônia que está em andamento desde 2003.

Além das modalidades esportivas existe na capital seis Cedel (Centro Esportivo de Lazer) os quais são pontos de atividades recreativas, esportivas e de lazer localizados no Bairro Embratel, no Cohab, no Areal da Floresta, JK, Ulisses Guimarães e no Bairro Areal, onde são atendidas as crianças da comunidade.

Os projetos de políticas públicas desenvolvidos pelo Estado alcançam a área de esporte não deixando aparente nesta investigação como é feito o planejamento, a execução e avaliação do atendimento ao lazer. Na fala do responsável pela informações coletadas, as políticas públicas são as ferramentas utilizadas para viabilizar os projetos da Semes.

Ao término desta investigação, podemos constatar que as atividades de esporte foram de certa forma contemplada na pesquisa, porém as atividades de lazer precisam ser desenvolvidas de forma prazerosa e satisfatória. Ou seja:

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1976, p. 37).

Dessa maneira podemos considerar o lazer como sendo qualquer atividade voluntária que não seja profissional e nem afazeres do lar, nesta perspectiva [...] “o lazer é um conjunto de atividades [...] voluntárias e liberatórias, centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, realizados num tempo livre, roubado ou conquistado historicamente sobre a jornada de trabalho profissional e doméstico e que interferem no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.” (CAMARGO, 1989, p. 48).

ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO

Espaço e equipamentos são componentes importantes de uma política pública de esporte e lazer, estando sempre em constante transformação. Por sua vez os equipamentos não podem ser visto apenas como centros de consumo, como muitas vezes acontece com os shoppings centers.

O espaço pode ser entendido como um suporte para os equipamentos, e os equipamentos compreendidos como os objetos que organizam o espaço em função de determinada atividade; desta forma compreendemos que é possível exercer atividades de lazer sem um equipamento, mas não é possível o lazer sem a existência de um espaço. (MARCELLINO, 2008).

O espaço para o lazer é o espaço urbano como afirma Marcellino (2008), no ponto de vista da democratização do lazer se tratando dos espaços. Todos os lugares com os quais nos relacionamos podem ser considerados equipamentos por excelência, e todo o tempo em que nós estamos ligados a estes lugares pode nos gerar sentimentos de bem-estar, do contemplar, do valorizar.

Mas com o crescimento da população observamos que não houve um crescimento de infraestrutura adequada na mesma pro-

porção. Criaram-se de um lado os grandes polos nobres com seus teatros, cinemas, bibliotecas e por outro lado os subúrbios e favelas, já estes com ausência desses equipamentos. (Marcellino, 2008).

As características físicas dos equipamentos, a sua demanda e o que eles oferecem vêm em classificação como específicos e não específicos os objetos a que se destinam, geralmente estão sob o comando de alguma instituição, organização ou grupo social, sendo estas públicas, privadas ou mistas.

Dentro do aspecto espaço de lazer ainda podemos citar: o espaço da habitação, dos percursos, da escola e o espaço do trabalho.

A cidade, como paisagem artificial criada pelo homem, é um mundo de ruas e edifícios, de objetos e imagens, é um campo semântico de sinais, injunções e solicitações. O solo, o ambiente e a paisagem urbana modificam-se brutalmente e seu habitante começa por redimensionar seu tempo total, suas 24 horas diárias. Este tempo total vai ser composto por tempo de trabalho, tempo liberado do trabalho e tempo livre. O uso desses tempos define o modo de vida e o relacionamento entre os habitantes das urbes. É no tempo social que o ser humano tem a possibilidade de decodificar os espaços da cidade. (MOTA, 2008, p. 35).

Marcellino (2001, p. 126) faz uma importante colocação sobre o espaço como elemento do lazer:

O espaço, como um dos elementos fundamentais para a vivência do lazer, deve estar situado com grande relevância a partir da política urbanística da cidade. O que significa dizer, que é necessário haver políticas

integradas de diversas áreas para que seja possível a estruturação de espaços para o viver mais humano, onde as pessoas se vejam, se reconheçam, compondo-o, onde a história do povo, que vem sendo negada, esteja refletida nos prédios, ruas, praças, quadras e campos da cidade, como símbolo de resistência.

Em análise sobre os espaços, a ideia de que eles aproximam as pessoas umas das outras, em determinado objetivo e com interesses predominantes dentro de cada contexto Mota (2008. p. 38) relaciona estes interesses dos sujeitos em seus respectivos espaços e equipamentos no momento de lazer:

Espaços dos interesses sociais – É quando os sujeitos se propõem a estarem juntos, face a face, e relacionarem-se, antes de tudo que possa acontecer decorrente do encontro.

Espaço de interesse físico – Quando a proposta é feita em função de atividades corporais onde prevaleçam os exercícios do corpo.

Espaço dos interesses intelectuais – Tem como primeira instância o desenvolvimento do domínio cognitivo na atividade, não considerando o elemento criativo e sim, o concreto, o racional, o lógico.

Espaços de interesses manuais – Expressam-se por atividades em que a manipulação é observada de forma plena. Objetos, animais e plantas.

Espaços e interesses artísticos – Onde o pro-

duzido gera encantamento, mostra uma sensação de quem o produz universo estético feito de imagens e emoções, de sentimento e imaginário.

Espaços de interesses turísticos – Têm como finalidade: mudança e paisagem, ritmo (saída do cotidiano), observação e sensação de outros estilos de vida, e também o turismo social se caracterizando por uma dimensão menor.

Temos uma adversidade quando se fala em equipamento, é muito bem mencionado por Mota (2008, p. 42) afirmando que: “muitas vezes, as distâncias a serem percorridas entre os equipamentos e os usuários fazem com que se gaste muito tempo”. Ainda para o autor (p. 41), afirma que:

Todo equipamento está situado, de alguma maneira, dentro de uma certa proximidade de setores residenciais ou projetado para que determinada população usufrua de suas instalações. Sabemos da falta de uma política de animação cultural para o lazer, utilizando esses equipamentos, e naturalmente uma preocupação com a manutenção e preservação dos mesmos, variando um pouco com a realidade à qual pertencem: públicos, de responsabilidade municipal, estadual ou federal, semipúblicos ou mistos, recebendo incentivo das mais diversas formas de parceria e privados, na maioria dos casos tendo como preocupação o retorno financeiro.

Verificamos que os espaços de lazer são criados e proje-

tados para o uso público, porém, estes mesmos necessitam de reformas ou manutenção para serem utilizados, sendo assim, teremos a importância de um poder público atuante e atento aos anseios da população. Vemos por meio de Marcellino (2008) a importância do poder público nas questões relacionadas aos espaços públicos.

Para Marcellino (2008, p. 135), “é preciso que o poder municipal entenda a importância dos espaços urbanos de lazer nas cidades, antes que empresas se transformem em produtos acessíveis somente a classes sociais mais altas”.

Mota (2008), traz a importância da atuação do poder público em relação aos espaços e equipamentos afirmando que no setor público as iniciativas dependem de ações de articulação muitas vezes difíceis de serem transpostas, pois o município depende do Estado e este depende do País, dentro desta hierarquia, conhecemos alguns exemplos de equipamentos cujo estado de conservação e animação mostra exatamente como essa dependência nem sempre funciona como auxílio de uma pela outra.

Entendemos então, a necessidade do poder público compreender a importância dos espaços urbanos de lazer nas cidades, os equipamentos de lazer, os espaços de convívio, para que não sigam uma tendência à privatização passando a serem mercadorias.

Segundo Marcellino (2008, p. 136), “um dos fatores mais importantes para o crescimento do ‘lazer mercadoria’ em detrimento do lazer de criação e participação culturais é a falta de espaços vazios urbanizados”.

Werneck e Isayama (2003), destacam que a inovação nas políticas pública de lazer também está associada à construção de novos espaços públicos, isto é, a construção de locais onde se negociam os interesses públicos e que permitem o desenvolvimento das atividades físicas e de lazer.

Fenômeno observável em vários países e no Brasil as “Praças de Esporte” ou “Centro de Recreio,” dando continuidade a uma tradição de organização de espaço público de lazer, típica da modernidade, foram melhor estruturados por volta da transição das décadas de 20 a 30, em plena consonância com o contexto sociopolítico da época (WERNECK E ISAYAMA 2003, p. 59).

Do ponto de vista dos dias atuais, a única certeza que temos é a de que o lazer deve acontecer vinculado ao esporte, em um local que acolha essa proposta como as Secretarias de esporte e lazer.

Em seguida veremos algumas praças e complexos esportivos da cidade de Porto Velho e algumas observações feitas por visita, ilustradas por imagem, conforme segue:

Praça Aluizio Ferreira (Figura 1) – localizada entre a Av. Farquar e a rua Pinheiro Machado em frente ao Ginásio Municipal de Esporte, Cláudio Coutinho. Este espaço foi recentemente revitalizado, dispendo em sua ampla área, várias árvores, um local coberto, bancos para sentar, totalmente calçada em sua extensão e possui fácil acesso por vias urbanas. Visita realizada no dia 6/4/2009.



Figura 1- Praça Aluizio Ferreira

Complexo de Atividade Física Espaço Alternativo (Figura 2) – Localizada na avenida Jorge Teixeira, próximo do aeroporto. Esta área é disponibilizada a partir das 16h para a prática de exercícios físicos, práticas esportivas e momentos de lazer, possuindo em sua estrutura a via de asfalto de aproximadamente 2,5 quilômetros de distância e alguns acessórios de esporte como: barra fixa, mesa para abdominais, barras paralelas, etc. Trata-se de uma das pistas que compõe a BR - avenida Jorge Teixeira que dá acesso ao Aeroporto Internacional de Porto Velho.



Figura 2 - Complexo de Atividade Física Espaço Alternativo

Complexo de Atividade Física da Av. José Vieira Caúla (Figura 3) – Recentemente revitalizado e em boas condições físicas o complexo de Atividade Física da Vieira Caúla está localizado no bairro Cuniã, na av. José Vieira Caúla com Av. Guaporé. Em sua infraestrutura este espaço possui pista de *Cooper*, *skate park* e grande área arborizada de fácil acesso e utilização. Em sua totalidade encontramos vários equipamentos como churrasqueira, área coberta, playground e campo e futebol. Visita realizada no dia 6/4/2009.

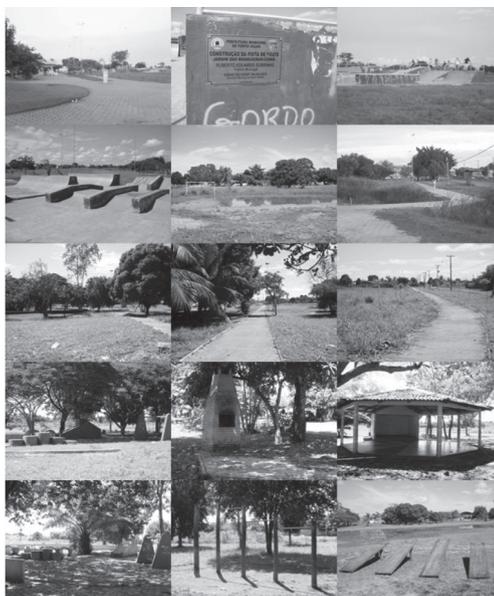


Figura 3 - Complexo de Atividade Física da av. José Vieira Caúla

Complexo de Atividade Física Abóbora (Figura 4) – Que se localiza no bairro Cohab Floresta, entre as ruas Abóbora e rua Alamanda. Trata-se de uma praça em completo abandono; dentro da sua área física ela comporta uma sede de associação cujo nome é: Associação Desp. e Cult. Do Conj. Hab. Cohab Floresta – Adecof, um campo de futebol e uma suposta quadra poliesportiva que não possui qualquer marcação de modalidade esportiva, possuindo apenas tabelas de basquete. Possui ainda em sua volta calçadas delimitando sua área total. Visita realizada em 7/4/2009.



Figura 4 - Complexo de Atividade Física Abóbora

Praça do Cedel (Figura 5) – localizada na av. Três e meio entre a rua das Crianças, no bairro Floresta, Trata-se de uma praça municipal que se encontra com uma placa que aparenta algum tempo que está ali, se referindo a projeto de revitalização da área, entretanto, a praça do Cedel se encontra em abandono, pois não possui iluminação, nenhuma árvore, sua pista de caminhada está com buracos, possui uma quadra poliesportiva e um campo de futebol, quadra de areia, *Playground*, áreas cobertas modelo chapéu de palha, possui também um *Skate Park*. Visita realizada em 6/4/2009.



Figura 5 - Praça do Cedel

Praça do Conjunto Santo Antônio (Figura 6) – localizada no conjunto Santo Antônio, na zona Norte da Capital, entre as ruas Salgado Filho e Getúlio Vargas. Esta praça municipal dispõe de três quadras poliesportivas, iluminação, pista de *Cooper*, campo e futebol e bancos para se sentar, algumas árvores produzem sombra na pista de *Cooper*. Visita realizada no dia 7/4/2009.



Figura 6 - Praça do Conjunto Santo Antônio

Complexo Poliesportivo Deroche Pequeno Franco (Figura 7) – Localizado no bairro Caiari, entre as ruas Pinheiro

Machado e a Presidente Dutra, ao lado do Ginásio Municipal de Esporte Cláudio Coutinho. Este espaço rico em estrutura física comporta áreas arborizadas, pista de *Cooper* e quadras poliesportivas, campo de futebol, quadra de areia, *Playground*, área de treinamento esportivo, sua localização e acesso fácil fazem deste local ponto de encontro para práticas esportivas e de lazer. Visita realizada no dia 6/4/2009.



Figura 7 - Complexo Poliesportivo Deroche Pequeno Franco

Núcleo de Esporte Recreativo e de Lazer (Figura 8)

– Localizado na av. Jatuarana, no bairro Jardim Eldorado, este espaço compreende um campo de futebol com vestiário, *Playground*, pista de *Cooper*, banco para se sentar com mesas. As mesas possuem desenhos de tabuleiros de dama ou xadrez, área não arborizada e de grande fluxo de automóveis e pedestres. Visita realizada no dia 6/4/2009.



Figura 8 - Núcleo de Esporte Recreativo e de Lazer

Praça Jonathas Pedrosa (Figura 9) – localizada na rua Sete de Setembro, atualmente revitalizada, esta praça é de fácil acesso, porém esta localizada na área comercial do município de Porto Velho por isso existe grande concentração de vendedores ambulantes e a poluição sonora é grande, em sua infraestrutura a praça contém bancos para se sentar, algumas árvores e em sua total extensão é lajotada e calçada. Visita realizada no dia 7/4/2009.



Figura 9 - Praça Jonathas Pedrosa

Praça Walter Salles – BAÚ (Figura 10) – Esta praça mais conhecida como Praça do Baú está atualmente em processo de revitalização. Localiza-se na av. Sete de Setembro com Rogério Weber, Bairro Mucambo. Visita realizada no dia 7/4/2009.



Figura 10 - Praça Walter Salles (BAÚ)

Praça Madeira Mamoré (Figura 11) – Seu acesso se dá pela av. Farquar, esta praça que faz parte de um complexo cultural e turístico de Porto Velho, atualmente se encontra em pleno abandono; o mato toma de conta da área da praça, a área é bem ampla com várias árvores e pista de *Cooper*, porém atualmente serve de morada de animais e mendigos que ali desfrutam do abrigo das árvores e das obras históricas do complexo turístico Madeira Mamoré. Visita realizada no dia 7/4/2009.



Figura 11 - Praça Madeira Mamoré

Praça da Pirâmide (Figura 12) – localizada na rua Jatuarana, bairro Conceição, essa praça municipal em virtude do crescimento comercial daquela localidade perdeu seu aspecto, pois árvores foram substituídas por lanchonetes; o fluxo de automóveis é grande, a poluição sonora das lojas é pesada devido seus anúncios e ofertas e, este espaço se encontra em abandono total. Visita feita no dia 6/4/2009.



Figura 12 - Praça da Pirâmide

Praças das Três Caixas D' Águas (Figura 13) – localizada na av. Carlos Gomes, centro de Porto Velho. Considerada como cartão-postal da cidade de Porto Velho. A praça dispõe de uma área arborizada, totalmente lajotada e com calçadas, bancos para se sentar e uma área ampla e um estilo próprio. Visita realizada no dia 6/4/2009.



Figura 13 - Praças das Três Caixas d' águas

Complexo Esportivo Floresta (Figura 14) – Este complexo está localizado na av. Jatuarana esquina com rua Sucupira, bairro Cohab Floresta e, trata-se de um local amplo, bem arborizado e fácil acesso. Dispõe de pista de *Cooper*, uma quadra poliesportiva, campo de futebol de areia, quadra de voleibol e *play-ground*. O complexo se encontra em mau estado de conservação. Visita realizada no dia 7/4/2008.



Figura 14 - Complexo Esportivo Floresta

Praça Getúlio Vargas (Figura 15) – Esta praça municipal está localizada entre as avenidas Presidente Dutra e José de Alencar, bairro Mucambo na área comercial de Porto velho. Esta é uma Praça pequena contendo apenas bancos para se sentar, calçadas e lajotas, boa iluminação e sua localização favorece o acesso.

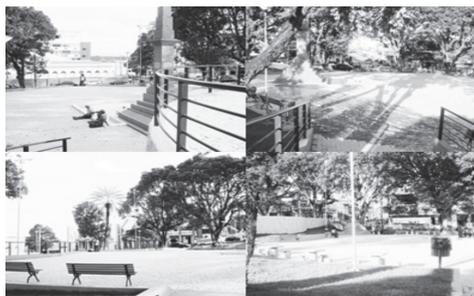


Figura 15 - Praça Getúlio Vargas

Praça da Floresta (Figura 16) – A praça da Floresta assim como é conhecida está situada na avenida Campo Sales com rua das Mangueiras. Esta pracinha assim denominada por populares, possui em sua área algumas árvores, bancos para se sentar e é totalmente calçada com lajotas sendo que, o fluxo de veículos e carros é grande na área da Praça da Floresta.



Figura 16 - Praça da Floresta

Enfim, o resultado desta pesquisa, visa subsidiar o poder público, universidades e áreas afins, com dados seguros para a implantação e elaboração de políticas públicas de esporte e lazer, que possam colaborar para uma vida mais ativa e saudável da população do Município de Porto Velho.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Selva Maria Guimarães. Esporte e Saúde. *Revista eletrônica de ciências*, 2001.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, Abril, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <[http:// http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1)> Acesso em: 11 de dezembro de 2009.

INSTITUTO LUTERANO DE ENSINO SUPERIOR DE PORTO VELHO. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física 2010*. Porto Velho, 2010.

MARCELLINO, Nelson Carvalho; ZINGONI, Patrícia; PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. *Como fazer projetos de lazer*: Elaboração, execução e avaliação. Campinas, SP: Papirus, 2007.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Políticas públicas de lazer*. São Paulo: Alínea, 2008.

MATTOS, M.G; ROSSETTO JÚNIOR, A.J; BLECHER, S. *Teoria e prática da metodologia da pesquisa em educação física*: construindo sua monografia, artigo científico e projeto de ação. São Paulo: Phorte, 2003.

_____. *Lazer e esporte*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

_____. *Lazer: formação e atuação profissional*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

MOTA, Vanderlan Santos. *Espaços Públicos de Lazer em Manaus*: O papel das políticas públicas. Manaus, AM: Valer, 2008.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3038&lay>. Acesso em: 12 de abril de 2010.

RANKING DO IDH DOS ESTADOS EM 2005. Disponível em: http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3039&lay=pde Acesso em: 12 de abril de 2010.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2009. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/rdh/> > Acesso em: 12 de abril de 2010.

WERNECK, Christianne Luce Gomes; ISAYAMA, Hélder Ferreira. *Lazer, recreação e educação física*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES (ESTADO DO PARÁ)

Paulo César de Lima é mestre em Educação pela Unimep-SP e Doutorando em Artes pela Unicamp-SP. Docente dos cursos de Licenciatura em Educação Física, Pedagogia e Dança da UFPA, coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura Corporal, Educação, Arte e Lazer- Lacor da Faculdade de Educação Física da UFPA/Campus de Belém. Exerceu a função de consultor da Coordenadoria de Esporte, Arte e Lazer da Secretaria Municipal de Educação de Belém e integra o grupo de professores formadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade-Pelc do Ministério do Esporte. Atua nas áreas de antropologia do corpo, arte e cultura popular, dança e educação lúdica.

Contato: cezarlima98@yahoo.com.br

Fátima de Souza Moreira é mestre em Educação pela UFBA, docente dos cursos de Licenciatura em Educação Física e Pedagogia da UFPA e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura Corporal, Educação, Arte e Lazer- Lacor da Faculdade de Educação Física da UFPA/Campus de Belém. Professora do Curso de Pós-graduação em Lazer da Uepa, exerceu a função de diretora da Coordenadoria de Esporte, Arte e Lazer da Secretaria Municipal de Educação de Belém na gestão 1998/2004. Coordena as ações de extensão do Lacor/UFPA e foi integrante do grupo de professores formadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade- Pelc do Ministério do Esporte.

Contato: fmoreira@ufpa.br ou macaesport@bol.com.br

Mirleide Chaar Bahia é mestre em Educação Física pela Universidade Metodista de Piracicaba – Unimep; Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido no Núcleo

de Altos Estudos Amazônicos - Naea / Universidade Federal do Pará – UFPA; Docente da Universidade Federal do Pará – UFPA; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Lazer (GPL) – Unimep / CNPq; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Turismo, Cultura e Meio Ambiente – Naea / UFPA / CNPq; Formadora do Ministério do Esporte – Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC; Pesquisadora da Rede Cedes / Lacor / UFPA.

Contato: mirleide@superig.com.br

Zaira Valeska Dantas da Fonseca tem mestrado em Educação pela UFPA. É professora substituta da Faculdade de Educação Física da UFPA e efetiva da rede de ensino estadual e municipal. Tem experiência com ensino de Educação Física; atuou na gestão pública de Programas Sociais, na área de Assistência Social, pela Fundação Papa João XXIII, assim como na área de políticas públicas educacionais, esporte e lazer pela Secretaria Municipal de Educação. Foi coordenadora de políticas de atenção à família (Funpapa 2003-2004) e Técnica da Coordenadoria de Esporte, Arte e Lazer em Belém/PA (1999-2000 e 2004-2005).

Contato: zairavaleska@hotmail.com

Ana Cristina Pimentel Carneiro de Almeida é mestre em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000) e Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (2005). Atualmente é vice-coordenadora do Campus Universitário de Castanhal/UFPA e Professora da Faculdade de Educação Física/ UFPA. Integra como pesquisadora o Grupo de Pesquisa LEL- Laboratório de Estudos do Lazer – Unesp. Atua nas áreas de educação física escolar (didática e metodologia da educação física, jogos, psico-

motricidade.), esportes de aventura e meio ambiente, lazer e recreação e políticas públicas em educação física, esportes e lazer.

Contato: anacristina@amazon.com.br

Douglas da Cunha Dias é mestre em Educação Física pela Universidade Gama Filho (2000) e Doutorando em Educação pela Unicamp-SP. Atualmente é Docente da Universidade Federal do Pará nos cursos de Licenciatura em Educação Física, Pedagogia e Dança, exercendo também o cargo de diretor da Faculdade de Educação Física. É técnico de seleções da Federação Paraense de Basquetebol e técnico de basquetebol da Federação de Esportes Universitários do Pará. Integra como pesquisador o Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura Corporal, Educação, Arte e Lazer-Lacor/UFPA/Rede Cedes. Atua na área de história das práticas corporais, história da educação física, sociologia do corpo, futebol e identidade.

Contato: douglasdc_dias@hotmail.com

SOBRE OS AUTORES (ESTADO DE RONDÔNIA)

Adriane Corrêa da Silva é mestre em Educação Ambiental pela FURG-RS e Especialista em Educação Física Escolar pela UFPEL-RS. Coordena o Curso de Educação Física do Iles/Ulbra de Porto Velho/RO; Docente dos cursos de Licenciatura - Bacharelado em Educação Física e Psicologia do Iles/Ulbra de Porto Velho/RO; Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física – Gepef-RO do campus Iles/Ulbra-Porto Velho/RO (Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA). Atua na área de antropologia do Corpo, Cultura e Sociedade, Formação

de Professores, Educação Física Escolar e Políticas Públicas.

Contato: dricaacs@ig.com.br ou educ.fisicapvh@ulbra.br

Eliane Elicker é mestranda em Saúde Coletiva pela Ulbra-RS, docente dos cursos de Licenciatura e bacharelado em Educação Física do Iles/Ulbra-PVH e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física – GEPEF-RO do campus Iles/Ulbra-Porto Velho/RO (Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho da Universidade Luterana do Brasil – Ulbra). Atua na área da Educação Física Escolar, Musculação, Ginástica de Academia, Ginástica Laboral e Atividade Física e Saúde.

Contato: elielicker@yahoo.com.br

Leila Aparecida Evangelista é mestranda em Saúde Coletiva pela Ulbra-RS, docente dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física do Iles/Ulbra-PVH e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física – Gepef-RO do campus Iles/Ulbra-Porto Velho/RO (Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho da Universidade Luterana do Brasil – Ulbra). Atua na área da Educação Física Escolar, Ginástica, Dança e Estágio.

Contato: leilavangelis@bol.com.br

Francisco Tadeu Reis de Souza é doutor em Educação pela Universidade Tecnológica Intercontinental; docente dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física do Iles/Ulbra-PVH e pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física – Gepef-RO do campus Iles/Ulbra-Porto Velho/RO (Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho da Universidade Luterana do Brasil – Ulbra). Atua na área

da Educação Física Escolar, Treinamento Esportivo, Recreação e Lazer e Metodologia.

Contato: souza.tadeu@globo.com

Bárbara Zorek é licenciada em Educação Física pelo Instituto Luterano de Ensino Superior - campus Porto Velho da Universidade Luterana do Brasil – Ulbra. Foi bolsista no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física – Gepef-RO do campus Iles/Ulbra-Porto Velho/RO. Atua na área da Educação Física Escolar.

Contato: babyzorek@hotmail.com

Jairo Farias Cabral é bacharel em Educação Física pelo Instituto Luterano de Ensino Superior - campus Porto Velho da Universidade Luterana do Brasil – Ulbra. Foi bolsista no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física – GEPEF-RO do campus Iles/Ulbra-Porto Velho/RO. Atua na área da Musculação e Treinamento Físico em academia.

Contato: furi_osu@hotmail.com

Jeferson Cardoso da Silva é licenciado em Educação Física pelo Instituto Luterano de Ensino Superior - campus Porto Velho da Universidade Luterana do Brasil – Ulbra. Foi bolsista no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física – Gepef-RO do campus Iles/Ulbra-Porto Velho/RO. Atua na área da Educação Física Escolar e Treinamento Esportivo.

Contato: jeferson.jcs10@gmail.com

Lilian Catiúscia E. Firme é licenciada em Educação Física pelo Instituto Luterano de Ensino Superior - campus Porto Velho da Universidade Luterana do Brasil – Ulbra. É professora

colaboradora no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física – Gepef-RO do campus Iles/Ulbra-Porto Velho/RO. Atua na área da Educação Física Escolar.

Contato: lcatiuscia@hotmail.com

Missaela Padilha e Silva é licenciada em Educação Física pelo Instituto Luterano de Ensino Superior - campus Porto Velho da Universidade Luterana do Brasil – Ulbra. Foi bolsista no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física – GEPEF-RO do campus ILES/ULBRA-Porto Velho/RO. Atua na área da Educação Física Escolar.

Contato: missaela_padilha@hotmail.com

SOBRE OS AUTORES (ESTADO DO AMAZONAS)

Artemis de Araújo Soares, mestre em Educação Física pela Universidade do Estado de São Paulo-USP, 1981, teve como foco o estudo da ginástica rítmica. Doutora em Ciências do Desporto pela Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Portugal (1999), tendo com foco a corporeidade indígena. Docente da Faculdade de Educação Física da Ufam atua no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia, no Instituto de Ciências Humanas e Letras. Líder do grupo de pesquisa “Aspectos antropológicos e socioculturais da Educação Física e do Esporte, corporeidade e condições de vida e saúde de diferentes grupos populacionais”, Ufam/CNPq; membro do grupo de Pesquisa Implicações do Modelo Bioecológico no Esporte e na Educação Física, da Universidade do Estado de Santa Catarina. Pos-Doc: 1 - Université Paris V, em Paris, onde desenvolveu pesquisa em conjunto com o prof. dr.

Pierre Parlebas dentro do tema jogos tradicionais. **2** - Université Rennes 2 –Rennes, França, onde desenvolve pesquisas em duas linhas: no âmbito da didática, com foco nos processos de iniciação à Ginástica Rítmica, e no âmbito da socioantropologia com trabalhos centrados no futebol indígena.

Livros publicados: **Corpo e ritual – aproximações com o desporto**, Ed. da FCDEF, Porto, 2006; SOARES, Artemis (Coord), LOPES, Kathya, NINA, Afonso. Educação Física. Manaus: UEA Edições, 2007; **Em Busca de Novos Talentos”**; SOARES, Artemis; BARROS, Dayse, NEDIALKOVA, Giurga. **Ginástica Rítmica: em busca de novos talentos**. Petrópolis: Portal Literário, 2006.

Contato: artemissoares@yahoo.com.br

Almir Liberato da Silva é mestre em Educação Física pela Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo e doutor em Pedagogia do Desporto pela Faculdade de Desporto da Universidade do Porto/Portugal. Docente dos cursos de Licenciatura em Educação Física, bacharelado em Educação Física da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade do Amazonas. Atua nas áreas de pedagogia do desporto e gestão do desporto. Atualmente exerce integralmente a função de diretor executivo da Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões, a qual apoia a Universidade Federal do Amazonas.

Contato: liberato.almir@gmail.com

José Cardoso Neto é graduado em Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade Federal do Amazonas – Ufam (1981). Bacharel em Estatística - Ufam (1986). Especialização em Aperfeiçoamento em Matemática - Ufam (1983). Mestre em Estatística pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp

(1990). Doutor em Estatística pelo Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo – IME/USP (2000). Publicou trabalhos científicos sendo os mais importantes “The effect of aggregation on prediction in autoregressive integrated moving-average models. *Journal of Time Series Analysis*, Reino Unido, v. 14, n. 3, p. 261-269, 1993” e “Wald One-Sided Tests Using GEE Approach. *Computational Statistics & Data Analysis*, Estados Unidos, v. 36, p. 475-495, 2001”. Foi Chefe do Departamento de Estatística da Ufam por quatro mandatos e Vice-Diretor do Instituto de Ciências Exatas da Ufam por dois mandatos. Atualmente é Professor Associado, do Departamento de Estatística do Instituto de Ciências Exatas da Ufam.

